

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

MAYÃ POLO DE CAMPOS

CORPO FEMININO COMO ESPACIALIDADE EM DISPUTA NA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA EM PONTA GROSSA – PR

PONTA GROSSA

2022

MAYÃ POLO DE CAMPOS

CORPO FEMININO COMO ESPACIALIDADE EM DISPUTA NA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA EM PONTA GROSSA – PR

Tese apresentada para a obtenção do título de doutora no Doutorado de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva

PONTA GROSSA

2022

C198 Campos, Mayã Polo de  
Corpo feminino como espacialidade em disputa na violência doméstica em  
Ponta Grossa - PR / Mayã Polo de Campos. Ponta Grossa, 2022.  
183 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do  
Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva.

1. Corpo. 2. Geografias feministas. 3. Violência doméstica. 4. Casa. 5.  
Espaço. I. Silva, Joseli Maria. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão  
do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

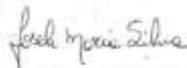
CDD: 305.48

## TERMO DE APROVAÇÃO

MAYÃ PÓLO DE CAMPOS

### “CORPO FEMININO COMO ESPACIALIDADE EM DISPUTA NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PONTA GROSSA-PR”

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Dra. Joseli Maria Silva (Orientadora - UEPG)



Dr. Marcio Jose Ornat - (UEPG)



Dra. Maria Cristina Rauch Baranoski - (UEPG)



Dra. Diana Lan (UNICEN - AR)



Dra. Paula Soto (UAM - MX)

Ponta Grossa, 22 de março de 2022

Dedico essa tese a todas as mulheres inconformadas.

## AGRADECIMENTOS

Toda jornada tem um começo, e é certo que quem estava desde o princípio dessa aqui foi também quem não saiu da minha cabeça durante todo o processo. Agradeço você e também te dedico esse trabalho, mãe. Por quem és em minha vida, o que representa e o que sustenta. Esse trabalho só existe porque nós existimos, da maneira que existimos.

À minha vó, que ao contar suas histórias me fazia compreender o significado desse trabalho que, por inúmeras vezes, enxugou minhas lágrimas e me deu direção.

À minha orientadora Joseli Maria Silva, que acreditou que era possível e esteve sempre aqui, junto e lado a lado. Por diversos fatores, o nosso dia a dia foi comprometido ao longo desse trabalho, mas nunca soltamos nossas mãos. O privilégio que é trabalhar com você e encarar os desafios que a ciência por muitas vezes nos apresentou é imenso.

A todas as mulheres que toparam me ceder entrevistas, que enfrentaram, que não se calaram. Vocês são inspiração.

A todos os membros do Grupo de Estudos Territoriais, em especial ao Dimas Gontarek, Edson Silva, Ivan Junckes. Ter uma rede de apoio como temos no GETE foi de fundamental importância para toda a minha trajetória acadêmica.

À equipe do Núcleo Maria da Penha que nos recebeu e viabilizou as entrevistas, além de realizarem um trabalho valioso para toda a sociedade e principalmente às mulheres pontagrossenses.

À banca avaliadora, por aceitar participar desse momento.

A todas as minha amigas que ouviram, acolheram e sentiram comigo a realidade de desenvolver um trabalho com uma temática tão delicada e, por vezes, negligenciada pela ciência geográfica.

Ao meu companheiro, que acompanhou toda a minha jornada acadêmica e me deu o suporte que necessito para realizar esse trabalho.

À Umbanda, que me recebeu de braços abertos, me acolheu e me deu alicerce, coragem e calma. À Iansã, Oxalá e Oxóssi. Ao meu pai de santo, ao nosso chão, à nossa Curimba sagrada. Saravá!

A gente é o espaço, não tem como. Tudo que a gente vive interiormente está relacionado com o espaço exterior e o espaço exterior interfere na nossa subjetividade.

## RESUMO

Essa pesquisa tem como fio condutor a seguinte questão central: como o corpo feminino se constitui em espacialidade de violência doméstica em Ponta Grossa-PR? Para respondê-la, sistematizamos em um banco de dados 256 inquéritos de violência doméstica da VIª Vara Criminal de Ponta Grossa – PR. Para compreender a subjetividade do fenômeno, realizamos entrevistas de roteiro semiestruturado com oito mulheres assistidas pelo Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) e o conteúdo das entrevistas foi organizado a partir da metodologia proposta por Silva e Silva (2016), que tem como centralidade o diálogo entre o quantitativo e o qualitativo. A violência física contra a mulher é acompanhada da violência psicológica, moral, patrimonial e sexual. Recorrem ao Estado para reivindicar uma mediação de conflitos, majoritariamente, pessoas de baixa renda e escolaridade. Os inquéritos permitem afirmar que 92% dos casos envolvem pessoas em parceria íntima, e a casa figura como espaço da violência em 83,9% dos casos. O corpo feminino como espaço geográfico é disputado pela autoridade masculina, mas as mulheres resistem e reapropriam seus corpos, na medida em que elas têm denunciado seus agressores cada vez mais.

**Palavras-Chave:** Corpo. Geografias Feministas. Violência Doméstica. Casa. Espaço.

## ABSTRACT

This research aims to answer the following question: how does the female body constitutes itself in spatiality regarding domestic violence in Ponta Grossa – PR? In order to answer it, we organized a data base within 256 domestic violence cases from Ponta Grossa's 4th Court of Justice (VI<sup>a</sup> Criminal). In order to understand the subjectivity of this phenomenon, we carried out eight semi structured interviews with women assisted by the assistance project Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) and its content was organized by the use of Silva and Silva (2016) methodology, which relays in the dialogue between qualitative and quantitative data. The physical violence against women is partnered with psychological, moral, patrimonial and sexual violence. Women that look for the State as a conflict mediator are mostly poor and have a low level of education. Charges indicate that 92% of the cases involve people with intimacy, and most of the violence happens in the space of the house, representing 83,9% of the cases. The female body as a geographic space is in dispute by the male authority, and women resist and reappropriate it, as the denounces number grow.

**Keywords:** Body. Feminist Geographies. Domestic Violence. House. Space.

## RESUMEN

La presente pesquisa parte de la pregunta central: ¿Cómo el cuerpo femenino se constituye en espacialidad de la violencia doméstica en Ponta Grossa-PR? Para contestarla, nosotros organizamos una base de datos con 256 procesos de violencia doméstica del cuarto juzgado de justicia. Para comprender la subjetividad del fenómeno, nosotros hicimos entrevistas de guion semi-estructurado con ocho mujeres participantes del proyecto de asistencia Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). Con la metodología de Silva y Silva (2016), que propone el dialogo entre los datos cuantitativos y cualitativos, organizamos el contenido de las entrevistas. La violencia física contra las mujeres es acompañada de la violencia psicológica, moral, patrimonial y sexual. Mayoritariamente, las personas que buscan al Estado para la mediación de conflictos tienen baja renda y escolaridad. Los procesos permiten añadir que 92% de los casos envuelven personas que tienen relaciones íntimas, y que la casa es el espacio de la violencia en 83,9% de los casos. El cuerpo femenino como espacio geográfico es disputado por la autoridad masculina, pero las mujeres resisten y reapropian sus cuerpos, cómo el aumento progresivo del número de las denuncias demuestra.

**Palabras-clave:** Cuerpo. Geografías Feministas. Violencia Doméstica. Casa. Espacio.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	O crescimento da Produção de Artigos sobre o Corpo na Geografia Brasileira.....	72
GRÁFICO 2 –	Relação entre Víctima e Indiciado nos Casos de Violência Doméstica.....	95
GRÁFICO 3 –	Espacialidades da Ocorrência da Violência Doméstica.....	97
GRÁFICO 4 –	Idade dos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	98
GRÁFICO 5 –	Idade das Mulheres em Situação de Violência Doméstica.	99
GRÁFICO 6 –	Escolaridade dos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	100
GRÁFICO 7 –	Ocupação dos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	101
GRÁFICO 8 –	Renda dos Homens Indiciados por Violência Doméstica...	102
GRÁFICO 9 –	Histórico Criminal dos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	103
GRÁFICO 10 –	Vícios Informados pelos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	103
GRÁFICO 11 –	Formas de Violência que Acompanham a Violência Física	107
GRÁFICO 12 –	Conteúdo Discursivo das Ameaças Realizadas pelos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	108
GRÁFICO 13 –	Tipos de Insultos Proferidos pelos Homens Indiciados por Violência Doméstica.....	109
GRÁFICO 14 –	Tipos de Violência Física Sofridos pelas Víctimas de Violência Doméstica.....	112
GRÁFICO 15 –	Objetos Utilizados Durante a Violência Física pelos Homens Indiciados.....	113

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Perfil Geral das Mulheres Entrevistadas.....	41
------------	----------------------------------------------	----

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Modelo de Conversão de Rede Bimodal (frase-palavra) - Unimodal (palavra-palavra).....	42
FIGURA 2 –	Operacionalização da Categorização do Discurso no Software RQDA.....	45
FIGURA 3 –	Modelo de Conversão de Rede Bimodal (palavra-categoria) - Unimodal (categoria-categoria).....	47
FIGURA 4 –	Metáfora Cesto de Maçãs.....	62
FIGURA 5 –	Organização Binária do Pensamento Ocidental e Características de Gênero.....	66
FIGURA 6 –	Mapa de Distribuição da Violência Doméstica em Ponta Grossa.....	105

## LISTA DE GRAFOS

GRAFO 1 –	Grafo da Rede Semântica Unimodal de Palavras.....	43
GRAFO 2 –	Grafo da Rede Semântica Bimodal de Palavras e Categorias.....	46
GRAFO 3 –	Grafo da Rede Semântica Unimodal de Categorias.....	48
GRAFO 4 –	Grafo da Rede Semântica Geral de Categorias Reduzida por Grau Ponderado.....	130
GRAFO 5 –	Grafo de Rede de Comunidades Discursivas.....	133
GRAFO 6 –	Grafo das Comunidades Discursivas ‘Corpo e Filhos’.....	135
GRAFO 7 –	Grafo das Comunidades discursivas ‘Corpo e Marido’.....	143
GRAFO 8 –	Grafo das Comunidades Discursivas ‘Corpo e Casa’.....	151

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Ranking de Palavras por Centralidade de Grau e Grau Ponderado.....	44
TABELA 2 –	Ranking das Categorias Discursivas Organizadas por Grau Ponderado.....	131
TABELA 3 –	Ranking de Ligações entre Categorias por Peso Ponderado da Aresta.....	132

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1 A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E A REFLEXIBILIDADE: QUANDO O CORPO DE QUEM PESQUISA IMPORTA</b> .....	23
1.1 TRAJETÓRIAS INVESTIGATIVAS CORPORIFICADAS E RELACIONAIS.....	24
1.1.1 Trajetória de uma Pesquisadora Feminista na Geografia Brasileira.....	24
1.1.2 O Conhecimento Produzido em Relações.....	28
1.2 A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE PESQUISA.....	33
1.2.1 A Análise das Fontes Documentais.....	36
1.2.2 As Mulheres Colaboradoras, Seus Discursos e a Análise do Conteúdo das Entrevistas.....	38
<b>CAPÍTULO 2 CORPO, ESPAÇO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA TEMÁTICA SILENCIADA NA GEOGRAFIA BRASILEIRA</b> .....	50
2.1 O CORPO NAS GEOGRAFIAS FEMINISTAS E DAS SEXUALIDADES.....	51
2.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER E A APROPRIAÇÃO DO CORPO COMO ESPAÇO: GUERRAS ÍNTIMAS.....	74
<b>CAPÍTULO 3 A MULTIESCALARIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS RELAÇÕES DE PODER GENERIFICADAS</b> .....	93
3.1 AS PESSOAS ENVOLVIDAS NOS CONFLITOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	94
3.2 A AGRESSÃO FÍSICA E SUAS CONEXÕES COM OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA.....	106
3.3 A CRÍTICA À DUALIDADE OPOSICIONAL DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE PODER QUE ENVOLVEM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	115
<b>CAPÍTULO 4 CORPO FEMININO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESPAÇO EM DISPUTA</b> .....	128
4.1 O CORPO FEMININO E OS FILHOS: O PARADOXO DA MATERNIDADE NA VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	134
4.2 O CORPO FEMININO E O MARIDO: ESPAÇOS ÍNTIMOS EM DISPUTA.....	142

4.3	O CORPO FEMININO E A CASA: AS GUERRAS ÍNTIMAS.....	150
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>177</b>
	<b>ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO.....</b>	<b>179</b>
	<b>ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA JUÍZA DE DIREITO DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS.....</b>	<b>181</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como fio condutor o questionamento de como o corpo feminino se constitui em espacialidade de violência doméstica em Ponta Grossa-PR? Para viabilizar esse processo de pesquisa, a forma como a violência doméstica se desenvolve nas relações de conflitos interpessoais será investigada, notadamente a partir da relação amorosa de casais cisheterossexuais. Também serão analisadas as escalas espaciais envolvidas no fenômeno da violência e os tensionamentos em torno da apropriação dos corpos das mulheres em situação de violência doméstica.

A pesquisa foi inspirada a partir da minha trajetória como pesquisadora, marcada pelos estudos da relação entre espaço e violência sexual. Na pesquisa de conclusão de curso de geografia, explorei o espaço geográfico como componente dos atos de violência sexual no município de Ponta Grossa – Paraná, identificando quem eram as mulheres vítimas dessa violência, os sujeitos agressores e as dimensões espaciais envolvidas. Nesse momento, encontrei dados surpreendentes, pois ao invés de encontrar um perfil de violência sexual sobre corpos de mulheres adultas, os dados chamavam atenção para um crime que se cometia contra crianças e adolescentes, na maior parte dos documentos investigados na Delegacia da Mulher, em Ponta Grossa. Os agressores eram homens mais velhos, e havia uma tendência de que o espaço privado, a casa, fosse o local preferencial para que os agressores se sentissem confortáveis para cometer crimes. Nesse momento, alguns fatores, como o tempo de trajetória intelectual e a fonte dos dados investigados, limitaram os resultados, fazendo com que minhas reflexões não avançassem para além da ideia de onde os crimes de violência sexual ocorriam.

Na dissertação de mestrado, mantive o tema e acrescentei outra fonte de investigação para além dos documentos jurídicos. Decidi escutar as vítimas, a partir de seu vocabulário e de suas próprias explicações dessa experiência de violência, para compreender como elas significavam este acontecimento que marca profundamente a vida de uma mulher. Foi a partir desse procedimento que outras possibilidades de investigação da violência sexual ocorreram. O encontro entre mim e as vítimas de violência sexual acabou construindo novos caminhos interpretativos. As entrevistas que foram realizadas com elas, diferentemente do programado, acabaram não seguindo o roteiro estabelecido previamente, devido às fortes

emoções que tomaram conta dos depoimentos e impossibilitaram a manutenção da ordem imaginada anteriormente do fluxo discursivo, bem como da interferência na dinâmica de argumentos que estruturavam as falas dessas mulheres sobre a violência sofrida por elas. Algumas delas estavam falando sobre a experiência da violência pela primeira vez e este elemento foi fundamental para compreender os limites da racionalidade científica para conduzir pesquisas que envolvem sofrimentos.

Como resultado desse processo, obtivemos um discurso pouco padronizado do conjunto das entrevistas, o que nos levou a refletir sobre a emoção e o corpo no processo de pesquisa, assim como propões Rose (1997). O rompimento do silêncio que esta pesquisa propiciou criou potência para luta e libertação coletiva, tanto de quem conduzia o processo de pesquisa, como de quem se dispôs a colaborar. Como nos ensina bell hooks (2013), não é fácil dar nome a nossa dor e teorizar a partir desse local, mas esse também pode ser um processo de cura, de autorrecuperação e uma forma de produzir conhecimento em que a teoria e a prática estejam juntas. Após a análise do discurso de onze mulheres, percebi que o núcleo central das falas sobre a violência sofrida por elas não era um local externo aos seus corpos, mas elas traziam seus corpos como espaço.

A partir deste resultado sobre a reivindicação das mulheres vítimas de violência sexual da concepção do corpo como espaço, iniciei uma trajetória investigativa sobre as relações entre corpo feminino e espaço, deparando-me com rico material já produzido na geografia, notadamente a de língua inglesa, além da produção de pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), do qual faço parte. Assim, essa trajetória pessoal e científica narrada se aliou à ampliação da investigação da violência sobre o corpo feminino, alcançando a agressão física que, em alguns casos, leva à morte. O recorte temático da violência sobre os corpos femininos se justifica pelo número de casos de violência e feminicídios serem alarmantes no país.

Segundo dados do Atlas da Violência (2019), houve um crescimento de 30% nos homicídios femininos no Brasil entre 2007 e 2017. O ano de 2017 contou com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram assassinadas, o maior número desde 2007. Segundo dados do Fórum de Segurança Pública (2019), o número de mulheres que declara ter sofrido algum tipo de violência não mudou muito do relatório anterior. No ano de 2017, 28,6% das entrevistadas declarou ter

sofrido algum tipo de violência, no ano de 2019, 27,4%. Os dados do relatório de 2019 sobre os locais e os agressores envolvidos nos casos seguem relacionados a pessoas do convívio das vítimas e com o espaço privado: 76,4% das mulheres vítimas de violência afirmam que o agressor era alguém conhecido; 23,8% eram os próprios cônjuges/ companheiros/ namorados, 21,1% vizinhos e 15,2%, ex-companheiros ou ex-cônjuges/ companheiros/ namorados; 42% das violências foram cometidas dentro de casa, 29% na rua, 8% na internet, 8% no trabalho e 3% no bar ou balada. De todas essas violências, apenas 10,3% realizaram a denúncia em uma delegacia especializada. A temporalidade de abordagem do fenômeno da violência na cidade de Ponta Grossa se deu a partir da instauração da 4ª Vara criminal que, desde 2011, tem competência específica em crimes contra a criança, adolescentes, idosos e violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi a terceira Vara especializada nestes crimes instalada no Estado. Desde outubro de 2017, as mulheres em situação de violência que possuem Medidas Protetivas de Urgência emitidas pela justiça com base na Lei Maria da Penha passaram a contar também com a proteção da Patrulha Maria da Penha.

A seleção de Ponta Grossa como recorte espacial de investigação se deu pelo fato de que a maior parte dos diagnósticos de violência doméstica no Brasil se baseia em dados das capitais e poucas pesquisas trazem como referência cidades de menor porte populacional. O Paraná não faz parte dos estados que mais mata mulheres, segundo o último Anuário de Segurança Pública (2019), ele ficou em 20º lugar. Isso não significa que a violência é pouco relevante dentro do estado. No que diz respeito à violência doméstica, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2018), o Tribunal de Justiça do Paraná foi o quinto tribunal brasileiro que registrou maior número de novos casos de violência doméstica contra a mulher em 2017, com o total de 32.441 processos.

A tese se sustenta na ideia de corpo como espaço, trazendo as perspectivas feministas para a análise. Para as geógrafas como McDowell (1999), Rose (1993), Valentine (2011), Soto-Villagran (2013) e Silva (2009a e 2009b), a ciência geográfica negligenciou as análises do corpo devido seu caráter masculino e eurocentrado. A ciência geográfica tem características da modernidade e o fato de produzir um conhecimento considerado neutro, objetivo e universal, deixou de lado as experiências espaciais de vários grupos de pessoas que não se encaixavam no padrão dominante.

O fato do homem branco heterossexual se colocar na posição hegemônica e como o polo de referência para a constituição dos “outros” fez com que, durante muitos anos, a geografia produzisse análises espaciais descorporificadas, trazendo a ideia do espaço como produto de relações sociais cujos sujeitos não possuíam marcas. As geografias feministas, há mais de quarenta anos lutam pela produção de geografias corporificadas e desenvolvem como um dos seus pressupostos mais importantes a ideia do conhecimento situado, conforme Haraway (1988). O conhecimento posicionado proposto por Haraway (1988) implica no reconhecimento de que o conhecimento se produz de determinada situação e de se responsabilizar por ele, sendo capaz de explicitar cada ação investigativa. A política e a ética são as bases das contestações sobre aquilo que pode ser concebido como conhecimento e, se não for assim, a autoridade científica não passa de uma ilusão projetada de maneira abrangente, vinda de lugar nenhum.

Assim, enfrentar o desafio de explorar o corpo feminino como espaço de violência, sendo também uma mulher com histórico de violência, é algo que pode construir diferentes compreensões daquilo que se passou comigo e com outras mulheres. O fenômeno da violência doméstica exige pensar nos corpos, na dor, no sofrimento da opressão e até mesmo na eliminação. A violência doméstica possui definições jurídicas, cujas abordagens certamente fazem parte desta tese. Contudo, para esta tese, o que está em foco é a abordagem do conflito entre pessoas que vivem uma relação amorosa, os elementos deflagradores desse conflito, as posições dos sujeitos nas matrizes de poder e o ato da violência física.

Bondi, Davidson e Smith (2007) alertam que emoções fazem parte da existência humana cotidiana e fundam boa parte de nossas práticas diárias. Embora as emoções possam ser consideradas como sensações puramente físicas quando sentimos tristeza, raiva, alegria ou medo, para os autores, as emoções se constituem culturalmente, e aquilo que nossos corpos manifestam como sensações físicas possui uma mediação do tempo e do espaço. As emoções não podem ser compreendidas como um estado mental subjetivo interiorizado por um sujeito, mas concebidas em termos de sua mediação e articulação socioespacial. Os corpos e as emoções estão em constante processo de negociação de suas fronteiras, na medida em que os corpos são tanto o referente para o desejo, orgulho, prazer ou repugnância, mas também ele próprio encarna as emoções.

A violência doméstica envolve emoções corporificadas que estão em negociação constante com outras escalas que vão além do corpo de quem sofre a violência e de quem a pratica. Determinados corpos são assimilados culturalmente como passíveis de serem agredidos, são objetos do exercício de poder. Outros corpos são concebidos como autônomos e livres. Assim, é em torno da violência doméstica como conflito entre pessoas cujos lugares sociais são diferenciados que esta tese versa. As ações para o desenvolvimento da pesquisa tiveram dois caminhos. Um deles foi a pesquisa documental na 4ª Vara criminal, autorizada pela instituição competente, conforme documento apresentado (Apêndice 1). Realizamos um levantamento de 256 inquéritos. Esse número está relacionado à inauguração da Vara, que foi em outubro de 2011. Consideramos os inquéritos a partir de 2012 e trabalhamos para levantar 50 inquéritos de cada ano. Um recorte que realizamos com base no número de inquéritos anual, e o número de inquéritos disponíveis na Vara, uma vez que ocorria certa rotatividade com os inquéritos, por conta de espaço e arquivamento dos mesmos. Segundo um relatório emitido pelo analista judiciário do fórum, o ano de 2014 contou com 711 inquéritos policiais; 2015 com 748; 2016 com 864; 2017 com 853; e 2018, até 20/08, data de emissão do relatório, 659 inquéritos. O outro procedimento foi a realização de entrevistas com oito mulheres atendidas pelo Núcleo Maria da Penha, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, por meio do roteiro de entrevista dirigida. Nós realizamos uma apresentação em uma reunião com as mulheres assistidas pelo Núcleo Maria da Penha com a participação das profissionais de psicologia e realizamos o convite para a realização das entrevistas. O conteúdo foi autorizado pelas mulheres de forma oral no início de cada entrevista. Os dados da 4ª Vara foram quantificados a partir da leitura e coleta de informações de 256 inquéritos que cobrem os anos de 2012 a 2018 e que tiveram como ponto fundamental a violência física e o feminicídio. Os dados foram organizados em um banco de dados realizado no Open Office que contém basicamente a estrutura do inquérito. Esta organização permite a construção do diagnóstico do perfil das pessoas envolvidas nos conflitos, as formas de agressão física e os instrumentos utilizados, bem como identificar os locais de concentração da violência.

O conteúdo das entrevistas realizadas com 8 mulheres foi organizado a partir da metodologia proposta por Silva e Silva (2016). A metodologia é original, desenvolvida com ferramentas de software livre e está descrita de forma detalhada

em Silva e Silva (2016), no artigo *Ofício, Engenho e Arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos*, publicado na *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*. Essa metodologia, que também aplicamos na minha dissertação de mestrado, tem como centralidade o diálogo entre o quantitativo e o qualitativo. O detalhamento da aplicação das técnicas de análise de conteúdo empregada está descrito no primeiro capítulo.

O conteúdo da tese está distribuído em quatro capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada uma análise do processo de elaboração de pesquisa, a constituição do objeto de pesquisa a partir da minha posicionalidade e do meu corpo, bem como um detalhamento da metodologia adotada. O desenvolvimento dos passos de pesquisa, além de serem socializados é uma das características que pautam a ideia de que não existe uma verdade a ser desvendada, mas que os resultados que são apresentados nessa tese são frutos de um processo investigativo e de tomada de decisões.

O segundo capítulo apresenta um panorama da tradição geográfica que teve como preocupação fundamental as análises do corpo. Tal exercício de sintetizar a produção científica dentro da temática se realiza por meio da tradição epistemológica anglófona e de uma abordagem da produção científica brasileira, por meio do levantamento de dados do Observatório da Geografia Brasileira. A violência doméstica também é um importante eixo de discussão desse capítulo, já que ela tem sido objeto de reflexão tanto no campo jurídico, como político e social, com profundas relações espaciais. A multidimensionalidade do fenômeno da violência doméstica se faz também com a multiescalaridade espacial que envolve desde as escalas mais amplas até os corpos femininos, de forma tensionada.

O terceiro capítulo versa sobre os conflitos, as várias escalas espaciais que instituem o fenômeno da violência doméstica, implicando pensar o corpo e as relações de poder generificadas. É nesse capítulo que exploramos o perfil da mulher em situação de violência doméstica, bem como o perfil do indiciado a agressão. Compreender a mulher como vítima da violência doméstica não a coloca em um local de passividade, nesse capítulo, analisamos a violência enquanto relacional e a necessidade de avançar na compreensão da forma em que é estruturado um contexto violento.

Por fim, o quarto e último capítulo desta tese discute o copo feminino enquanto um espaço da violência e de disputa. Nesse capítulo, analisamos as

principais categorias discursivas identificadas nas entrevistas das mulheres que passaram por situação de violência doméstica, bem como as estratégias elaboradas pelas mesmas para transformar a própria realidade.

## CAPÍTULO 1

### A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E A REFLEXIBILIDADE: QUANDO O CORPO DE QUEM PESQUISA IMPORTA

Este capítulo tem por objetivo discutir minha posicionalidade e as escolhas metodológicas que foram realizadas no processo de investigação. Utilizo a linguagem pessoal por querer marcar um saber que se faz de forma situada, conforme tem argumentado a teoria feminista (HARAWAY, 1988). Creio que uma redação feminista científica deve manifestar as convicções políticas que envolvem a ciência.

Uma pesquisa feminista tem o compromisso de explicitar o conhecimento situado que, segundo Monk (2011), considera que o lugar é um tema que importa para a compreensão do mundo. E ainda, o que estudamos e como interpretamos o mundo são aspectos moldados por 'onde' nós nos situamos enquanto pesquisadores(as) não apenas geograficamente, mas pessoalmente em termos das nossas identidades, prioridades e modo de saber. Ter como base o conhecimento situado implica em assumir a responsabilidade de realizar um trabalho reflexivo e posicionado.

Por isso, além de utilizar a linguagem em primeira pessoa em muitos momentos, também trago para a redação científica minhas experiências pessoais, uma vez que foram muitas delas que me trouxeram até este momento e que colaboraram com as análises realizadas nesta pesquisa.

Haraway (1988) chama a atenção para a natureza corpórea da visão sobre uma determinada realidade e isso, para ela, são os saberes localizados. Esses saberes localizados não possuem o privilégio da verdade absoluta. Mas, segundo a autora, os saberes localizados expressam os limites do pensamento dos seres humanos, e a localização terá influência sobre o saber que somos/seremos capazes de produzir.

Segundo Silva (2009), a ideia de que todo conhecimento é produzido por uma pessoa de carne e osso em um tempo e espaço específicos e que não existe conhecimento que seja produzido fora dessa posição encarnada é uma proposição construída por feministas que trazem seus corpos para suas proposições metodológicas. O corpo considerado no processo de pesquisa implica uma reflexão da posicionalidade entre o(a) pesquisador(a) e as pessoas que constituem um

fenômeno que está sendo investigado. Rose (1997) sustenta a ideia de que, dessa forma, podemos realizar tentativas de superar a falsa neutralidade e universalidade do conhecimento científico.

Com base na ideia feminista do conhecimento situado, tanto a reflexibilidade sobre a trajetória investigativa, como a construção minuciosa dos passos da pesquisa se tornam fundamentais. Isso porque é o processo de pesquisa que define muitos dos resultados que são construídos. Portanto, esse capítulo traz minha trajetória pessoal e acadêmica que resultaram nas escolhas científicas e metodológicas que possibilitaram a produção desta investigação acadêmica.

## 1.1 TRAJETÓRIAS INVESTIGATIVAS CORPORIFICADAS E RELACIONAIS

### 1.1.1 Trajetória de uma Pesquisadora Feminista na Geografia Brasileira

A escolha do tema desta tese parte de uma caminhada anterior a ela, e muito anterior à própria caminhada da minha vida acadêmica. Sou uma mulher branca que nasceu na periferia de Curitiba – PR. Tive o privilégio de ser educada pela minha mãe, professora de escola pública e pelo meu pai, músico de trabalho noturno. Essa combinação fez com que eu me tornasse uma criança muito interessada em artes, música e literatura. Reconheço o esforço dos meus pais em me educar e me auxiliar em escolhas, mesmo que, por muitas vezes, eu mesma tenha questionado todas elas. Minha avó participou ativamente da minha criação, morávamos com ela, com o meu avô e, de tempos em tempos, com o meu tio, adicto.

Na rua da minha casa moravam muitas mulheres e todas elas trabalhavam muito, em casa ou não. Elas eram empreendedoras, trabalhavam para outras pessoas, donas de casa. Cresci com a impressão de que as mulheres eram pessoas fortes e que precisavam trabalhar muito para não depender economicamente de seus parceiros. Essa impressão não se estendia ao campo emocional. Observava uma dependência muitas vezes danosa a algumas delas. Eu vi muita violência doméstica acontecendo e aprendi que violência e amor andam juntos.

Na adolescência, minha mãe se separou do meu pai e foi embora de casa. Eu continuei morando com ele e com minha avó. Nesse mesmo ano, meu avô faleceu, meu tio foi embora e minha prima veio morar conosco. Comecei a ter relacionamentos amorosos com homens mais velhos do que eu. Meu primeiro

relacionamento aconteceu quando tinha 12 anos de idade, o segundo, 14, e foi nesse momento que eu tive os primeiros contatos com drogas, sexo e violência.

Comecei a trabalhar com 16 anos em uma escola de classe média e aos 17 eu também era babá. Segui trabalhando e estudando para conquistar uma vaga em uma instituição de ensino superior pública, pois conhecia as minhas condições financeiras familiares. Decidi sair da cidade em que eu morava não somente por ter conquistado a vaga na UEPG, mas também para romper com toda a realidade que me cercava.

Constituir-me uma mulher feminista não foi uma escolha, mas um caminho inevitável para a minha sobrevivência da maneira que eu gostaria. Reconhecer parte da minha vida permeada por violência e histórias de violência, seja das mulheres próximas de mim ou não, fez com que eu transformasse a minha realidade e desejasse transformar a realidade de outras mulheres também.

Esse desejo genuíno de transformação social foi uma chama que cresceu e foi alimentada dentro do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), do qual faço parte desde o primeiro semestre do curso de Licenciatura em Geografia, em 2010. Foi através da Professora Joseli Maria Silva, minha orientadora e do professor Marcio Jose Ornat, que eu tive meus primeiros *insights* feministas. Foi no GETE que tive meu primeiro contato com a geografia feminista e com a teoria feminista e senti como se eu já conhecesse muito sobre tudo que lia e ouvia, a identificação com a temática foi instantânea.

No ano de 2012, nós tivemos, na cidade de Ponta Grossa, a primeira manifestação expressiva do movimento feminista, a “Marcha das Vadias”, onde também se fortaleceu o embrião desta tese. Muitos casos de abuso sexual estavam sendo denunciados na Universidade de Toronto, no Canadá, e a Marcha das Vadias foi um levante feminista que teve início na mesma universidade, após uma palestra realizada por um policial sobre formas de prevenção à violência sexual. Nessa palestra, o policial sugeriu que, para evitar a violência sexual, as mulheres deveriam para de se vestir como vadias. As mulheres presentes se sentiram desrespeitadas pelo fato da prevenção estar direcionada às vítimas e não aos agressores e construíram, no dia 03 de abril de 2011, a primeira Marcha das Vadias. Após esse ato, a Marcha espalhou-se por vários países do mundo e por várias cidades até que, no dia 11 de agosto de 2012, a Marcha ocorreu na cidade de Ponta Grossa – PR.

A decisão de estudar violência sexual no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) veio do primeiro tema da Marcha, “meu corpo, minhas regras”. Desde então, eu me mantive próxima da temática. No TCC, trabalhei com inquéritos de violência sexual em Ponta Grossa e foi o tema que eu estendi para obter o meu título de mestre, mas dessa vez, investigando as entrevistas realizadas com mulheres que sofreram violência sexual.

Investigar o fenômeno da violência sexual não foi tarefa fácil. O primeiro ponto de dificuldade era o fato de que não existiam muitos trabalhos na geografia brasileira que se debruçassem sobre esse tema. O outro ponto se relacionava ao contato com as mulheres que sofreram violência sexual, por não saber ao certo como realizar essa aproximação. Porém, depois da Marcha, a quebra do silêncio foi uma onda, por meio da qual muitas mulheres se empoderaram para falar sobre o assunto e, novamente, nos vimos frente a um desafio, muitas mulheres me procuraram, entre elas, muitas amigas, e tudo isso era muito novo para nós.

No TCC, eu cheguei ao resultado de que a violência sexual ocorria principalmente dentro de casa com pessoas próximas, tendo como principais vítimas as meninas, notadamente nas fases da infância e da adolescência. O aprofundamento do tema da violência sexual foi realizado em minha dissertação de mestrado. Nesse momento de minha formação como pesquisadora, estava interessada em compreender a complexidade que envolvia as espacialidades da violência sexual contra as mulheres. Realizei quatorze entrevistas com mulheres jovens que me ajudaram a perceber que suas experiências de violência e o espaço reivindicavam outras imaginações geográficas muito diferentes daquelas que eu havia aprendido durante minha graduação.

Nas entrevistas, como uma boa pesquisadora ainda imatura, eu buscava compreender o que eu já tinha constatado anteriormente. Mas as entrevistas semiestruturadas nos direcionaram a outro caminho: as mulheres não respondiam o que eu esperava ou o que as nossas hipóteses nos apresentavam. Descobrimos, durante as entrevistas, que a espacialidade que a violência ocorreu não era exatamente o ponto mais significativo para elas. O que as mulheres traziam como centralidade em suas falas eram as marcas que foram deixadas na espacialidade corpo, mesmo que essas marcas não fossem necessariamente visíveis.

Isso nos chamou muita atenção, nós tínhamos algumas hipóteses de que o corpo poderia aparecer nas entrevistas, mas não com tamanha centralidade. Os

sentimentos de violação e de transgressão de fronteira expressos nos direcionavam a um referencial teórico inclinado a refletir sobre o corpo enquanto uma escala geográfica. Mais uma vez, explorávamos uma temática pouco estudada na geografia brasileira.

Soto-Villagrán (2013) argumenta que o peso da filosofia ocidental que fundou a geografia impediu, durante muito tempo, a emergência dos estudos do corpo, mesmo que ele seja um elemento central da existência humana. Segundo ela, a produção científica geográfica abordou majoritariamente questões da produção, do trabalho, do espaço público e das instituições do Estado, deixando de lado de forma desvalorizada os elementos que estiveram marcados pelo feminino.

Essa autora constata que foram as geografias feministas e das sexualidades as vertentes que trouxeram questionamentos sobre o corpo na análise espacial. São as mulheres feministas que instauram questionamentos sobre o espaço, por um longo período, foram impedidos de fazer parte do escopo do que era considerado geográfico. Além disso, Soto-Villagrán (2013) argumenta que o corpo não foi somente introduzido na geografia como uma escala espacial de análise pelas feministas, mas esta vertente também estabeleceu um forte debate sobre a implicação do corpo no processo de pesquisa.

Silva e Ornat (2016) mencionam a dificuldade das geografias feministas de trazer o corpo como elemento de análise espacial. Segundo a autora e o autor, as feministas haviam, durante muito tempo, lutando contra a ordem que associava o feminino e sua condição de inferioridade a sua natureza biológica. Para as feministas, o corpo representava as amarras que elas queriam superar, pois tanto o discurso religioso, conforme alerta Foucault (1988), como a produção das normas de educação, traziam o corpo feminino em seus aspectos negativos.

Na geografia brasileira, Silva (2009a) tem realizado uma luta epistemológica a fim de evidenciar que o caráter masculinista que marca a geografia brasileira tem desvalorizado várias abordagens consideradas inadequadas ou ilegítimas pelas hegemonias de nossa disciplina. Segundo ela, essa não é uma questão meramente abstrata, mas está materializada na distribuição de recursos econômicos e de prestígio acadêmico, criando um ciclo de valorização de determinadas formas de conhecimento e de sujeitos tidos como portadores da faculdade de criar saberes.

Trazer a questão do corpo como central na nossa investigação é um desafio e é também uma forma de não negar, mas assumir a posição de que a geografia é

corporificada e assim, decidir iluminar essas questões. O conceito de escala espacial é fundamental para compreendermos a questão do corpo enquanto um espaço geográfico. Marston (2000) traz a discussão de que a escala é uma construção e não uma estrutura hierárquica pré-determinada, mas sim o resultado de tensões que existem entre forças estruturais.

Neste momento - e como podemos melhorar a nossa teoria sobre isso. O que é consistente com o recente interesse na escala entre os teóricos sociais em geografia é o compromisso com a perspectiva construcionista e a rejeição da escala como uma categoria ontológica dada. Nestes últimos estudos teóricos sociais, o ponto fundamental a ser feito é que a escala não é necessariamente uma estrutura hierárquica pré-determinada para encomendar o mundo - local, regional, nacional e global. É, em vez disso um resultado contingente de tensões que existem entre as forças estruturais e as práticas dos agentes humanos (MARSTON, 2000. p. 219).

Sendo a escala uma construção e não uma estrutura dada, é possível compreender que as escalas são compreendidas a partir e através da estrutura do fenômeno pesquisado e também a partir das esferas de poder que o constituem. A ausência de tradição nos estudos da escala corporal não significa que essa escala não existe, mas que, em certo momento, os pesquisadores da geografia, sobretudo da brasileira, optaram por construir um saber que não necessariamente tem como objetivo ser corporificado, mas sim, por construir um saber cujo sujeito seja universal.

Ao concluir a dissertação de mestrado que trazia o corpo como um espaço geográfico, passei a tecer questionamentos sobre outras formas de violência que as mulheres sofriam e que marcavam seus corpos e experiências, para além do recorte da violência sexual que havia explorado no período do mestrado. Na violência sexual, as análises das entrevistas traziam a ideia de uma fronteira que havia sido violada, que era o limite da pele. A pele parecia ser um limite entre o 'eu' e o 'outro', mas passei a pensar que os corpos femininos são objetos de outras formas de violência e delimiti essa curiosidade em torno da violência doméstica.

### 1.1.2 O Conhecimento Produzido em Relações

O desenvolvimento dessa pesquisa teve a cumplicidade de outro pesquisador do GETE, Dimas Gontarek (2020), que desenvolveu dissertação de mestrado investigando a produção das masculinidades nos conflitos interpessoais de casais

heterossexuais, tendo como foco a casa como espaço privilegiado do poder masculino. Nesse sentido, enquanto a pesquisa dele explorava a masculinidade e as ações dos homens agressores, a minha pesquisa se voltava para as mulheres em situação de violência doméstica. Nossa relação de cooperação foi fundamental para olhar o fenômeno de outros ângulos e criar caminhos específicos, mas que dialogavam com aquilo que ele encontrava como resultados de pesquisa.

Muitas foram as fases e formatos de investigação que acabaram desenhando os caminhos desta tese. No TCC, trabalhei com inquéritos. Na dissertação, trabalhei com entrevistas semiestruturadas e agora, na tese, tanto os inquéritos, como as entrevistas semiestruturadas se fizeram presentes.

Esse processo, que ocorreu de forma triangulada com a pesquisa de Gontarek (2020), possibilitou tanto um aprendizado mais dialogado, como um suporte emocional em tempos tão complicados como o que vivemos da pandemia da Covid-19. Gontarek (2020) constatou, a partir do seu campo e das obras de McDowell (2000) e Butler (2003), que toda masculinidade é construída social, temporal e espacialmente, pois ser homem não é um fato biológico. O ser homem se constitui a partir do exercício do poder normativo que elabora singularidades diferentes de masculinidade através da intersecção de fatores econômicos, culturais e espaciais.

Na minha dissertação, eu trabalhei pela primeira vez com entrevistas semiestruturadas. As ferramentas que utilizamos para a aproximação com as vítimas foram o *Youtube* e a rede social *Facebook*. Essas plataformas nos projetaram para uma visibilidade muito grande, mas o grupo acessado foi restrito e específico. Eram principalmente mulheres acadêmicas que tinham acesso à internet e facilidade no uso dessa ferramenta. O perfil das mulheres que participaram da minha pesquisa foi bastante homogêneo e isso foi um facilitador na análise do conteúdo, pois elas utilizavam um vocabulário muito parecido e tinham certo conhecimento sobre teorias feministas. Ao mesmo tempo, eu percebia que essa facilidade foi também um limitador, pois não entrevistei mulheres que faziam parte de realidades diversas. Esse ponto foi decisivo para escolher os caminhos que tomei na tese. Eu tinha o interesse de trabalhar com um grupo mais heterogêneo e também compreender a violência contra a mulher em suas diferentes realidades.

Durante a construção da pesquisa, uma jovem mulher, estudante da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi assassinada pelo ex-namorado, e isso

reverberou em toda a universidade. Foi realizado um ato em formato de vigília em frente à reitoria e esse fato impulsionou ainda mais a vontade de compreender os fenômenos de violência para, quem sabe, contribuir para alterar essa realidade.

Eu tinha anseios de construir uma pesquisa que contemplasse mulheres em diferentes contextos e decidi que o caminho seria compreender como o corpo feminino se constitui alvo de violência através dos crimes de violência doméstica. O corpo morto de uma jovem mulher me fez pensar no quanto as mulheres são seus corpos. Na mesma época, Gontarek (2020) buscava compreender a complexidade da construção de uma masculinidade violenta e os fatores que colaboram com essa construção, também a partir dos crimes de violência doméstica. Foi então que decidimos triangular a nossa pesquisa, por compreender suas complexidades e também vislumbrar a possibilidade de que elas pudessem apresentar uma compreensão alargada desse fenômeno social tão doloroso.

A decisão em estudar violência doméstica contra a mulher vem dessa trajetória. Mas, além disso, algo que era bastante intrigante é a marca espacial desses crimes: a casa. A casa é uma espacialidade esquecida pela geografia brasileira, como tem argumentado Silva e Ornat (2021), e esse silenciamento tem o sentido de invisibilizar a violência contra as mulheres na geografia brasileira. A autora e o autor afirmam que:

A geografia brasileira com tradição de analisar as grandes áreas como regiões, países e cidades, agora se depara com a necessidade de compreender elementos que não fazem parte de sua tradição epistemológica, como a casa, o corpo e as emoções. Embora as vertentes feministas tenham se mantido cautelosas em considerar tais abordagens pelo fato de que elas foram historicamente usadas para justificar a inferioridade feminina e limitá-las ao espaço doméstico, atualmente a abordagem feminista tem realizado importantes contribuições críticas (SILVA; ORNAT, 2021, p. 48).

Segundo o relatório final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre violência contra a mulher (CPMI-VCM, 2013) no Brasil, entre 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres foram mortas, cerca de 41% em suas próprias casas e em sua maioria pelo companheiro ou ex-companheiro, com quem mantinham ou haviam mantido relações íntimas de afeto e confiança. Ainda segundo o relatório, entre 1980 e 2010, o índice de assassinatos de mulheres dobrou no país, passando de 2,3 assassinatos por 100 mil mulheres para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres. Esse número colocou o Brasil em sétimo lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres, figurando assim, entre os países mais violentos do mundo nesse aspecto.

No Atlas da Violência de 2019, entre os anos de 2007 e 2017, o país teve um aumento de 30.7% no número de homicídio de mulheres. No último ano da série, o registro de aumento foi de 6,3% em relação ao ano anterior, segundo Cerqueira, no Atlas da Violência (2019). Um ponto a ser destacado é que esse aumento pode ter ocorrido de forma efetiva ou por consequência da Lei do Femicídio (Lei nº 13 de 09/03/2015) que, por ser relativamente nova, pode ter colaborado para a diminuição da subnotificação desse crime. No mesmo Atlas, Cerqueira (2019) afirma que há um reconhecimento na literatura internacional de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por pessoas conhecidas ou íntimas da vítima. Mesmo que o número real de feminicídios não seja igual ao número de mulheres mortas dentro das residências, esse reconhecimento, segundo o autor, é uma boa aproximação.

Prado e Sanematsu (2017), no dossiê “Femicídio: invisibilidade mata”, trazem a reflexão de que, apesar de importante, nomear um problema é um primeiro passo para a visibilidade de um cenário grave e permanente. Agora, para impedir que os assassinatos de mulheres continuem, é fundamental conhecer suas características. As autoras trazem a necessidade de construir, no âmbito da sociedade e do Estado, a compreensão de que essas mortes acontecem como desfecho de um histórico de violências.

Em alguns documentos oficiais e em muitas cartilhas de instituições que trabalham a temática da violência contra a mulher, encontramos largamente o conceito de continuum utilizado por Liz Kelly (1988) no livro *Surviving Sexual Violence*. Ainda que a autora trabalhe com o fenômeno da violência sexual, o conceito de continuum apresenta uma série de fatores em comum com a violência contra a mulher em seus diferentes aspectos e de forma geral.

A primeira definição utilizada por Kelly (1988) é baseada no *Oxford English Dictionary*, a partir do dicionário, continuum seria “algo comum que está subjacente a muitos eventos diferentes”. A segunda definição que a autora nos apresenta é que continuum seria “uma série contínua de elementos ou eventos que se passam uns nos outros e que não podem ser prontamente distintos”. A autora aponta que o primeiro significado nos permite discutir a violência de uma forma genérica. Já o segundo nos permite documentar e nomear a gama de abusos, embora reconhecendo que não há uma definição clara e categorias analíticas em que o comportamento masculino possa ser colocado.

Essa definição de Kelly (1988) contribui muito para a reflexão da complexidade que envolve a violência contra a mulher. No Brasil, desde 7 de agosto de 2006, contamos com a Lei 11.340, popularmente chamada de Lei Maria da Penha. Essa lei foi criada a partir dos episódios de violência doméstica sofridos por Maria da Penha Maia Fernandes, em 1983. A lei só foi sancionada 23 anos depois, ou seja, o caminho para que violência contra a mulher se tornasse crime no Brasil foi muito longo e contou com apoio e denúncias de organizações internacionais como o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), que auxiliaram para que o caso fosse levado até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Essas organizações contribuíram para que Maria da Penha Maia Fernandes obtivesse justiça no seu caso e a partir dessa pressão externa e interna, o Estado brasileiro foi obrigado a elaborar mecanismos para prevenção e punição em casos de violência doméstica.

Quando Kelly (1988) aponta que não há definições claras e categorias analíticas para o comportamento masculino, ela está trazendo a reflexão do continuum como um fenômeno generalizado e comum na vida cotidiana das mulheres. Antes da Lei Maria da Penha, e isso é muito recente, visto que a lei tem apenas 15 anos, não existia no Brasil uma categorização dos crimes que compunham o leque da violência doméstica e nem mesmo sua própria conceituação em lei.

Nomear a gama de abusos, intimidação, coerção, ameaça e força ainda não é suficiente para compreender a complexidade desse continuum da violência. O que a autora propõe com esse conceito é que a violência contra a mulher não é linear, nem relativizada quanto a sua gravidade. A perspectiva da autora é que todas as formas de violência (sexual) são graves e que é impróprio criar uma hierarquia de abusos dentro de uma análise feminista. A mensuração “mais ou menos” será relacionada à prevalência, ou seja, ao discutir a existência de formas de violência sexual que a maioria das mulheres sofrem em suas vidas e que são mais propensas a vivenciarem em diferentes ocasiões. Kelly (1988) aponta que embora essas formas comuns sejam mais propensas a serem definidas por homens como um comportamento aceitável, seja um assédio sexual entendido pelos homens como diversão ou um ato inofensivo, esse comportamento está ligado à expressão de violência.

Quando consideramos o fenômeno da violência, consideramos um aspecto de suma importância para a compreensão de sua complexidade: o poder. Quando falamos que determinado grupo sofre violência de outro grupo específico, temos um exemplo de uma relação de poder desigual. Foucault (1988) defende a argumentação de que não existe poder que seja exclusivo a alguém, mas sim que esse poder é desenvolvido a partir de uma multiplicidade de relações de força e estímulos que são alimentados constantemente e que permitem, desse modo, uma relação de poder desigual entre as partes. Gontarek (2020), em sua investigação de mestrado, aponta que no caso da violência doméstica, essa manutenção do poder ocorre de maneira mais expressiva para o grupo de homens violentos, uma vez que a força física e outros tipos de violência são capazes de manter a posição de privilégio desses homens frente à multiplicidade de relações.

Para compreender toda essa teia que, anterior a esta investigação já se construía nas minhas pesquisas, ou seja, os números de violência contra a mulher no espaço doméstico, a discussão de que somente a existência da lei não é o suficiente para que a violência não ocorra, o fato de que a violência é muito maior do que um fenômeno pontual, mas um mecanismo sistêmico da sociedade.

## 1.2 A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE PESQUISA

O desenho da pesquisa teve como fio condutor compreender como o corpo feminino se constitui em espacialidade de violência doméstica em Ponta Grossa-PR. Essa questão central foi segmentada em outras três. A primeira explorava de que forma a violência doméstica se desenvolve nas relações de conflitos interpessoais entre casais heterossexuais. A segunda rastreava a forma como as variadas escalas espaciais instituem diferentes poderes que são componentes da violência doméstica. A terceira e última examinava como ocorrem os tensionamentos em torno da apropriação dos corpos das mulheres que sofrem violência doméstica.

Para cada uma das questões foram estabelecidos procedimentos que possibilitassem produzir as respostas que eram perseguidas. A primeira questão teve como base os inquéritos da 4ª Vara Criminal do Fórum de Ponta Grossa que tem como competência específica os crimes contra crianças, idosos e violência doméstica e familiar contra a mulher. Tanto a minha pesquisa como a de Gontarek (2020) tiveram esta fonte e, com base em alguns procedimentos exploratórios,

decidimos recortar o universo de crimes que caracterizam a violência doméstica e consideramos o crime de vias de fato e feminicídio, ou seja, trata-se da infração penal que ameaça a integridade física da pessoa através de atos de ataque ou violência, no nosso caso, contra a mulher. Essa escolha se deu pelo fato de que embora o inquérito fosse tipificado pelo tipo de violência que levou à denúncia, a leitura dos fatos narrados expunha que a violência física sempre estava acompanhada da verbal, psicológica e outras.

As outras duas questões da tese tiveram como fonte as mulheres que recebiam atendimento psicológico no Núcleo Maria da Penha, setor da Universidade Estadual de Ponta Grossa que presta atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Solicitamos, em 2018, um relatório referente ao número de inquéritos desde a criação da 4ª Vara e recebemos os seguintes números. Em 2014, foram 711 inquéritos referentes à violência doméstica. Em 2015, foram 748. Já em 2016, o total foi de 864. Por fim, no ano de 2017, a Vara recebeu o total de 853 inquéritos. Desta forma, foi possível constatar que a violência doméstica em Ponta Grossa estava aumentando ao passar dos anos. Não se sabe ao certo o motivo desse crescimento, pode ser que a violência tenha aumentado, mas também é possível que as campanhas contra a violência contra a mulher estejam chegando cada vez mais até as pessoas que precisam desse acolhimento.

Em Ponta Grossa, a 4ª Vara Criminal da Violência Doméstica foi inaugurada em 2011, e tem como competência específica crimes contra a criança, adolescentes, idosos e violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi a terceira Vara especializada nestes crimes instalada no Paraná. Segundo a experiência de um dos servidores do cartório que nos cedeu entrevista, os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher são a grande maioria dos processos que estão no cartório, representando cerca de 80% dos inquéritos. A violência doméstica, conforme Day et. al. (2003), traz mães, pais, avós e outras pessoas como protagonistas de tal violência, porém há uma predominância de denúncias que trazem o relacionamento amoroso, notadamente heterossexual, como um forte componente da violência contra as mulheres.

Os arquivos do Fórum não estão organizados de uma maneira que correspondesse às nossas expectativas de pesquisa. Então, foi preciso compreender o fluxo de documentos para estabelecer o que poderíamos acessar e

como coletaríamos as informações. Para isso, obtivemos a autorização da Juíza da 4ª Vara Criminal da Violência Doméstica (Anexo 1). Em entrevista com o Técnico Judiciário da 4ª Vara, entendemos o caminho percorrido até que uma denúncia se torne um inquérito policial. O primeiro passo da mulher que passou por violência é realizar a denúncia, ou seja, o judiciário precisa ser provocado. Nesse caso, o local mais procurado para realização dessa denúncia é a Delegacia Especializada que temos na cidade, a Delegacia da Mulher. É nela onde se realiza o primeiro momento da denúncia e, dependendo da gravidade da situação, podendo causar risco à integridade física da vítima, é realizado o pedido da medida preventiva. A medida protetiva é uma ferramenta de urgência que pode ser liberada no mesmo dia, ou no dia seguinte pelo(a) juiz(a), quando da realização do pedido, mesmo que a investigação não inicie imediatamente. São dois tipos de inquérito, um que necessita de representação, e outro que não. Nos crimes enquadrados pela Lei Maria da Penha, em que há violência física contra a mulher, não é necessária representação, pois quem representa, nesse caso, é o Ministério Público. Em outros crimes, a vítima precisa representar criminalmente contra o agressor.

Existe uma ação no judiciário brasileiro que ocorre todo ano nas comarcas, chamada “Semana pela Paz em Casa”. Ela tem como objetivo agilizar o andamento dos processos relacionados aos casos de violência doméstica e familiar, além de conscientizar a população sobre esse problema. Essa semana é um exemplo dos inquéritos que necessitam de representação das vítimas. Uma das ações promovidas na semana é consultar como estão as mulheres que passaram por alguma violência, trazê-las para o Fórum, conversar sobre violência doméstica e saber se elas desejam ou não dar continuidade à denúncia. Essa opção de retirar a denúncia ocorre apenas quando não houve crime de vias de fato, ou seja, quando as mulheres não sofreram violência física, já que no caso do crime de vias de fato quem representa é o Ministério Público.

Tive a oportunidade de acompanhar duas reuniões com a assistente social do Fórum e constatei que metade das mulheres, em ambas as reuniões, decidiram retirar a denúncia. Na roda de conversa, algumas mulheres compartilharam entre si os motivos que as levavam a retirar ou manter a denúncia e ir em frente com o processo. Muitas delas se encontravam em uma relação amistosa com a pessoa que foi denunciada, mesmo estando separadas, e o maior motivo desse convívio pacífico eram os filhos.

Um crime menos comum, de duas mães que passaram por situações de violência doméstica com os filhos, também foi relatado nas conversas e ambas decidiram não ir para frente pelo tempo decorrido desde o fato. Eu me emocionei nessa reunião, por estar, pela primeira vez, entrando em contato com mulheres que haviam realizado a denúncia da violência doméstica. Como eu ainda não tinha ido para o campo realizar as entrevistas e ainda estava na fase do levantamento dos inquéritos, essa foi a minha primeira experiência com mulheres que denunciaram.

Particpei como ouvinte, não interagi e nem conversei com as mulheres após a reunião, mas, para mim, naquele dia, elas começaram a aparecer, e não representaram apenas um nome ou uma vítima descrita nos inquéritos, mas mulheres de carne e osso que decidiram romper com o ciclo da violência. A experiência me deu forças, observando, tanto as mulheres que retiraram a denúncia, com seus motivos para justificar tal decisão, quanto as mulheres que não retiraram, por encontrarem na denúncia um caminho de resolução e amparo para as situações que viveram ou ainda vivem.

Todos esses passos foram de extrema importância para a compreensão das fontes documentais e operacionalização da Lei Maria da Penha. Acessar as etapas da denúncia e compreender as ferramentas que podem ser utilizadas para a proteção e prevenção dos crimes de violência foi um dos grandes aprendizados desse período em que realizamos o campo no Fórum de Justiça. Os técnicos que trabalham na 4ª Vara foram bastante atenciosos conosco, inclusive para nos ensinar algumas coisas da área jurídica que acabavam nos escapando por sermos da Geografia.

Pudemos ter acesso a 256 inquéritos sobre violência doméstica, especificamente sobre violência física e feminicídio, referentes ao período de 2014 a 2018, que permitiram nossa compreensão sobre quais eram os elementos que constituíam esses crimes.

### 1.2.1 A Análise das Fontes Documentais

Os inquéritos são documentos jurídicos que possuem a finalidade de investigar a denúncia para encaminhar o julgamento, obedecendo aos trâmites que são próprios do campo do judiciário. Portanto, foi necessário estudar a organização interna do inquérito a fim de criar uma forma de extrair as informações dessa fonte

que fosse capaz de construir as respostas que buscávamos. Foi elaborado um banco de dados no software Open Office, considerando as seguintes variáveis: natureza do crime, espacialidade, tipo de arma empregada, dados da vítima (idade, escolaridade, profissão, renda, estado civil, endereço, cor da cútis, solicitação de medida protetiva) e dados do indiciado (escolaridade, idade, profissão, endereço, autor, vítima, idade, escolaridade, profissão, renda, endereço, estado civil, cor da cútis e relação com a vítima, se tem filhos, vícios e se já foi indiciado).

O levantamento dos dados dos 256 inquéritos durou aproximadamente 8 meses, pois todos os dados que precisávamos acessar estavam em material impresso. O cartório disponibilizou um relatório dos casos ano a ano, mas o detalhamento desses inquéritos foi levantado por nós, com base nesses arquivos.

Embora os inquéritos de agressão física tivessem sido escolhidos para análise, a leitura aprofundada do conteúdo apontou que há uma conjugação de outras formas de violência como ameaça e agressões verbais que acompanham a violência física. Por mais que as denúncias sejam específicas, os crimes de violência doméstica vias de fato não ocorrem de forma isolada, mas as violências ocorrem de maneira conjunta. Nesse sentido, procuramos superar uma análise descritiva dos tipos de violência, trazendo a dinâmica conflitiva que envolve os sujeitos do fenômeno da violência doméstica.

Os inquéritos apontam que há uma tomada de posse do espaço corpóreo pelo agressor, mas também uma resistência por parte das mulheres no domínio de seus corpos, sendo esses elementos extraídos dos relatos que compõem o inquérito. Esses documentos trazem mais dados sobre as pessoas indiciadas pelo crime do que sobre as vítimas. Deste modo, foi possível traçar um perfil geral muito mais apurado dos homens acusados de agressão do que das mulheres em situação de violência. Ainda assim, mesmo que de forma menos refinada, foi possível traçar um perfil geral referente às mulheres e, sobretudo, ler seus depoimentos e a constituição de sua versão no caso de agressão.

O levantamento dos inquéritos possibilitou que entrássemos em contato com um número alto de casos e cada um trazia questões ricas para um desenvolvimento de análise, como o fato de que 92,1% dos inquéritos são referentes a companheiros ou ex-companheiros: 114 deles são referentes à violência doméstica cometida contra a mulher pelo ex-companheiro, representando 44,5% dos inquéritos, e 122 são cometidas pelo atual companheiro, representando 47,6% dos inquéritos. Ou seja,

majoritariamente, os casos de violência contra a mulher estão diretamente relacionados com relações conjugais. Após o levantamento dos inquéritos, realizamos a construção de gráficos dos perfis dos indiciados e das vítimas, número de medidas protetivas, espacialidade em que a violência ocorreu, entre outros dados.

Esse momento do levantamento e sistematização nos deu uma bagagem de preparo um pouco maior para nos direcionarmos para as entrevistas com as mulheres que passaram por situação de violência. Já entendíamos como a violência contra a mulher ocorria na cidade de Ponta Grossa – PR, conhecíamos um pouco mais dos trâmites do processo e das medidas protetivas e também já tínhamos lido os casos e os depoimentos de vítimas e indiciados. Entrar em contato com tantas realidades diferentes através dos inquéritos nos deu suporte para elaborar o roteiro das entrevistas, nos direcionou, derrubou algumas hipóteses e nos preparou para o segundo momento do campo.

Após o campo no Fórum de Justiça, o retorno ao laboratório e o amadurecimento dos dados coletados através de algumas análises, partimos para as entrevistas com mulheres que sofreram violência. Cabe registrar que, no primeiro momento, eu ainda não tinha certeza sobre a realização das entrevistas pelo fato de que acessamos os depoimentos tanto das vítimas, quanto dos indiciados. Em certo momento, por ser um material tão rico para análise, cheguei a pensar que as fontes documentais poderiam ser as nossas únicas fontes para a tese. Porém, depois de retornar ao laboratório e realizar a análise desse material, percebemos que, para a nossa investigação, as declarações que constam nos inquéritos são direcionadas para uma investigação criminal e que não são capazes de responder às questões subjetivas que essa tese se propõe a responder. Era preciso dar continuidade às investigações para trazer elementos que não constavam nos documentos oficiais.

### 1.2.2 As Mulheres Colaboradoras, Seus Discursos e a Análise do Conteúdo das Entrevistas

As fontes documentais foram fundamentais para trazermos a dinâmica e os principais elementos dos conflitos que envolvem a violência doméstica. Entretanto, ainda precisávamos compreender as relações das diferentes escalas espaciais e os poderes, bem como os tensionamentos em torno da apropriação do corpo das

mulheres na violência doméstica. A busca por essas respostas conduziu à busca por mulheres que sofreram a experiência da violência doméstica. A metodologia de *snow ball* que consiste em estabelecer uma rede de pessoas que indicam outras pessoas não se mostrou eficaz, pelo fato de que a violência doméstica é um assunto que envolve o silenciamento da vítima e seu isolamento social. Buscar mulheres em sofrimento de violência doméstica nos locais como a delegacia ou Fórum poderia gerar a construção de uma imagem da pesquisa ligada às instituições de justiça, implicando de imediato uma postura diante das perguntas.

Depois desta avaliação, o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) foi o local de contato para que pudéssemos acessar as mulheres em situação de violência doméstica. O NUMAPE é um órgão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), criado em 28 de fevereiro de 2018, que tem como objetivo garantir os direitos de mulheres que estejam passando ou que passaram por algum tipo de violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial. O projeto não é exclusivo da UEPG, ele está presente em outras Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Paraná, como a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

Essa iniciativa procura financiar projetos que tenham como centralidade a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, para que as universidades públicas possam contribuir para a efetivação de políticas públicas além de apoiar, acompanhar e fortalecer programas de prevenção, defesa e divulgação dessas políticas na área do enfrentamento à violência contra a mulher. Na UEPG, o NUMAPE possui equipes de várias áreas, como Direito, Serviço Social e Psicologia.

Depois de uma reunião em que o projeto de tese foi apresentado para a diretora do Núcleo, a professora Maria Cristina Rauch Baranoski, obtivemos a autorização para iniciarmos a pesquisa, desde que não atrapalhássemos a dinâmica de trabalho já estabelecida pela equipe do NUMAPE.

O contato inicial foi realizado no início de um dos encontros que se dão entre a equipe de Psicologia e as mulheres que participam de um grupo que discute a situação de violência. Eu e minha orientadora, com o acompanhamento das profissionais de psicologia do núcleo, realizamos a primeira aproximação com as

mulheres, mostramos os objetivos da pesquisa, explicitamos a garantia do anonimato e dos cuidados éticos que tínhamos com os depoimentos e sentimos boa receptividade pelas mulheres que faziam parte do grupo. Além das que se colocaram como voluntárias nesse dia, foi fundamental o apoio da equipe do NUMAPE, que difundiu a proposta para outras mulheres que faziam acompanhamento psicológico com as profissionais. No total, conseguimos realizar 6 entrevistas na instituição.

A preocupação principal das profissionais do NUMAPE era que as mulheres que fossem participar das entrevistas fossem aquelas que já estivessem um pouco mais preparadas para falar da situação que passaram, pois muitas chegam à instituição muito fragilizadas e vulneráveis para falar dessa experiência traumática e que, em alguns casos, ocupou ou ainda ocupa muito tempo de suas vidas, sendo o agressor seu marido ou ex-companheiro, algumas ainda casadas ou dependentes, de alguma forma, dos mesmos. Além das entrevistas que realizamos no NUMAPE, realizei 2 entrevistas com mulheres que já tinham passado pela instituição.

As entrevistas foram realizadas a partir de questões semiestruturadas que versavam sobre os dados gerais da pessoa que concedia a entrevista e da dinâmica da relação conflituosa, trazendo não apenas a descrição das ações de violência, mas as emoções envolvidas nas experiências vividas, como pode ser verificado no roteiro (Apêndice 1). Realizamos oito entrevistas, que nos renderam aproximadamente 5 horas e 30 minutos de áudio. Algumas dessas mulheres nunca tinham tido contato com entrevistas semiestruturadas ou mesmo a metodologia da história oral e, em vários momentos, respondiam às questões de forma mecânica e em outros eram mais abertas e emotivas. Não havíamos determinado uma amostra *a priori*. Foi utilizada a ideia de saturação das respostas, que se dá quando temos fatores em comum nas falas das entrevistadas. Sá (1998) argumenta que entrevistas em profundidade alcançam um número satisfatório quando a tendência das respostas se repete e isso significa que já se atingiu um número de entrevistas que trazem dados confiáveis. Para ele, o critério da saturação se dá quando "os temas e/ou argumentos começam a se repetir isto significaria que entrevistar uma maior quantidade de outros sujeitos pouco acrescentaria de significativo ao conteúdo da representação; pode-se então realizar mais umas poucas entrevistas e parar" (SÁ, 1998, p. 92).

QUADRO 1 – Perfil Geral das Mulheres Entrevistadas

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda	Racialidade	Filhos	Relação Conflituosa
1	38 anos	Ens. Médio completo	Cuidadora de Idosos	Um salário mínimo	Branca	Dois filhos	Marido
2	37 anos	Ens. Fundamental incompleto	Panfletagem	Entre um e dois salários mínimo	Branca	Seis filhos	Marido
3	57 anos	Ens. Médio incompleto	Do lar	Entre quatro e cinco salários mínimos	Branca	Quatro filhos	Marido e filho mais novo
4	45 anos	Ens. Médio completo	Balconista	Um salário mínimo	Branca	Dois Filhos	Marido
5	40 anos	Ens. Superior completo	Professora	Entre um e dois salários mínimo	Negra	Dois filhos	Marido
6	23 anos	Ens. Médio Incompleto	Do lar	Sem renda	Branca	Dois filhos	Marido
7	29 anos	Ens. Superior completo	Professora	Entre um e dois salários mínimo	Branca	Um filho	Marido
8	30 anos	Pós-graduação (cursando)	Geografa	Entre um e dois salários mínimo	Branca	Sem filhos	Marido

Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e quadro organizado pela autora.

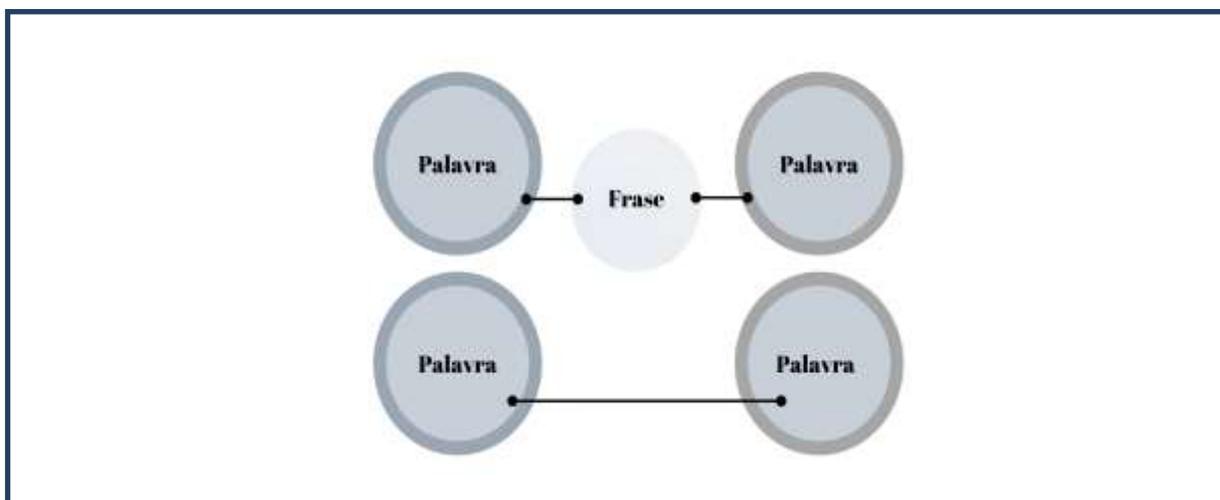
Após a realização das entrevistas, as falas foram transcritas na íntegra e foi realizada a sistematização com base em Silva e Silva (2016) e Silva, Almeida, Silva e Campos (2018).

O primeiro passo dessa metodologia é a reunião de todo o material transcrito e a limpeza do discurso retirando as *stopwords* que são termos que não possuem um significado, quando tomados de forma isolada, ou expressões como tiques de linguagem, interjeições ou cacoetes, como 'tipo assim', 'né' e outros. Após a retirada das *stopwords*, o Open Refine auxilia no processo de *clusterização*, reunindo palavras com mesmo radical e sentido, como exemplo 'marido', 'esposo' ou ainda

'filho' e 'filhos', isso facilita na composição de um discurso com um número mais enxuto de palavras, sem perder o sentido do discurso.

Após o processo de limpeza e clusterização no Open Refine foi construído um arquivo de rede de frases e palavras (bimodal) para ser processado no software gephi 0.9.2, cujo arquivo de rede pode ser consultado no link <https://www.kaggle.com/datarepositoty1/mulheres1>. A rede bimodal frase-palavras foi submetida a uma projeção multimodal para obtenção da rede unimodal palavras-palavras, cujo arquivo de rede pode ser consultado no link <https://www.kaggle.com/datarepositoty1/mulheres1>. Conforme Newman (2010), a projeção multimodal possibilita identificar os metarrelacionamentos entre palavras. A rede bimodal, com os dois tipos de nós (frases e palavras), é convertida para um só modo (unimodal), ligando os nós de palavras. Assim, foi obtida uma rede capaz de mostrar a interconexão existente entre palavras nas frases das entrevistas realizadas. A Figura 1 ilustra o procedimento.

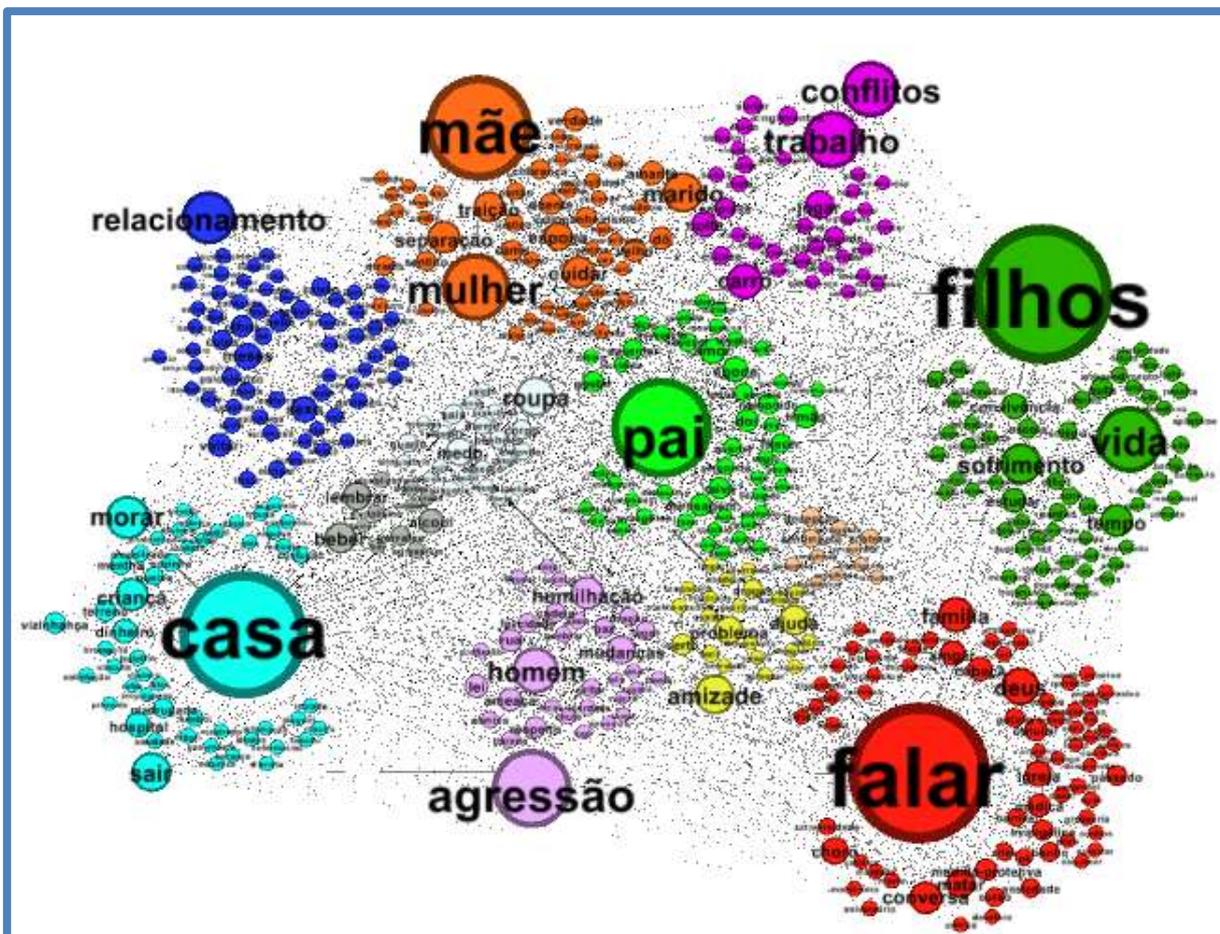
FIGURA 1 – Modelo de Conversão de Rede Bimodal (frase-palavra) - Unimodal (palavra-palavra)



Fonte: Desenvolvido pela autora.

A rede semântica geral de palavras pode ser visualizada no Grafo 1, a seguir.

GRAFO 1 – Grafo da Rede Semântica Unimodal de Palavras



Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e grafo organizado pela autora.

O grafo da rede de palavras expresso no Grafo 1 é do tipo 'unimodal'. Com resolução 0.8, formando 12 comunidades. Esse ensaio foi feito a partir das conexões mais expressivas entre as palavras. Na tabela 1, é possível visualizar as variáveis do laboratório dos dados que dão origem ao grafo organizado a partir do grau ponderado. O grau ponderado considera o peso das arestas que possibilita evidenciar a intensidade das relações entre as palavras.

TABELA 1 – Ranking de Palavras por Centralidade de Grau e Grau Ponderado

Label	Grau	Grau Ponderado
Falar	173	712.0
Filhos	178	707.0
Casa	184	639.0
Mãe	125	515.0
Pai	103	483.0
Agressão	113	366.0
Mulher	104	304.0
Vida	109	295.0
Trabalho	106	245.0
Conflitos	93	238.0
Relacionamento	104	219.0
Homem	72	181.0
Morar	61	167.0
Sufrimento	57	151.0
Marido	66	148.0

Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e tabela organizada pela autora.

Essa rede de palavras traz as principais conexões e a centralidade de determinadas expressões. É a partir dessa primeira rede que se iniciam as observações de concentração e dispersão que dão as pistas iniciais para a criação das categorias discursivas. É importante deixar claro que essa primeira rede de palavras reflete o discurso criado pelas mulheres, sem que tenha havido intervenção interpretativa de minha parte como pesquisadora que analisa o discurso.

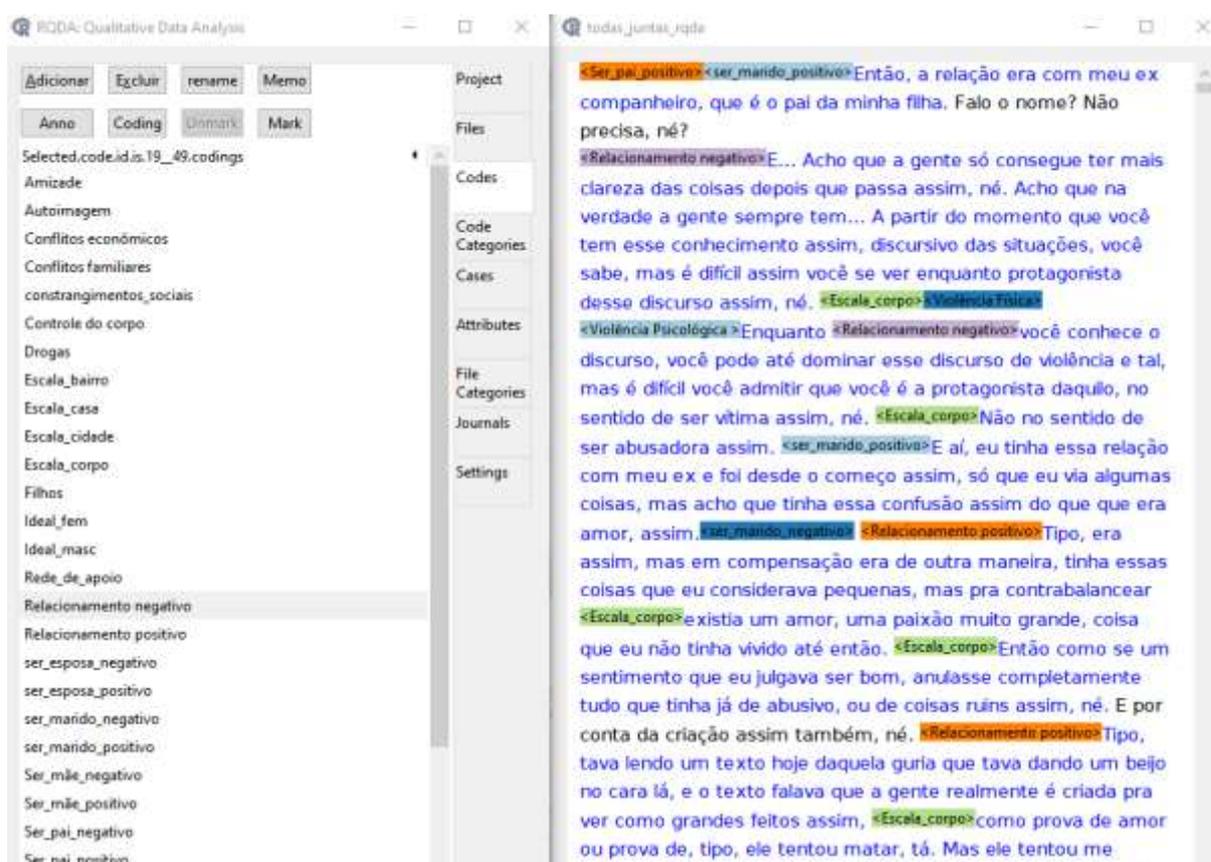
O grafo de palavras permite encontrar as primeiras concentrações de termos para a criação das categorias discursivas. A categorização do discurso é uma interpretação das falas criada por quem está tomando as decisões do processo de pesquisa. A criação das categorias é uma operação mental que traz a mediação das concentrações de palavras e daquilo que possibilita criar as respostas aos questionamentos que foram estabelecidos.

Foram criadas trinta e uma categorias. Amizade; Autoimagem; Conflitos econômicos; Conflitos familiares; Constrangimentos sociais; Controle do corpo; Drogas; Escala bairro, Escala casa, Escala cidade; Escala corpo; Filhos; Ideal Feminino; Ideal Masculino; Rede de apoio; Relacionamento positivo; Relacionamento negativo; Ser esposa positivo; Ser esposa negativo; Ser marido positivo; Ser marido negativo; Ser mãe positivo, Ser mãe negativo; Ser pai positivo;

Ser pai negativo; Trabalho; Violência física, Violência moral; Violência patrimonial; Violência psicológica; Violência sexual;

A categorização do conteúdo discursivo foi realizada pelo software RStudio, pacote RQDA. Os trechos do discurso vão sendo marcados com a categoria correspondente, conforme a interpretação durante a leitura. A Figura 2 evidencia a operacionalização da marcação das categorias.

FIGURA 2 – Operacionalização da Categorização do Discurso no Software RQDA



Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e print da tela do software RQDA feito pela autora.

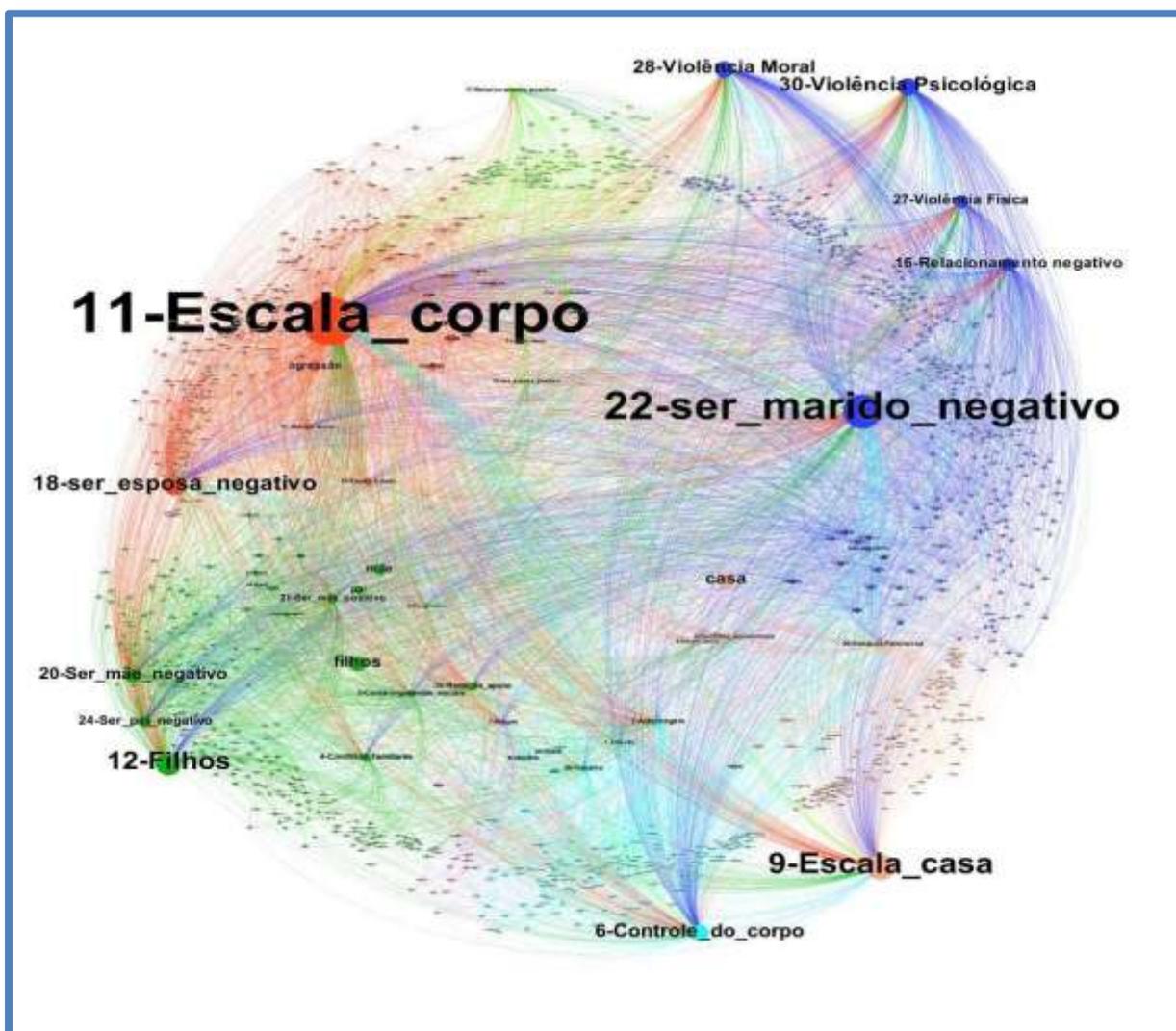
Um mesmo trecho de fala pode ser marcado como representativo de diversas categorias, como no exemplo seguinte:

Ah, começou uns anos depois, quando eu tive meu primeiro filho. E veio o segundo, e aí foi vindo. Seis. Vinte e um, dezenove, quinze, dez, doze e cinco. Na verdade, começaram depois que eu comecei a trabalhar, né? Também. Já tinha antes, mas no que eu comecei a trabalhar foi pior (trecho de entrevista realizada com mulher que sofreu violência doméstica em Ponta Grossa, 2008).

Esse mesmo trecho em que a mulher relatava sobre quando as agressões começaram em seu relacionamento, pode ser relativo a várias categorias: Violência física, Filhos, Controle do corpo, Escala do corpo e Trabalho.

Após a categorização do conteúdo das entrevistas, foi construído um arquivo de rede de palavras e categorias (bimodal) para ser processado no software gephi 0.9.2, cujo arquivo de rede pode ser consultado no link <https://www.kaggle.com/datarepositoty1/mulheres1>. A rede bimodal palavras-categorias foi submetida a uma projeção multimodal para obtenção da rede unimodal categoria-categoria, cujo arquivo de rede pode ser consultado no link <https://www.kaggle.com/datarepositoty1/mulheres1>. O grafo resultante da operação está expresso no Grafo 2, a seguir.

GRAFO 2 – Grafo da Rede Semântica Bimodal de Palavras e Categorias



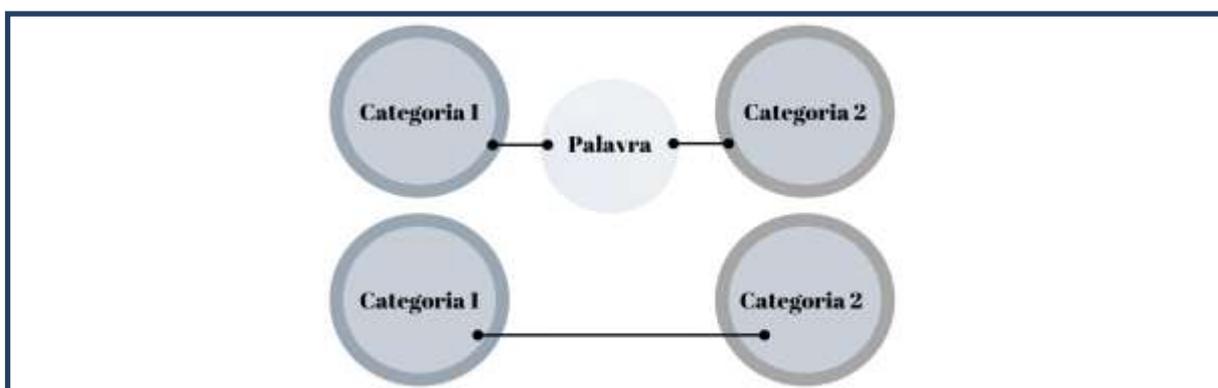
Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e grafo organizado pela autora.

É uma rede monocomponente composta por 1.159 nós (1.128 palavras e 31 categorias) e 5.906 arestas (ligações entre os nós), com todos os nós ligados entre si, direta ou indiretamente. Embora apresente grau médio superior a 10 e grau ponderado superior a 25, a rede é assimétrica, pois apenas 13,3% dos nós apresenta centralidade de grau superior ao grau médio (10). Assimetria semelhante ocorre com a centralidade de grau ponderado e é consideravelmente mais acentuada na centralidade de intermediação. Do ponto de vista da diversificação, a detecção de comunidades em resolução padrão 1.0 e índice de modularidade 0,20 resultou em sete comunidades relativamente bem distribuídas com apenas uma comunidade com 16 nós (1,38%), as demais apresentam entre 106 (9,15%) e 325 (28%). A descrição da topologia da rede, ou a sua feição hierárquica, é evidenciada por nós em termos de centralidades de grau, grau ponderado e intermediação e por arestas em termos de peso.

A exploração da rede de palavras e categorias foi realizada em dois momentos. Primeiramente, foi examinada a condição topológica da rede para identificar os nós (palavras e categorias) centrais e periféricos e aqueles com maior capacidade de intermediação na rede. Em um segundo momento, foi analisada a condição modular da rede para detectar as comunidades semânticas formadas na rede. É importante destacar que as comunidades geradas não guardam entre si relações de hierarquia.

A rede bimodal (palavra-categoria) foi convertida para uma rede unimodal de categorias de acordo com o modelo expresso na Figura 3.

FIGURA 3 – Modelo de Conversão de Rede Bimodal (palavra-categoria) - Unimodal (categoria-categoria)



Fonte: Desenvolvido pela autora.



Como realizado na exploração da rede de palavras e categorias anteriormente descrita, primeiramente foi examinada a condição topológica da rede e em seguida foi verificada a modularidade da rede.

A elaboração das análises de redes de palavras e categorias permitiu a identificação dos elementos estruturantes do discurso, mapeando as palavras e categorias centrais, periféricas e como elas se relacionam. Após estes procedimentos, o conteúdo das entrevistas é retomado para extrair os trechos paradigmáticos que ilustram as relações entre as categorias e palavras, trazendo a sustentação da estrutura discursiva do grupo de mulheres que concedeu entrevistas.

Além disso, a estrutura verificada das redes semânticas possibilita eleger os conceitos que sustentam a compreensão do fenômeno investigado e estão explorados no próximo capítulo.

Enfim, este capítulo trouxe dois importantes momentos da trajetória da investigação. O primeiro evidenciou que a minha experiência como mulher, moradora de periferia e alvo de agressões foram fundamentais para despertar certa forma de ver a realidade e a curiosidade sobre ela. A reflexão em torno da minha posicionalidade permitiu o desenho e aproximação com as mulheres em situação de violência doméstica e a realização de entrevistas capazes de trazer as minúcias de suas experiências de violência.

No segundo momento, o capítulo evidenciou os passos da operacionalização das questões estabelecidas, demonstrando a forma com que os documentos foram analisados, bem como o conteúdo discursivo foi tratado. Creio que o desenvolvimento desse capítulo foi fundamental para sustentar os resultados de pesquisa que foram produzidos, mas, acima de tudo, a descrição dos passos da pesquisa é uma forma de construir solidariedade com outros(as) pesquisadores(as) em trajetórias de investigação científica.

## **CAPÍTULO 2**

### **CORPO, ESPAÇO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA TEMÁTICA SILENCIADA NA GEOGRAFIA BRASILEIRA**

Este capítulo tem o propósito de examinar a tradição epistemológica e os enfrentamentos teóricos realizados em torno dos conceitos que estruturam esta tese, que tem como eixo central compreender a forma como o corpo feminino se institui em espacialidade de violência doméstica em Ponta Grossa-PR. Os conceitos que são adotados como parâmetros de compreensão de um determinado fenômeno não são escolhas aleatórias, pelo contrário, fazem parte de um processo de reflexividade da pessoa pesquisadora, que envolve desde sua história pessoal até sua experiência científica, discussão realizada no capítulo anterior. Além disso, apesar da questão central ser o fio condutor, do qual os conceitos decorrem, a forma de abordagem e a opção por determinadas correntes epistemológicas é parte da subjetividade de quem produz uma tese. Portanto, os conceitos aqui tratados como corpo, gênero, espaço e violência doméstica possuem várias acepções e é necessário que as escolhas realizadas sejam partilhadas.

Silva, Silva e Junckes (2009), ao discutirem a formulação do objeto de pesquisa, insistem que o método científico exige três atos do conhecimento: a ruptura, a construção do modelo de análise e a verificação. Para eles, a ruptura se constrói de forma simultânea à construção do modelo de análise e o objeto de pesquisa não é algo dado, ou a realidade em si, trata-se de um processo mental que faz a mediação dos fenômenos por meio das escolhas teóricas ou das lentes com as quais podemos compreender determinada realidade. Assim, há necessidade de explicitação das escolhas teóricas realizadas pelo(a) pesquisador(a), para que a compreensão da lógica do fenômeno em tela se faça possível. Para eles, “o conhecimento científico não valida experimentação fora desta construção teórica de referência” (SILVA; SILVA; JUNCKES, 2009, p. 31). Assim, o quadro teórico escolhido para esta tese resultou da reflexão da questão central estabelecida para a pesquisa e os elementos que foram sendo coletados durante a pesquisa. Nenhum conceito é permanente, eles estão sendo desafiados constantemente pela mediação entre a proposição discursiva de explicação de determinado fenômeno e a realidade que se pesquisa.

## 2.1 O CORPO NAS GEOGRAFIAS FEMINISTAS E DAS SEXUALIDADES

A anatomia corpórea cumpriu um importante papel na constituição dos significados do masculino e do feminino, conforme argumenta Thomas Laqueur (2001). Em sua obra *Inventando o Sexo*, o autor discorre sobre as diferentes interpretações corpóreas desde a antiguidade até a era moderna, evidenciando que foi apenas na modernidade que se constituiu a ideia do dimorfismo sexual, superando a ideia do sexo único ou isomorfismo. A consolidação da autoridade discursiva da ciência, notadamente da medicina e da biologia, construiu com base na anatomia os significados encontrados nas diferenças corpóreas. Segundo ele:

Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado. Os órgãos reprodutivos passaram de pontos paradigmáticos para mostrar hierarquia ressonantes através do cosmo ao fundamento da diferença incomensurável. (...) Quando o próprio corpo natural tornou-se o padrão de ouro do discurso social, o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. (...) Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero (LAQUEUR, 2001, p. 189-190).

A nomeação dos corpos veio acompanhada de relações de poder que se instituíam paulatinamente na sociedade ocidental europeia, cujo modelo se difundiu pelo mundo no processo colonial. A chamada revolução científica do final do século XVII, pautada pelo baconianismo, mecanicismo cartesiano, epistemologia empírica e síntese newtoniana, gerou as bases pelas quais a materialidade corpórea ganhou significações que perduram até os dias de hoje. O autor argumenta que:

A importância no século XVIII de novas teorias de conhecimento em termos gerais, e com respeito ao corpo em particular, é um lugar-comum. [...] Afirmações de que os negros têm nervos mais fortes e mais grossos que os europeus porque têm o cérebro menor, e que por isso explica a inferioridade de sua cultura, são paralelas às alegações de que o útero predispõe naturalmente a mulher à domesticidade (LAQUEUR, 2001, p. 194).

A apropriação do discurso médico sobre a diferença sexual pela esfera política é um dado importante para compreender que os corpos são significados em tempos e espaços próprios. Debates relevantes sobre a existência de uma ordem natural de inferioridade entre homens e mulheres se estabeleceram. Importantes pensadores da sociedade moderna como Hobbes, Rosseau e Tocqueville, discordaram da 'natural' hierarquia baseada apenas no corpo, justamente pelo fato

de que a razão era o elemento que fazia os seres humanos se diferenciarem da natureza. Contudo, as explicações das diferenças entre homens e mulheres permaneceram fundamentadas nos fatores históricos associados às diferenças corporais, seja na conquista masculina de territórios por sua força física ou a vulnerabilidade atribuída às mulheres pelo fato de terem filhos e amamentarem, conforme indica Laqueur:

A subordinação parece ter surgido em tempos históricos, como consequência de uma série de lutas que deixaram a mulher em posição inferior. (...) Embora problemática, a tendência da primeira teoria de contrato é tornar a subordinação da mulher ao homem resultado da operação dos fatos de diferença sexual, de suas implicações utilitárias. O que importa é a força superior de suas funções reprodutivas. Os corpos nesses discursos, não são o sinal, mas o fundamento da sociedade civil (LAQUEUR, 2001, p. 196).

A compreensão política da organização da sociedade se fundamenta na diferença sexual e na constituição de quais os tipos ideais de pessoas são necessárias para a produção da sociedade moderna desejada. Um dos mais importantes pilares da modernidade foi a constituição da família burguesa e da definição dos lugares sociais do feminino e do masculino. No clássico livro de Rousseau (2004 [1762]) *Emílio ou da Educação*, é possível constatar a construção do ideal dos sujeitos que constituiriam a civilização moderna preconizada pelos burgueses. Essa obra não teve repercussão apenas na Europa, mas inspirou boa parte da educação das civilizações ocidentais após a Revolução Francesa. No livro, Rousseau instituiu na figura de Emílio, personagem masculino representante do ideal de masculinidade burguesa, e Sofia, o ideal de feminilidade. Estes personagens fictícios serviram de modelo de educação de várias gerações para criação de núcleos familiares ideais em que homens e mulheres sustentavam os preceitos da sociedade burguesa ideal.

No guia da educação de Rousseau (2004 [1762]), há um apelo à anatomia corpórea para discutir as diferenças entre homens e mulheres, transformando a materialidade em uma essência do ser:

Em tudo o que depende do sexo, a mulher e o homem têm semelhanças e diferenças; a dificuldade de compará-los provém da dificuldade de determinar na constituição de um e de outro o que é do sexo e o que não é. Pela anatomia comparada, e até pela simples observação, vemos entre eles diferenças gerais que parecem não estar ligadas ao sexo; no entanto estão ligadas a ele, mas através de lações que não temos condições de perceber. Não sabemos até onde esses laços podem se estender. A única coisa que sabemos,

com certeza, é que tudo o que eles têm em comum pertence à espécie e tudo o que têm de diferente pertence ao sexo. Desse duplo ponto de vista, achamos entre eles tantas semelhanças e tantas oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza de ter feito dois seres tão parecidos constituindo-os de modo tão diferente. [...] Na união dos sexos cada um concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira (ROUSSEAU, 2004 [1762], p. 516).

As ideias de Rousseau (2004 [1762]) que exaltam “as maravilhas da natureza” na constituição de homens e mulheres constroem as bases da ideia da diferença corpórea como natureza imutável, tendo os papéis sociais de gênero como consequência da natureza. A diferença corpórea para ele não significava imediatamente uma hierarquia entre homens e mulheres, mas uma igualdade complementar. Assim, o poder feminino estava em sua doçura, e o poder masculino, em sua força. De forma complementar, eles produziram as sociedades ideais.

A filosofia marxista avança no questionamento das relações de poder que envolvem homens e mulheres na constituição de uma ordem civilizatória ocidental, marcada pela ascensão da burguesia que, ao dominar a produção e distribuição da riqueza, criou concomitantemente as normas sociais de organização da família sob a égide do patriarcado e a posição hierarquizada de homens e mulheres na sociedade moderna, como argumenta Engels:

A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher e a sociedade moderna é uma massa, cujas moléculas, são as famílias individuais. [...] A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes, pelo contrário, ela não faz mais do que proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a família moderna, assim como a necessidade e o modo de se estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão como toda nitidez se não, quando homem e mulheres tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais (ENGELS, 1984 [1884], p. 80-81).

As mulheres do século XX, marcadas pela onda feminista do final do século XIX, também discutem as funções sociais e o poder que definia as existências masculinas e femininas no âmbito intelectual, trazendo os questionamentos sobre as materialidades corpóreas. Uma importante pensadora do início do século que questiona a ideia de determinação biológica dos corpos é Simone de Beauvoir (1967 [1949]), em sua célebre obra *O Segundo Sexo*. Embora esta seja uma longa citação, ela é a mais expressiva do feminismo do século XX e por este motivo é interessante reproduzi-la. Afirma ela:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que se qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode se apreender como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. O drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos; têm elas os mesmos interesses, os mesmos prazeres; a sucção é, inicialmente, a fonte de suas sensações mais agradáveis; passam depois por uma fase anal em que tiram, das funções excretórias que lhe são comuns, as maiores satisfações; seu desenvolvimento genital é análogo; exploram o corpo com a mesma curiosidade e a mesma indiferença; do clitóris e do pênis tiram o mesmo prazer incerto; na medida em que já se objetiva sua sensibilidade, voltam-se para a mãe: é a carne feminina, suave, lisa, elástica que suscita desejos sexuais e esses desejos são apreensivos; é de uma maneira agressiva que a menina, como o menino, beija a mãe, acaricia-a, apalpa-a; têm o mesmo ciúme se nasce outra criança; manifestam-no da mesma maneira: cólera, emburramento, distúrbios urinários; recorrem aos mesmos ardis para captar o amor dos adultos. Até os doze anos a menina é tão robusta quanto os irmãos e manifesta as mesmas capacidades intelectuais; não há terreno em que lhe seja proibido rivalizar com eles. Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada (BEAUVOIR, 1967 [1949], p. 9).

Nessa passagem, a autora discute o processo educativo e as estruturas sociais que fazem pressão sobre os corpos de crianças que, durante anos de suas existências, não possuem comportamentos distintos. Ela aponta ainda que as diferenças entre os meninos e meninas são frutos de intervenções externas, e que não têm nada de natural. É a mediação social que cria as diferenças. As ideias de Beauvoir (1967 [1949]) foram fundamentais para os argumentos das feministas de que o corpo das mulheres não define seu destino e que a cultura é responsável pelo estabelecimento dos papéis sociais desenvolvidos por homens e mulheres. Ela é fundante da ideia de gênero como construção social, permitindo o desatrelamento da natureza corpórea na definição dos lugares sociais e das relações de poder. Se o gênero a partir da perspectiva construtivista foi uma importante conquista, ele também promoveu um afastamento por parte das feministas dos estudos do corpo. O corpo, muitas vezes visto como a prisão das mulheres, foi negligenciado, e os

estudos das estruturas de opressão ganhou importância, segundo as ideias de Beauvoir (1967 [1949]), eram estas estruturas que determinavam as hierarquias sociais entre homens e mulheres.

Outra grande contribuição para a ampliação das discussões feministas em torno do conceito de gênero foi elaborada por Scott (1989). Para ela, o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). O poder e o gênero são interdependentes e sempre que uma transformação das relações de gênero é produzida, as posições de poder também são modificadas, já que não possuem um sentido único. O gênero como elemento que constitui as relações sociais implica na relação entre quatro elementos: símbolos, conceitos normativos, instituições político organizacionais e a identidade subjetiva.

Para a autora, a consideração da interdependência dos quatro elementos elencados (símbolos, conceitos, instituições e identidade) constrói o movimento das relações e a possibilidade de compreender o gênero para além das posições fixas. Os símbolos são as representações do feminino que são evocadas para constituir sentidos materiais à sociedade, como as figuras de Maria (pureza, castidade) e Eva (pecado, devassidão). Os conceitos normativos são os sentidos que se materializam nas doutrinas religiosas, educacionais, científicas e jurídicas em que há uma versão adotada como dominante e perene. As instituições político organizacionais são a família, o mercado de trabalho, as escolas, as igrejas, entre outras. A identidade subjetiva, por sua vez, é estabelecida pelo acesso diferencial de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos produzidos nessa dinâmica social generificada. Para Scott (1989, p. 23) “o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”.

Scott (1989) não considera o gênero em si, mas um processo no qual a linguagem, os símbolos, as metáforas, conceitos e experiências constituem a história das subjetividades humanas. Apesar da noção política e de movimento do gênero, a autora mantém a ideia de que a base biológica é estruturante das construções de gênero possíveis, porque toma as diferenças entre os sexos como pressuposto das relações sociais e de poder.

Enquanto Simone de Beauvoir (1967 [1949]) foi fundamental para pautar a discussão de gênero como construção social e sustentar a discussão dos privilégios

masculinos, Sojourner Truth é outra importante figura do feminismo que complexifica os privilégios, trazendo a questão racial para o centro do debate.

Silva e Nascimento Silva (2014) alertam para o fato de que a ideia de gênero na perspectiva construtivista de Simone de Beauvoir constituiu um eixo de abordagem do feminismo branco burguês. As mulheres brancas gozavam do privilégio de se constituir como referência no aspecto racial, já que a cor branca era, e ainda o é, considerada neutra. Assim, foi no âmago do feminismo negro que se propôs o questionamento a respeito da universalidade do ser mulher, na medida em que os corpos das mulheres negras lhes constituía um lugar social específico de opressão e, além disso, sua luta feminista não se limitava às questões relativas à desigualdade de direitos entre homens e mulheres, mas também entre pessoas negras e brancas.

A personagem que se destaca como uma das primeiras figuras do feminismo negro é descrita por Silva e Nascimento Silva (2014) como aquela que também questionava o determinismo biológico, mas incluía em suas reivindicações a sua condição corpórea marcada. Sojourner Truth, uma mulher negra, ex-escrava que proferiu seu discurso durante a Convenção dos Direitos da Mulher nos Estados Unidos em 1851, profere as seguintes palavras:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens, para passar as sarjetas e para ter sempre, em qualquer lado, os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir às carruagens, ou me dá o melhor lugar, e não sou eu uma mulher? Olhem para mim, olhem para os meus braços. Eu lavei, eu plantei, eu armazenei, e nenhum homem me passava à frente. E não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto como um homem, e comer tanto – sempre que eu arranjasse comida – como um homem. E igualmente suportar o chicote! E não sou eu uma mulher? Eu dei à luz treze filhos e vi a maioria deles ser vendida como escravos, e quando eu gritei de tristeza com a dor de uma mãe, ninguém me ouviu, mas Jesus ouviu. E não sou eu uma mulher? (SOJOURNER TRUTH, 1851 apud MURPHY, 2011, p. 64-65, apud SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014, p. 19-20).

Essa passagem ilustra a pauta instaurada pelo feminismo negro que traz a complexidade do ser mulher fora dos marcos da branquitude, mostrando que seu corpo feminino negro constituía experiências distintas das mulheres brancas e que, portanto, seus anseios e necessidades eram diferentes. Falar em mulher, nesse sentido, deixava de ser universal, porque se relacionava também à cor da pele e à condição econômica. Apesar de importante, essa perspectiva só foi retomada após meados do século XX, quando feministas negras intelectuais passaram nos EUA a

constituir um feminismo específico e reivindicativo das opressões de raça que se somavam com gênero. O corpo e suas marcas de opressão são fundamentais para a produção de uma ciência engajada com sujeitos corporificados.

Para além da questão racial, o corpo e o gênero são também problematizados pela filósofa Judith Butler. A autora cria a ideia de gênero performático, criticando a concepção do gênero como criação cultural que se inscreve nos corpos sexuados, dizendo que

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. O corpo é mais do que algo naturalmente dado, mas é passível de compreensão científica geográfica porque todas as pessoas têm um corpo e conseqüentemente o corpo implica espaço. Os corpos criam e ocupam espaços e os espaços criam corpos particulares, havendo uma mutualidade entre eles. O corpo, sempre localizado em tempos e espaços específicos, é também o espaço das relações de poder em que ocorre a subjetivação de gênero e sexo, bem como a autodisciplina sobre os corpos em diferentes épocas e espaços. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

Para Butler (2003), é necessário superar a ideia de que sujeitos incorporam passivamente o que vem de fora, mas os corpos vivos existem tanto vivenciando as normas sociais, como as transformando. Nesse sentido, havendo o existir corporificado, que se move e é passível de mudança constante e imprevisível, nem mesmo o sexo é um dado natural, ele é criado discursivamente e não é preexistente. Ela propõe a ideia de indiferenciação nas noções de gênero e sexo, considerando o sujeito de gênero um devir, pois, segundo ela, “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (BUTLER, 2003, p.27).

Portanto, o corpo já é classificado socialmente, muitas vezes, antes mesmo do nascimento, por meio de tecnologias médicas e, com isso, cria-se toda uma expectativa social em torno dos comportamentos e desejos que se esperam de determinados tipos de corpos. Portanto, ela argumenta que desde o início da vida “[...] o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, 2003, p.27).

O gênero não é algo que se inscreve sobre um corpo, uma materialidade,

para Butler (2003, p. 59) “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser”. Assim, a autora constrói sua ideia de gênero performático afirmando que o gênero não é algo que se é, mas é o que fazemos, através de uma repetição de atos regulados pelas normas apreendidas.

Essa ação é simultaneamente a experiência dos significados já estabelecidos socialmente e a forma ritualizada de sua legitimação. Então, o gênero não existe em si, como uma categoria fixa, imutável, mas se faz por meio de atos repetidos e estilizados pelo sujeito generificado que produz a pretensa estabilidade e se constitui em uma referência, um aparato, ou uma matriz de inteligibilidade cultural. Assim, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

Butler (2003) argumenta sobre gênero como uma matriz de inteligibilidade cultural e questiona os essencialismos de ser homem e mulher e as possibilidades de subversão. Diz ela que

Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade (BUTLER, 2003, p. 47).

A ordenação compulsória é atingida pelos corpos humanos que não se encaixam no modelo, pois é a incoerência de determinados corpos à norma que denuncia que ela não existe em si, mas é uma ficção reguladora. Portanto, o corpo é um elemento central nas análises de gênero. Podem ser corpos dóceis ao sistema de saber e poder, mas também podem ser rebeldes e deflagrar uma série de conflitos com a ordem estabelecida.

Em Butler (2005), há o debate da materialidade corpórea e da constituição de corpos que não são inteligíveis na produção discursiva. A materialidade é sempre acessível por meio da produção discursiva e os corpos não reconhecidos por ela são classificados como fora da ordem e pressionam os limites daquilo que é concebido discursivamente. Para ela,

[...] como aquello que fue excluido o desterrado de la esfera

propriamente dicha del 'sexo' – entendiendo que essa esfera se afirma mediante un imperativo que impone la heterosexuality – podría producirse como un retorno perturbador, no sólo com una oposición imaginária que produce una falla em la aplicación de la ley inevitable, si no como una desorganización capacitadora, como la ocasión de rearticular radicalmente el horizonte simbólico em el cual hay cuerpos que importan más que otros (BUTLER, 2005, p. 49).

Na obra de Butler (2005) em que o corpo é central, ela questiona a possibilidade de haver corpos fora da ordem discursiva, pois, para ela, aquilo que é visto como natural, como as diferenças entre os corpos, já nasce em certa estrutura de significações, mesmo que a significação seja de alguns corpos serem vistos como não correspondentes ao esperado deles. Assim, segundo ela, as relações de poder que instituem o que está fora da ordem estabelecida, não são puramente de oposição, mas há avanços e retrocessos, há a incorporação de poderes contra os quais determinados corpos lutam. Para ela

La performatividad describe esta relación de estar implicado en aquello a lo que uno se opone, este modo de volver el poder contra sí mismo para producir modalidades alternativas de poder, para establecer un tipo de oposición política que no es una oposición 'pura', una 'trascendencia' de las relaciones contemporáneas de poder, sino que constituye la difícil tarea de forjar un futuro empleando recursos inevitablemente impuros. [...] Porque uno está, por así decirlo, em el poder, aun cuando se oponga a él, porque el poder nos forma mientras lo reelaboramos y esta simultaneidad es a la vez la condición de nuestra parcialidad, la medida de nuestro desconocimiento político y también la condición de la acción misma. Los efectos incalculables de la acción son parte de su promesa subversiva, tanto como lo son los efectos que planeamos de antemano (BUTLER, 2005, p. 338).

Para Silva e Ornat (2021, p. 63),

O corpo é mais do que algo naturalmente dado, mas é passível de compreensão científica geográfica porque todas as pessoas têm um corpo e conseqüentemente o corpo implica espaço. Os corpos criam e ocupam espaços e os espaços criam corpos particulares, havendo uma mutualidade entre eles. O corpo, sempre localizado em tempos e espaços específicos, é também o espaço das relações de poder em que ocorre a subjetivação de gênero e sexo, bem como a autodisciplina sobre os corpos em diferentes épocas e espaços.

Os corpos e suas marcas que nascem em estruturas discursivas hierarquizantes e até mesmo excludentes, como aponta Butler (2005), também possuem movimentos complexos que foram analisados por Kimberlé Crenshaw (1989), quem cunhou o conceito de interseccionalidade. Para ela, gênero, raça, classe e outras diferenças constituem feixes que podem coincidir ou não em

diferentes situações, promovendo vantagens e desvantagens nas relações entre as pessoas. O conceito de interseccionalidade, elaborado pelo feminismo negro, tinha como intenção evidenciar que a universalidade do ser mulher era algo a ser profundamente questionado, dadas as outras formas de opressão que marcam a existência das pessoas. Mais uma vez o corpo e seus marcadores são trazidos como elementos importantes a serem considerados cientificamente, pois a ideia do ser racional sem corpo não se sustenta na vida concreta das pessoas.

Rodó-Zárte (2021) analisa e amplia as possibilidades de análise das diferenças corpóreas e das experiências concretas das pessoas, investigando o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, que tem influenciado de forma contundente os debates políticos sobre as relações de desigualdade. No campo acadêmico, o conceito de interseccionalidade tem trazido a vantagem de complexificar a análise de sujeitos concretos, e no campo das políticas públicas tem contribuído para combater a discriminação de diferentes formas e criar ações afirmativas para que as diferenças sejam concebidas de maneira positiva entre as pessoas.

Segundo Rodó-Zárte (2021), o conceito de interseccionalidade foi a grande contribuição do feminismo negro que lutava para a libertação tanto das opressões de gênero, como também das de raça, vivenciadas mutuamente pelas mulheres negras. Segundo a autora, o ponto crucial para a construção desse conceito era mostrar que gênero e raça, separadamente, não poderiam explicar a desigualdade. Era preciso compreender como esses eixos se relacionavam e moldavam a experiência concreta da opressão. O conceito de interseccionalidade foi sendo paulatinamente expandido e foram agregadas outras diferenças como classe, sexualidade, idade, geração, religião, entre outras.

Para Crenshaw (2002), interseccionalidade é um conceito que pretende capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de opressão. Ela trata especialmente da forma pela qual racismo, patriarcado, e opressão de classe criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de gênero, classe, raça, etnias, e as demais opressões. Além disso, a autora aponta que o conceito de interseccionalidade trata da forma que ações políticas específicas geram opressões ao longo de tais eixos. Para materializar suas ideias de composição e movimento das relações de opressão na vida concreta das mulheres negras, a autora propõe uma metáfora, fazendo uma analogia com vias de

tráfego. Os eixos de poder, ou seja, raça, etnia, gênero, classe, seriam as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos e provocam diferentes posições das pessoas em relação às posições de maior ou menor privilégio, ou desvantagens. As vias que representam os eixos de opressão são distintas, mas, ao se sobreporem, criam maior força destrutiva contra os indivíduos que estão posicionados no ponto da sobreposição.

As experiências vividas pelas mulheres negras evidenciam um posicionamento interseccional complexo, segundo Crenshaw (2002). As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo, a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, elas estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias, pensando a partir da metáfora proposta pela autora. O posicionamento das mulheres racializadas no cruzamento de múltiplas opressões as coloca em uma posição na qual é preciso “negociar” com o tráfego de poderes que as atinge, a partir de várias direções. As colisões podem causar prejuízo às vítimas, que são lançadas em outras posições, proporcionando danos complexos, envolvendo desvantagens vindas de diferentes sentidos.

A metáfora de Crenshaw (2002) deu maior ênfase às estruturas dos eixos de poder, mostrando que, embora os eixos sejam separados e específicos, há o momento do cruzamento e é nesse ponto onde ocorre a simultaneidade. Apesar da autora não trazer o corpo em suas discussões, ela aponta a impossibilidade da vida concreta das mulheres negras ser entendida fora da simultaneidade e inseparabilidade do racismo e do sexismo. A crítica de Ródo-Zárate (2021) sobre o conceito de interseccionalidade está na dificuldade do entendimento sobre a ocorrência da simultaneidade com a permanência das especificidades de cada um dos eixos de opressão. Para ela “El debate teórico sobre esta cuestión se basa en la tensión entre, por un lado, reconocer la compleja y profunda relación entre categorías, y por el otro, mantener la especificidad ontológica de cada categoría” (RODÓ-ZÁRTE, 2021, p 36).

Para aprofundar a proposta da inseparabilidade e simultaneidade, apesar da especificidade, Rodó-Zárate (2021) propõe outra metáfora, do cesto de maçãs, como expresso na Figura 5.

FIGURA 4 – Metáfora Cesto de Maçãs



Fonte: Ródo-Zárate (2021, p. 40).

Para ela, o conceito de interseccionalidade pode ser representado por um cesto de maçãs, no qual existem diferentes tipos de maçã, como *gala*, *golden*, *granny smith*, fuji ou reineta, e que elas são de diferentes tamanhos, texturas, cores, e apresentam sabor distinto. Se pegarmos o exemplo da cor, é possível encontrar maçãs nas cores verde, vermelha, rosa ou amarela, e uma grande variação entre essas colorações. Já em relação ao tamanho, há frutas grandes, pequenas, ou médias. A textura entre elas pode variar, e o sabor também pode mudar de maçã para maçã, sendo doce, azedo, ácido, ou amargo. Sua maturação também tem etapas e influencia nestes outros fatores. Assim, é possível fazer analogias com os eixos de opressão. A cor com o gênero, o tamanho com as relações étnico raciais, a textura pode ser análoga à idade, o gosto à orientação sexual e a maturidade estaria relacionada com a classe social. Ou seja, cada propriedade específica de uma maçã, vermelha, grande e amarga, seria uma posição concreta, como, por exemplo, homem, branco e gay. Assim, os eixos seriam as propriedades das maçãs.

A principal contribuição da metáfora do cesto de maçãs, diz Rodó-Zárate (2021), é considerar o que antes chamamos de eixos de poder e que a autora chama de eixos de desigualdade, como propriedades: cor, textura, tamanho, e não como objetos. Desta forma, esses eixos aparecem não como sendo entidades que requerem uma forma complexa de se misturar, mas todas as propriedades

constituem simultaneamente o bloco ou a pessoa. Cor e textura compõem a maçã assim como gênero e idade constituem as pessoas. Toda maçã tem cor, textura, tamanho ou gosto, assim como toda pessoa tem gênero, mesmo que não binário ou fluído, seja ela uma posição privilegiada ou em constante transformação, assim como raça, classe social ou idade. Com a metáfora do cesto de maçãs, é possível identificar os eixos e também mostrar a relação de constituição mútua.

Os eixos de desigualdade estão relacionados diretamente aos corpos dos sujeitos no mundo. A pesquisadora Guacira Lopes Louro realiza reflexões aprofundadas e de cunho espacial apuradas sobre o corpo. Para Louro (2008), os corpos são marcados pelos eixos de desigualdade, ou seja, raça, gênero, classe, nacionalidade, e essas marcas são percebidas a partir da cultura que esses corpos fazem parte. Algumas marcas podem ter um caráter de maior ou menor importância, dependendo do contexto. Essas marcas podem servir tanto para identificar quanto para estigmatizar, ou seja, corpos que de alguma maneira fujam de uma norma padrão estão sujeitos a serem corpos ilegítimos, imorais ou patológicos (LOURO, 2008). Os corpos, portanto, não possuem significados e não são fixos, eles podem ser negados ou reafirmados, manipulados, alterados, transformados ou subvertidos. Butler (2013) também afirma o caráter fluido do corpo, afirmando que os corpos não estão fadados a seguir as normas impostas pelos padrões sociais, podendo subverter essa lógica, colocando em xeque a própria lei regulatória, pois podem gerar rearticulações que questionam a força hegemônica.

Para o feminismo negro, os corpos importam, como também para sujeitos cujas corporalidades são marcadas pelos eixos de desigualdade. Uma das marcas corporais importantes para nossa investigação é o gênero. O corpo é marcado pelo gênero, mas as definições desse conceito têm caminhos complexos e evidenciam clivagens entre grupos feministas, como alertado por Silva (2009a).

O conceito de gênero não é único, e é objeto de disputas acadêmicas da compreensão de poderes atribuídos a determinados sujeitos. Embora não haja uma universalidade de compreensão do gênero, um aspecto que se coloca como recorrente é o poder inerente às relações humanas sexuadas. Embora o debate seja amplo, as instituições modernas de hierarquização social entre homens e mulheres permanecem compondo a organização social contemporânea, constituindo um sistema patriarcal. Entende-se o patriarcado como

Um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (SILVA, 2009a, p. 33).

A ordem social ocidental de organização da família está imbricada com o modo de produção capitalista, havendo uma correlação entre ambos, definindo assim a valoração de diferentes seres humanos na ordem social e econômica. O controle da sexualidade, segundo Foucault (1988), também constitui um elemento importante da manutenção da ordem hegemônica de produção da riqueza e da reprodução social.

O movimento filosófico que discutia as relações entre homens e mulheres, suas diferenças e sua ontologia impactou o campo da geografia em distintos contextos epistemológicos. Pensar sobre um campo científico como a geografia implica ter em mente que ele não se desenvolveu de forma homogênea, mas distinta espacialmente. As geografias feministas que alcançaram maior prestígio científico foram as anglófonas. Seja pela potência das estruturas econômicas que possibilitaram maior divulgação científica, ou até mesmo pelo poder que a língua inglesa alcançou no mundo globalizado, no século XX.

Duas importantes obras anglófonas se propuseram a discutir criticamente a epistemologia da geografia a partir do viés feminista, evidenciando que a ciência é um campo em que a pretensa neutralidade encobriu grande parte da subjetividade masculina na compreensão do que é o espaço geográfico. Gillian Rose produziu *Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge* (1993) e Linda McDowell escreveu *Gender, Identity and Place: understanding feminist geographies* (1999). Essas obras dos anos noventa realizam um exame das bases filosóficas formadoras da geografia a fim de compreender as ausências dos estudos de gênero e da visibilidade das espacialidades das mulheres na geografia. Esta denúncia já havia sido realizada na década de oitenta por Monk e Hanson (1982), no célebre artigo *On not Excluding Half of the Human in Human Geography*, publicado no periódico *The Professional Geographer*, para denunciar a invisibilidade feminina. No Brasil, o livro *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* de Joseli Maria Silva, lançado em 2009, também expressa uma preocupação em analisar os elementos produtores de invisibilidade feminina e os mecanismos de poder que são inerentes à constituição dos campos

epistemológicos. Estas obras têm em comum a denúncia do caráter androcêntrico da geografia, a constituição de um saber marcado pela modernidade eurocentrada, e a implicação dessas características na construção de determinadas concepções de espaço. A política é trazida por estas autoras para discutir as disputas do campo epistemológico onde constroem as visões de mundo.

As geografias feministas politizaram o fazer científico e, se há uma hegemonia masculina na produção conceitual, é preciso criar formas de pensar o espaço geográfico que possam construir a visibilidade das mulheres e, além disso, criar uma ciência em que as perspectivas de gênero, sexualidades e racialidades sejam incluídas. É nesse aspecto que Rose (1993) e McDowell (1999) também lançam seus desafios, argumentando que determinadas formas de concepção de espaço foram elementos capazes de manter a supremacia do olhar masculino sobre o espaço geográfico.

Rose (1993) argumenta que a geografia possui raízes da modernidade ocidental, cuja característica da dualidade oposicional é um importante pilar. Segundo ela, o pensamento filosófico ocidental, matriz que sustentou e ainda sustenta a geografia, opõe razão/emoção, mente/corpo, masculino/feminino. O problema da dualidade, segundo a autora, não está propriamente no fato de que elas constituem dois lados independentes. O problema é que a dualidade tem organizado um campo de saber que tem dois polos relacionados e interdependentes entre si, marcados pelas relações de poder. Nessa forma relacional, o polo positivo é a referência e o negativo é o seu contrário, não tem autonomia de ser, não possui existência própria. Assim, continua Rose (1993), o negro é definido como o negativo do branco, o feminino como o negativo do masculino, a emoção como negativo da razão, o corpo como negativo da mente. Segundo McDowell (1999) e Silva (2009), tal estrutura dual baseia fortemente a ciência geográfica e traz a ideia de que os dualismos são construídos de forma generificada, conforme a Figura 6, apresentada na sequência:

FIGURA 5 – Organização Binária do Pensamento Ocidental e Características de Gênero

<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>Cultura</b>	<b>Natureza</b>
<b>Espaço Público</b>	<b>Espaço Privado</b>
<b>Produção</b>	<b>Reprodução</b>
<b>Trabalho</b>	<b>Casa</b>
<b>Estado / Sociedade</b>	<b>Família/indivíduo</b>
<b>Razão</b>	<b>Emoção</b>
<b>Mente</b>	<b>Corpo</b>

Fonte: a autora, baseada em McDowell (1999).

A associação do masculino com cultura, mente, razão, produção, Estado e sociedade expressa um caráter de dinamicidade, de ação. O corpo, a emoção, a reprodução, e a família possuem uma conexão com o feminino e trazem a ideia de estabilidade e passividade. Então, o polo masculino possui uma valorização em relação ao feminino. A mente, que é valorada positivamente, está associada ao seu “outro”, o corpo, que é visto como negativo. Se a mente é criativa, o corpo é visto como objeto.

Para Rose (1993), McDowell (1999) e Silva (2009), as pessoas vivem através de seus corpos, as pessoas possuem corpos, tanto homens como mulheres. Contudo, os homens criaram para si uma forma de pensamento na qual eles podem transcender esta materialidade, enquanto as mulheres estão presas a ela. Os homens brancos e heterossexuais concebem a si mesmos como não tendo um gênero, um corpo e uma sexualidade. São sujeitos que vivenciam a realidade de forma desencarnada porque conquistaram o privilégio da transcendência.

Não é surpresa, portanto, que os estudos do corpo, das emoções, da casa e tudo que está ligado ao feminino tenham sido negligenciados na geografia, sendo considerados ‘coisa de mulher’ e ‘sem importância’. Se os homens brancos são apenas um recipiente da razão, cuja corporalidade não tem marcas, vários outros

grupos de pessoas vivem uma existência encarnada, como as mulheres, pessoas negras, homossexuais, idosas, pessoas com deficiência, crianças e várias outras. Assim, o sujeito de referência constituído no homem branco heterossexual entende a si mesmo como a norma e aos outros como a diferença da norma, corporificados e marcados.

Silva (2009a) tem realizado uma luta epistemológica a fim de evidenciar que o caráter masculinista que marca a geografia brasileira tem desvalorizado várias abordagens consideradas inadequadas ou ilegítimas pelas hegemonias de nossa disciplina. Segundo ela, essa não é uma questão meramente abstrata, mas está materializada na distribuição de recursos econômicos e de prestígio acadêmico, o que cria um ciclo de desvalorização de determinadas formas de conhecimento e sujeitos portadores da faculdade de criar e divulgar saberes.

Soto-Villagrán (2013) discute o peso da filosofia ocidental para a base fundadora da geografia, destacando o quanto esse pensamento estruturante que fundou a geografia impediu que estudos relacionados ao corpo fossem realizados, valorizando questões da racionalidade como produção, trabalho, espaço público e as instituições estatais, negligenciando elementos marcados pelo feminino. A autora argumenta que foram as mulheres feministas que, além de introduzir na geografia a questão do corpo como uma escala espacial de análise, também estabeleceram o debate sobre a implicação do corpo no processo de desenvolvimento da pesquisa geográfica.

Silva (2009b) alega que as feministas trazem seus corpos para suas proposições metodológicas e que foram elas que criaram a ideia de que todo o conhecimento é produzido por uma pessoa de carne e osso em um tempo e espaço específico, e que não há conhecimento que seja produzido fora dessa posição encarnada. O corpo considerado no processo de pesquisa implica uma reflexão da posicionalidade entre a pessoa pesquisadora e as que fazem parte de um fenômeno investigado. Rose (1997) sustenta a ideia de que, dessa forma, são feitas tentativas de superar a falsa neutralidade e universalidade do conhecimento científico.

McDowell (1999) argumenta que o patriarcado se mantém com toda sua potência no mundo contemporâneo por meio de campos que são interdependentes entre si, cuja vantagem das relações são masculinas: a exploração do trabalho doméstico, exploração do trabalho remunerado, a hegemonia do controle masculino do Estado, exercício da violência, o controle da sexualidade e das instituições

culturais. Estes campos de atuação são manejados de forma a criar um sistema de dominação, pretensamente natural de hegemonia masculina e simbolicamente interiorizado pelo feminino. Contudo, o domínio não é total e as insurgências femininas contra os aparatos de poder se constituem nas entranhas dessa mesma ordem, questionando as bases sobre as quais as hierarquias entre homens e mulheres se baseiam.

Massey (2008) desafia as possibilidades de imaginações geográficas, argumentando que a forma como concebemos o espaço implica diretamente na maneira como agimos espacialmente. Portanto, para ela, há uma profunda conexão entre imaginação espacial e imaginação do político, quando diz que

O espaço é uma dimensão implícita que modula nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar (MASSEY, 2008, p. 15).

Sua concepção de espaço, fundada na ideia de política, está calcada em três proposições. Primeiro, é necessário reconhecer o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Todas as construções identitárias são relacionais e o espaço não é anterior à constituição relacional da identidade, mas constituinte delas. Segundo a autora, é preciso aceitar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. O reconhecimento da multiplicidade e da heterogeneidade implica diretamente pensar o espaço como uma coexistência simultânea de outros com suas próprias trajetórias. Terceiro, é urgente assumir o espaço como em construção constante, jamais acabado, nunca fechado, aberto para o futuro, e imprevisível pela ideia de relação e das negociações políticas. O espaço jamais poderá ser acabado e as interconexões serem estabelecidas por completo. Segundo a autora,

O espaço é, sem dúvida, produto de relações (primeira proposição), e para que assim o seja tem de haver multiplicidade (segunda proposição). No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade complexa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas [...]. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que

o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (terceira proposição) (MASSEY, 2008, p. 32).

Para Massey (2008, p. 35) o espaço é parte constitutiva de identidades, não algo preexistente, mas relacional. Para a autora, é fundamental ultrapassar a ideia de espaço da constelação de conceitos que remetem ao fechamento e lançar a ideia da coletaneidade onde a política de relações seja desafiadora, pois, para ela “o espaço é igualmente vivo e igualmente desafiador, e que, longe de ser morto e fixo, a própria enormidade de seus desafios significa que as estratégias para dominá-lo têm sido muitas, variadas e persistentes”.

A experiência humana, por sua vez, é simultaneamente corporificada e espacial e isso pressupõe considerar as diferenças dos corpos que são componentes do processo. Longhurst (1997) e Silva (2009a e 2009b) argumentam que o corpo só passou a ser considerado como um elemento geográfico, na medida em que a ideia da existência de um sujeito neutro, sem rosto, sem sexo, sem idade, sem raça, foi desconstruída e de que as diferenças corpóreas modificam a natureza das relações entre sujeito e espaço. Herod (2010) aponta que as proposições feministas acabaram tendo um papel fundamental no desenvolvimento das relações entre corpo e espaço, notadamente pelas geógrafas feministas afiliadas às ideias desconstrucionistas, inspiradas em Butler (2005; 2006) e no feminismo negro, conforme argumentam Silva e Nascimento Silva (2014).

As feministas advogam pela superação da noção de corpo apenas como natureza, trazendo os corpos como ativos e significados pela cultura que é mediada pelo tempo e espaço. Tais significações são mediadas pelo poder, podendo então os corpos ser compreendidos como espaços políticos e lugares de resistência. As características corporais como tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, a sexualidade fazem diferença nas experiências espaciais das pessoas e também afetam como nós interpretamos e somos interpretados pelos outros, como sustentam Johnston e Longhurst (2010).

Os geógrafos Pile e Thrift (1995) e Nast e Pile (1998) constroem a ideia dos corpos como lugares de identidade, moralidade, estética, ação, trabalho, lazer, prazer e dor, sendo o meio pelo qual nos diferenciamos dos demais seres, comunicamos a moral, realizamos julgamentos, desempenhamos ações, práticas e estratégias. Os corpos são capazes de criar as condições de sua existência cotidiana, de reproduzir outros corpos e vivenciar estágios corporais como a

juventude, velhice, saúde, doença e deficiência que instituem, por sua vez, distintas espacialidades. Portanto, o corpo é móvel, fluído e sua materialidade está eternamente em negociação com a exterioridade.

O corpo é uma materialidade acionada socialmente e, segundo Grosz (1995), ele:

É, por assim dizer, organicamente / biologicamente / naturalmente 'incompleto'; é indeterminado, amorfo, uma série de potencialidades não coordenadas que requer um acionamento social, um ordenamento, uma contínua administração, regulamentada em cada cultura e época (GROSZ, 1995, p. 104).

Os inúmeros corpos, com diversas formas, características e estágios de existência se constituem como lugar social, político e geográfico, sendo também uma escala a partir da qual as pessoas se conectam com outras escalas espaciais, tal qual imaginado por Valentine (2001). Para esta geógrafa, o corpo marca a fronteira entre o eu e o outro, constituindo um espaço pessoal, um espaço de prazer e dor em que definições de bem estar, doença, capacidade física, felicidade e saúde são construídas socialmente. Os corpos compreendidos como espaço que negociam com outras escalas podem sofrer, segundo Pile (1996), processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Os fluxos de poder agem sobre o corpo, que não é um espaço passivo, ele pode se ajustar e internalizar a ordem, mas também criar resistências.

As abordagens geográficas sobre o corpo são ricas e variadas. Apesar disso, é possível identificar um traço comum entre elas, interpretam sujeitos cujas marcas corpóreas trazem implicações desvantajosas nas experiências espaciais. Os sujeitos que reivindicam o direito a seus corpos sentem sua carne atravessada pelo poder que subjuga sua existência espacial. Os corpos marcados não gozam do privilégio da transcendência que homens brancos e heterossexuais alcançaram.

Apesar da profusão das abordagens do corpo na geografia anglófona, no Brasil, o corpo não tem sido alvo de interesse, conforme argumentam Silva, Ornat e Chimin Junior (2013), Silva e Ornat (2016) e Silva, Ornat e Chimin Junior (2019). Segundo eles, a tradição epistemológica do Brasil está calcada na ideia do espaço como um produto de relações, em que sujeitos e suas características não possuem relevância.

Silva, Ornat e Chimin Junior (2019) argumentam estranhar o fato de que o corpo não tenha emergido como um elemento importante na geografia brasileira, já

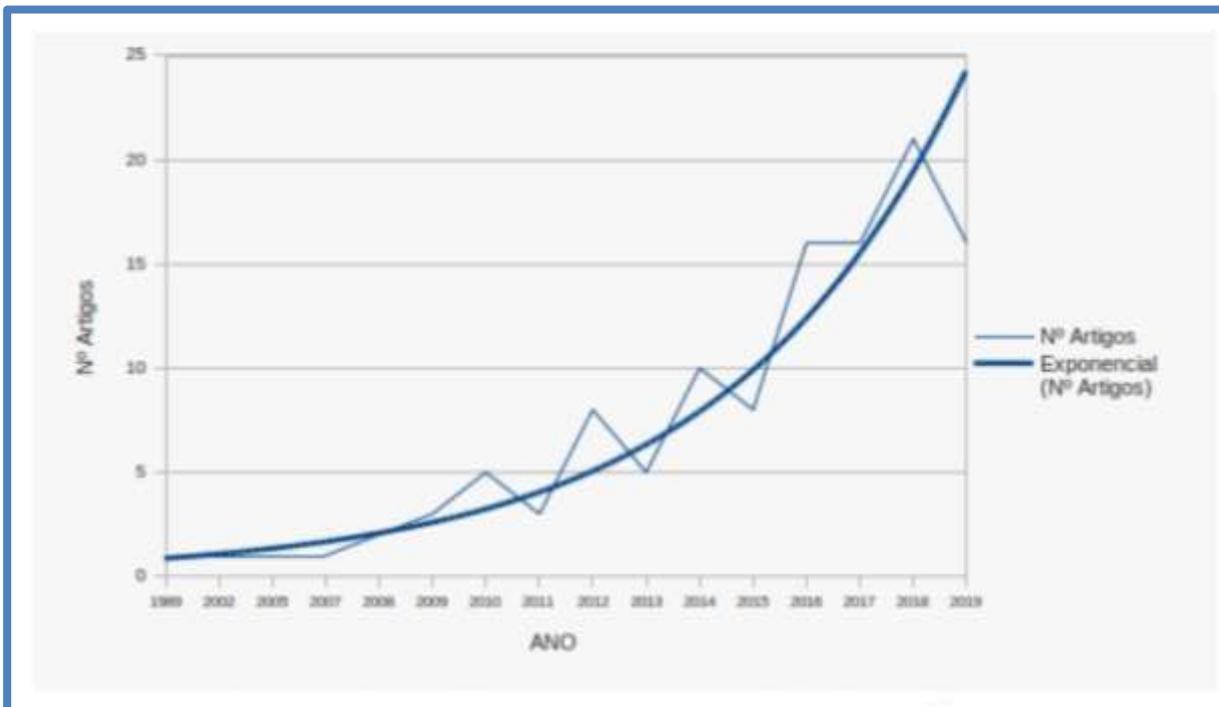
que uma das grandes inspirações do campo é Henri Lefebvre (1991 [1974]), cuja obra clássica *The Production of Space* afirma o corpo como central, na teoria do espaço social. Para ele, o corpo humano não é um mero produtor do espaço material, mas é, ele próprio, espaço. Afirma que “antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de produzir-se por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço.” (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 170, tradução nossa). Este autor, influente inspirador da geografia brasileira, traz o corpo como importante elemento, tanto na esfera da produção econômica capitalista, como na da reprodução social, evidenciando a existência de interdependência entre elas. A corporificação dos sujeitos trazidos em sua análise está embebida pelas representações simbólicas das marcas que as pessoas carregam em seu corpo, envolvendo assim, as relações de poder. O corpo vivo, em movimentos, gestos e ações produz espaço, e é “no corpo, considerado espacialmente, que as sucessivas camadas de sentidos (do olfato à visão, tratados como diferenças em um campo diferenciado) prefiguram os níveis do espaço social e suas interconexões” (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 405, tradução nossa).

Enquanto é possível afirmar que o corpo é um espaço geográfico para o contexto epistemológico das geografias feministas anglófonas, no Brasil, essa abordagem ainda é inicial, mas apresenta uma perspectiva de crescimento. Um levantamento de dados realizado no Observatório da Geografia Brasileira (OGB)<sup>1</sup> encontrou 117 artigos em um universo de 25.723 artigos de 98 revistas on-line, no período entre 1939-2019, classificadas na área da geografia no Sistema Qualis-Capes, quadriênio 2013-2016, com base nas palavras: corpo, corporeidade, corporalidade. Isso representa apenas 0,45% da produção de artigos referentes à temática no universo de publicações em todos os estratos do Sistema Qualis (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5). No Gráfico 1, é possível observar a tendência das publicações de artigos sobre o corpo que se intensificam majoritariamente a partir da segunda década do século XXI.

---

<sup>1</sup>O OGB é mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

GRÁFICO 1 – O crescimento da Produção de Artigos sobre o Corpo na Geografia Brasileira



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (OBG), composto de 25.723 artigos publicados em 98 revistas on-line (1939-2019), com base no Sistema Qualis-Capes avaliação do quadriênio 2013-2016.

O conjunto de artigos que tratam do corpo nas revistas da área da geografia possuem diferentes abordagens. Os primeiros artigos dos anos 2000 trazem o corpo como um aspecto secundário, mas ele está presente, o foco são algumas pessoas que possuem determinadas características que se ligam aos processos econômicos. O artigo de Rosa Ester Rossini (2002) trata do aumento da atividade laboral feminina no mercado de trabalho pela queda da taxa de fecundidade, dando ênfase para as ocupações urbanas enquanto as atividades no campo têm sido masculinizadas. O artigo de Simone Miziara Frangella (2005) trata da população de rua e processos de expulsão das pessoas devido à valorização imobiliária de áreas urbanas.

Já os artigos de Joseli Maria Silva (2008) intitulado *A Cidade dos Corpos Transgressores da Heteronormatividade*, e o de Ana Paula Costa Rodrigues e Alex Ratts (2008), chamado *Corporeidade Negra e Espaço Público em Goiás: a congada de Catalão – GO'* bem como o de Patrício Pereira Alves de Sousa (2009), com o título *Ensaando a Corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade* têm outra proposta em sua abordagem relacionada ao(s) corpo(s). O primeiro artigo discute o corpo travesti e os limites pelos quais esses corpos considerados fora do ordenamento cisheterossexual são impedidos de circular em vários espaços da

cidade, como escolas, instituições de justiça, saúde, igrejas e vários outros. O segundo artigo trata do corpo negro e as dificuldades que o racismo estrutural impõe para que a população negra se aproprie dos espaços públicos. O terceiro artigo também tem como centro o corpo negro e seus gestuais na congada mineira, evidenciando a tomada de espaços de construção identitária. Mesmo que esses artigos sejam um marco importante para a geografia brasileira por tratar do corpo como um elemento central de análise, estas produções científicas têm seu foco na relação entre corpo e espaço.

A produção científica sobre o corpo levantada a partir do OGB evidencia que há dois importantes periódicos que deram vasão para esses temas: 18% dos artigos estão publicados na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, e 11% na Revista Geograficidade. Ambos os periódicos estão classificados nos estratos B1 e B2 do Sistema Qualis-Capes, evidenciando que a produção temática sobre o corpo é recente e também concentrada em revistas de médio status.

É possível identificar, no conjunto dos 117 artigos, que houve uma transformação da ideia do corpo como espaço nos artigos mais recentes publicados no Caderno Prudentino de Geografia, em 2019. Neste ano, o artigo *Corpos que Falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço*, de Natália Cristina Alves, Mateus Fachin Pedroso e Raul Borges Guimarães, tratou dos corpos femininos e suas relações com outras escalas espaciais nos processos de saúde e doença. O artigo de Mayã Pólo de Campos, Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva (2019), intitulado *Emoção Corporificada e Potência para Constituição de Espaços de Luta para Superar a Violência Sexual Sofrida por Mulheres*, resgata o corpo feminino como espaço íntimo violado e, como o encontro com outras escalas espaciais do movimento feminista, traz outras perspectivas de futuro. O artigo de Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (2019), *O legado de Henri Lefebvre para a Constituição de uma Geografia Corporificada* resgata a teoria lefebvriana, evidenciando suas abordagens do corpo como espaço geográfico. O artigo *Pesquisar para Transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas*, de Juliana Przybysz e Joseli Maria Silva (2019), constrói a compreensão da relação entre o fazer científico corporificado e a ética feminista, evidenciando como o corpo de quem pesquisa é parte integrante da produção de saber científico. O artigo de Taiane Flôres do Nascimento e Benhur Pinós da Costa (2019), *O Terreiro de Religiões de Matriz Africana como Espaço Marginal e Possível à Vivência de*

*Pessoas Travestis* constrói uma análise sobre como o terreiro se constitui em um espaço plural, capaz de acolher e subverter a ordem de gênero ao acolher travestis.

O que a geografia brasileira tem produzido, a partir da incipiente abordagem do corpo é tanto uma ênfase no corpo e sua relação com o espaço como, de forma inicial, tem argumentado o corpo como espaço geográfico. O que está em jogo na diferença é que, na primeira abordagem, o corpo é entendido como uma totalidade do sujeito que se relaciona com uma exterioridade, na segunda, a fronteira do sujeito não é clara e a carne que as pessoas carregam também pode ser um espaço.

Nessa seção, foi evidenciado que a análise do corpo ainda requer aprofundamento, notadamente no contexto epistemológico brasileiro e, para isso, o espaço geográfico capaz de trazer esta perspectiva é relacional e multiescalar, como proposto por Massey (2008). É impossível pensar um espaço fixo ou um produto acabado, pois o próprio corpo é vivo e em constante transformação.

## 2.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER E A APROPRIAÇÃO DO CORPO COMO ESPAÇO: GUERRAS ÍNTIMAS

Para entender a abordagem da violência doméstica na produção geográfica brasileira foi realizado um levantamento no OGB com base nos seguintes termos: “violência doméstica”, “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “Maria da Penha” e “lei 11.340”. Dos 25.723 artigos que fazem parte do repositório em questão, foram encontrados apenas 22 artigos científicos, dentre os quais 45% estão concentrados na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.

Isso quer dizer que o tema ainda não é fonte de interesse da geografia brasileira e, quando é, encontra espaço para publicação em periódico específico de gênero, alertando para o fato de que a violência doméstica não é encarada como um problema de toda uma sociedade espacializada. Outra característica do conjunto de 22 artigos é que eles tratam da violência doméstica em termos de política pública, trazendo a disponibilidade de equipamentos de proteção como delegacias especializadas, abrigos e a distribuição de casos pelo espaço urbano. Portanto, o papel desempenhado pelo Estado, leis e gestão pública é o foco principal de análise.

Um destaque importante no conjunto de artigos é o texto de Diana Lan (2010), *El Circuito Espacial de la Violencia Domestica: Análisis de Casos en Argentina*, que é um importante exemplo do perfil de produção. Nesse artigo, a

autora evidencia como diferentes classes de renda possuem distintos equipamentos de saúde para cuidar de seus ferimentos. Além disso, ela traça a difícil espacialidade percorrida pelas mulheres em busca de proteção e cidadania. Para Lan (2010), a geografia deve ter outras formas de pensar a violência que podem envolver aspectos específicos de gênero. Segundo ela,

podemos pensar el territorio como un espacio de conflicto no sólo social sino también de género y que se expresa en distintas situaciones y dimensiones del espacio territorial. Un enfoque de género en la ciudad puede contribuir a dar otro tratamiento a las injusticias que sufren las minorías y los 'invisibles', porque las mujeres forman parte de esta categoría. Podremos incluir nuevas miradas a partir de las condiciones de la vida cotidiana. Existe una subordinación de las mujeres en relación a los hombres dentro del sistema que sigue siendo patriarcal. Patriarcado y capital mantienen a la mujer en ocupaciones segregadas y mal remuneradas, dependiente económicamente de los hombres y subordinada a ellos en la vida familiar. Es a partir de esta óptica, de doble subordinación, es que puede entenderse la persistencia de una división sexual del trabajo que mantiene a las mujeres en ocupaciones jerárquicamente inferiores, tanto en la esfera pública como privada (LAN, 2010, p. 71).

No conjunto de artigos que discutem violência doméstica, não há abordagens que tratem da violência na escala do corpo e da casa, evidenciando uma demanda no campo de pesquisa na geografia brasileira. Notadamente porque toda a violência é perpetrada no corpo, nossos corpos são inescapáveis. Assim, João Sarmento (2009) inicia a discussão sobre corpo e espaço no livro *Geografias do Corpo: ensaios de geografia cultural*, no último capítulo do livro que leva o nome de *As Inescapáveis Geografias do Corpo: mobilidade, escala e lugar*. Sarmento (2009) afirma que os corpos são superfícies de inscrições sociais e culturais, que hospedam subjetividades, que são espaços de prazer e de dor, público e privado, e que têm fronteiras permeáveis, que são atravessadas por fluidos e sólidos. São materiais, discursivos e físicos e é neles onde começa toda a geografia que podemos ver, observar, medir, calcular, analisar.

Para Johnston e Longhurst (2010), não existe corpo, existe apenas corpos, no plural. A autora traz algumas discussões acerca do corpo sobre a questão muito debatida por feministas de que a concepção do ser universal, ou o homem branco, poderia transcender sua incorporação ao vê-la apenas como um recipiente para a sua consciência pura, essa mesma transcendência não é permitida às mulheres racializadas, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência física, idosos. Além disso,

o conhecimento a partir da lógica masculinista de racionalidade acredita que se pode separar emoções, corpo, valores e experiências passadas do próprio conhecimento produzido, afirmando, dessa forma, uma racionalidade universal.

Pensar no corpo como uma escala geográfica em constante negociação com outras escalas espaciais implica em trazer para a discussão a ideia de Martson (2000). Esta geógrafa feminista entende a escala como construção social que organiza hierarquicamente o mundo, assim como Delaney e Laitner (1997) argumentam que a escala não é um fato em si, mas uma forma de concepção e enquadramento da realidade espacial. Da mesma forma, Smith (1992; 1993) afirma que a diferenciação geográfica da escala estabelece e é estabelecida através da estrutura geográfica das interações sociais.

Portanto, a escala não existe em si, mas se faz da construção social que é uma maneira de representar e organizar a realidade socioespacial, e se torna uma base material sobre a qual ações humanas se desenvolvem. O corpo como espaço estabelece conexões com outras escalas, trazendo especificidades a serem investigadas pela geografia. Rich (1984) desenvolveu a expressão “geography closest in - the body”, em português, a geografia mais próxima, o corpo. Ela traz o corpo com suas características e evidencia que sua localização define sentidos e poderes próprios a ele. O corpo é geopoliticamente localizado, na medida em que uma mesma característica pode ganhar sentidos diferentes, dependendo de sua localização e, portanto, das relações escalares. Diz ela:

Um lugar no mapa é também um lugar na história dentro do qual, como uma mulher, judia, lésbica, feminista eu sou criada e eu estou tentando criar. Comece porém, não com um continente ou um país ou uma casa, mas com a geografia mais próxima - o corpo (RICH, 1984, p. 212, tradução nossa).

Os corpos são atravessados por poderes de outras escalas como as políticas de maternidade, do aborto, da heterossexualidade compulsória, da política do estupro, da esterilização forçada, da política do racismo, entre outras. A reivindicação do direito sobre o corpo faz dele um espaço de luta social. O corpo é uma escala espacial ativamente produzida em e através das relações de interação espaciais. Smith (1992) argumenta que

O local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construída. O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro num sentido tanto físico como social e envolve a construção de um 'espaço pessoal' para além de um espaço definido literalmente

fisiológico. [...] Como o lugar de prazer e dor, ele também tem necessidades, desejos e medos, e é o órgão biológico em torno do qual as definições sociais de doença e saúde são construídos. O cuidado com o corpo, o acesso físico 'ao' e 'pelo' corpo, e o 'controle' sobre o corpo são as vias centrais da contestação da escala corporal (SMITH, 1992, p. 67, tradução nossa).

Campos (2016) abordou a violência sexual e verificou que as mulheres que sofreram tal violência traziam o corpo como uma espacialidade que havia sido violada. A pesquisa evidenciou que elas compreendiam seus corpos como espaços íntimos e denunciavam sua dor por ter perdido o controle sobre ele. Os relatos das vítimas de violência sexual impulsionaram a busca de compreensão geográfica sobre o corpo. Para essa compreensão, faz-se necessário também compreender o conceito de escala dentro da geografia, e, para esta pesquisa, é imprescindível que esse conceito seja trabalhado não como um dado já definido, mas que se compreenda que a escala faz parte de uma construção e de relações sociais.

Herod (2008) traz a questão de que a divisão entre global, nacional, regional e local tem como interesse a hierarquização e a separação das escalas. O que se considera local seria um determinado processo ou conjunto de práticas sociais; global pode ser definido pelos limites geológicos da terra; local é visto como uma resolução espacial útil para compreender processos e práticas que ocorrem em áreas menores que a escala regional que, por sua vez, é algo menor que a nacional, esta, compreendida como algo menor que a global.

Para os materialistas, Herod (2010) diz que o aspecto chave da escala geográfica é compreender que as escalas são produzidas por meio de luta e compromissos. Ele cita o exemplo de que a escala nacional não seria simplesmente uma escala que existe em uma hierarquia entre global e regional, mas é uma escala que teve que ser criada por meio de políticas econômicas e processos que consolidaram Estados-nação maiores que os municípios e feudos que haviam sido as principais unidades políticas na Europa até a idade média. Afirmar que escalas são criadas ativamente por meio das práticas de atores sociais é coloca-las, novamente, em uma hierarquia de escada para uma escala global pré-fabricada, ou seja, dizer que a escala local é a base para as outras escalas e que é através dela que é possível se tornar global (HEROD, 2010).

Para Marston (2000), o que mobiliza o interesse sobre o conceito de escala entre teóricos sociais em geografia é o compromisso com uma estrutura construcionista e a rejeição da escala com uma categoria ontológica. A autora

apresenta que, em estudos sociais recentes, o ponto fundamental é que a escala não tem uma hierarquia preestabelecida e estruturada para ordenar o mundo, ou seja, local, regional, nacional e global. O que a escala representa, em verdade, é o resultado de um contingente de tensões que existem entre forças estruturais e as práticas de agentes humanos.

Herod (2010), considerando a escala como uma construção social, faz apontamentos do que ele entende como o corpo enquanto corpo, e o corpo enquanto escala. No primeiro ponto, o autor questiona a dualidade “corpo como unidade natural” *versus* “corpo produzido socialmente”, e esse próprio dualismo reflete na discussão do conceito de escala como entidades naturais ou socialmente produzidas. Para o autor, a retificação da unidade do corpo e da unidade das escalas então, vem focando em seus exteriores ao invés dos interiores, como no caso da escala de região, que é a similaridade de fatores internos comparados com os externos que realizam o recorte escalar. O segundo ponto de destaque na discussão é a forma como a literatura trabalha com o corpo, sempre de maneira binária, como as concepções que têm corpo e mente, feminino e masculino, branco e não branco, de modo a, paralelamente, induzir a relação entre o pensamento e o corpo enquanto escala, como quando o mundo é visto do local/global. Segundo Herod (2010), um dos mais notáveis binarismos nesse sentido do corpo na esfera escala é considerar dentro e fora que observa a pele como o delineador entre o interior do corpo e o mundo exterior, ou seja, a pele como recipiente dos espaços internos do corpo.

O autor aponta que o gênero é um marcador binário que colaborou para que o corpo fosse considerado um corpo e ainda diz que esse binarismo reflete na construção escalar, uma vez que o que é considerado local tem por características, em uma esfera de relação mundial, a fraqueza e a impotência, e o global, por sua vez, é reconhecido por força e poder, associando desta forma o local com o feminino e o global com o masculino, de modo a caracterizar um discurso tanto de gênero, como heteronormativo.

O terceiro ponto elencado por Herod (2010), a partir das ideias Marx e também de Harvey, é que a relação do capitalismo globalmente organizado molda as possibilidades de vida de corpos individuais, ainda que os mesmos corpos moldem como opera o capitalismo globalmente organizado. Mas, como aponta o autor, mesmo que exista uma consonância entre as abordagens dialéticas do corpo e da

escala – o corpo como corpo e como escala é visto em forma, mas também moldado por outras escalas – há também, segundo Herod (2010), uma consonância entre abordagens não dialéticas para ambos, ou seja, categorizar o corpo como biológico e social/cultural separadamente. Muitas teorias escalares também separam o urbano e o regional ou global como escalas distintas ao invés de dialética e inexoravelmente conectadas.

O quarto ponto que Herod (2010) levanta, entre as considerações de corpo enquanto corpo, e corpo enquanto escala, é a questão do corpo e as escalas como tropos. O autor apresenta algumas vezes que o corpo foi utilizado ao longo da história como tropo para a economia, para o Estado-nação, para a Coroa. Dito isso, Herod (2010) sugere que, sem dúvida, esses tropos moldaram como as pessoas entendiam sua própria relação corporal com o estado e que existiram consequências e, Jones (1998, apud. HEROD, 2010) sugere a representação de uma escala, a do nacional, em termos de outra, a do corpo.

Além desses quatro pontos, e em um aspecto geral, Herod (2010) também argumenta que o entendimento de corpo enquanto escala geográfica também está ligado às barreiras do corpo, como a pele, que é permeável, o que o torna uma escala diferenciada de outras organizações sociais, porque além de produzido socialmente, o corpo é uma entidade biológica e esse aspecto pode ser definido pela própria condição social:

[...] para tomar como um exemplo óbvio, não tendo dinheiro suficiente para comprar comida (uma condição social) o ser humano pode ter severos efeitos em seu metabolismo, tanto em curto como longo prazo (uma condição biológica). Este fato é levado em conta ao considerar o corpo como escala (HEROD 2010, p. 2).

O corpo e suas implicações no espaço vêm sendo discutidos pela perspectiva do corpo-território, que evidencia a inseparabilidade dos corpos de determinadas comunidades do seu entorno. Comunidades indígenas adoecidas pela exploração e extrativismo de seus territórios de vida, bem como pelo depósito de rejeitos de mineração são linhas de argumentação do feminismo latino-americano, como pode ser visto nos trabalhos de Millán (2014), Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017), Saragocin (2018 e 2019), Hernández e Jiménez (2020). Nessas perspectivas, o corpo não está separado do espaço ou outros objetos da natureza. Na ontologia indígena, o corpo está em conexão com os demais elementos, não havendo separação entre sociedade e natureza, pois os seres são

interdependentes uns dos outros. Segundo os autores,

En la última década, la defensa del territorio comenzó a figurar en las agendas académicas, en las de la cooperación internacional y las organizaciones de la sociedad civil como 'tema' emergente. Nosotras afirmamos que se trata de una situación de larga duración, evidenciada y encarnada, desde hace más de cinco siglos, por las y los sujetos de los pueblos organizados del Sur global con sus luchas, quienes ponen en el centro sus cuerpos, arriesgando la vida y su posibilidad de existencia (HERNÁNDEZ; JIMÉNEZ, 2020, p. 16-17).

A defesa da vida é simultaneamente a defesa dos seus territórios, implicando uma luta contra a colonialidade e o patriarcado em que haja resistências que articulem as interseccionalidades entre o corpo e o território. Saragocin (2020) aprofunda sua análise da relação entre corpo e território trazendo partes do corpo das mulheres indígenas que são valorizadas na luta pela defesa dos seus territórios, cunhando a ideia de geopolítica do útero. Para ela:

Tal como ya lo han señalado varias autoras, el cuerpo genera territorialidad. Pero hay partes del cuerpo que generan territorialidades distintas. La relación útero-territorialidad se manifiesta de manera variada e inter-relacionada dependiendo del lugar. La territorialidad que puede crear el útero ya ha sido propuesta por diferentes corrientes del feminismo desde los debates sobre el aborto, los derechos sexuales y el empoderamiento. En este sentido, también es un lugar corporal donde se plasman encuentros y desencuentros sobre el deber ser de los distintos feminismos (SARAGOCIN, 2020, p. 93-94).

O corpo também tem sido analisado para além das sociedades indígenas, como pode ser visto em Silva e Ornat (2021), que analisam o corpo como espaço geográfico e a multiescalaridade das relações corpóreas, quando tomam como referência a pandemia da COVID-19, no Brasil, e como os corpos estavam diretamente envolvidos nos processos de saúde, das emoções, da gestão da vida cotidiana e como isso implica na escala da casa que, por sua vez, se relaciona com a escala da cidade, do país e até com a do planeta Terra. Para a autora e o autor, a casa, durante a pandemia, foi refúgio para evitar o contágio do vírus, mas também significou, para os grupos mais vulneráveis, um espaço de sofrimento e terror.

Essa perspectiva multiescalar envolve a necessidade de argumentarmos como as escalas do corpo e da casa não estão separadas das outras escalas espaciais e que a separação entre o espaço público e o privado é uma falácia, como argumenta Przybysz (2009; 2012). Segundo a autora, há uma criação de separação

entre as esferas que são entrelaçadas, relacionais e interdependentes.

Silva e Ornat (2021) evidenciam que a violência doméstica traz em sua própria definição uma espacialidade específica, apesar de relacional, a casa, ou ainda, relações familiares envolvendo intimidade e afetos. Entretanto, a casa não é um espaço isolado, mas conectado com outras escalas espaciais e de relações de poder que, ao mesmo tempo em que conformam o espaço familiar e doméstico, possuem especificidades que estão na falta de controle das instituições políticas de proteção. McIlwaine (1999), ao discutir a violência doméstica, argumenta que é um fenômeno multifacetado e multiescalar. Embora esse tipo de violência esteja bastante fundamentada nas expectativas de gênero e na concentração de poder nas mãos dos homens, é preciso considerar que a violência doméstica aumenta em tempos de crise social, econômica e de conflitos políticos. Brickell (2015) traz a complexidade da violência doméstica em contextos de guerra e paz, evidenciando a interdependência interescalar que envolvem também os conflitos de gênero.

Segundo Lourenço e Carvalho (2001), a violência doméstica<sup>2</sup> é um problema social de dimensão universal, que ultrapassa barreiras culturais, étnicas, econômicas e religiosas. Segundo os autores, a dificuldade em compreender melhor esse fenômeno está justamente atrelada ao mecanismo da violência, ou seja, está atrelada ao espaço privado e familiar e ainda na dificuldade em identificar a violência, por parte das pessoas envolvidas. Segundo a Lei Maria da Penha,

configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Safiotti (2001) argumenta que violência doméstica e violência contra a mulher são duas expressões que, à primeira vista, podem parecer distintas e excludentes, mas que, analisadas de perto, apresentam uma grande sobreposição dos dois recortes. O conceito de violência contra a mulher não se refere apenas àquela violência em que os perpetradores são parentes ou conhecidos, vivendo sem

---

<sup>2</sup>Embora a violência doméstica atinja outros grupos além das mulheres como crianças, pessoas idosas, esta pesquisa adota a perspectiva das mulheres, conforme a Lei Maria da Penha.

nenhuma relação estabelecida com a vítima, ou seja, a violência contra a mulher, de certo ângulo, constitui um fenômeno mais amplo do que o da violência doméstica, o que não significa que esta última esteja confinada ao domicílio ou à família, pois, embora ocorra predominantemente na residência, também acontece fora dela.

Em relação aos agressores e a complexidade do fenômeno, Saffioti (2001, p. 1) traz a seguinte provocação:

Quanto ao fato de seus perpetradores serem ou não familiares da vítima, a questão é um pouco mais complexa. Ainda que não importe a relação biológica, quase todo domicílio tem um pater famílias, cujo poder se estende sobre os demais moradores. Obviamente, não se está falando de inquilinos de cômodos da casa, mas do grupo domiciliar quase família. Trata-se de afilhadas(os), empregadas(os) domésticas(os), agregadas(os), etc. O estabelecimento e a consolidação do domínio do pater famílias, embora estejam, via de regra, vinculados à consanguinidade, rigorosamente independem dela. Enquanto a mulher, para gozar do estatuto social de mãe, precisa ter filho(s), biológico(s) ou adotivo(s), o patriarca institui, ele próprio, sua paternidade.

Instituir essa paternidade, segundo a autora, conta com uma autorização não somente familiar, mas com o incentivo da sociedade em seu conjunto. Para a autora, o poder que compõe essas violências não é um processo de mão única, mas fruto da interação social. Um exemplo evidente que Saffioti (2001) traz é que o patriarca não somente domina-explora, mas também protege sua “cria” de agressores alheios, o que ela chama de território do domicílio parentela. Para a autora, não se trata apenas de um território geográfico, trata-se de um território simbólico e é esse caráter que permite a exploração e a dominação exercida pelo patriarca extrapole o território da família ou grupo domiciliar e se ancore em todos os domínios da sociedade.

Em um momento seguinte, Saffioti (2004) apresenta a reflexão de que o sujeito nunca se torna objeto, todo ser humano que é capaz de interagir com outro, é sujeito e objeto, mas jamais somente objeto, e é esse o ponto em que as vítimas podem reagir, buscar vingança, e tomar outras atitudes desta natureza. Ela destaca que autonomia e independência são fenômenos diferentes, e que homens violentos exercem violência de acordo com sua própria vontade, autonomamente e sem a necessidade de permissão. Isso não quer dizer que são homens que não dependem de suas mulheres, embora tal fenômeno sempre apareça apenas com as mulheres dependendo de homens, os maridos também dependem de suas mulheres.

As relações de poder envolvidas na violência doméstica não são

unidirecionais, mas tratam de um poder que envolve uma multiplicidade de relações de forças, conforme alerta Foucault (1988). Para ele,

O poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. [...] Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1988, p. 102-103).

O poder multiescalar se desloca espacialmente. Segundo Warrington (2001), a violência doméstica está profundamente relacionada com as restrições espaciais, em que as mulheres, embora cidadãs plenas de direitos na sociedade moderna ocidental, na esfera pública, no âmbito doméstico são tornadas inferiores e dependentes, porque ali imperam normas e poderes que recebem pouca regulação pública. Ou seja, há necessidade de politização das relações que são consideradas íntimas e privadas.

Gregori (1993) realizou importantes críticas sobre a visão dualista que impera nos conflitos conjugais, opondo mulher-vítima e homem-agressor. Ela tem reivindicado uma complexificação da análise da violência doméstica que, segundo ela, apesar das mulheres serem atingidas de forma assombrosa, há necessidade de pensar as mulheres com capacidade de agenciamento. Elas, embora vitimadas, não podem ser vistas como passivas. Grossi, Minella e Losso (2006) têm realizado levantamentos sobre a produção científica da violência doméstica e também estão preocupadas em complexificar a abordagem do fenômeno para ultrapassar os modelos ideias e que deflagram relações simples de oposição, sendo as mulheres constantes vítimas passivas e os homens o polo ativo da agressão.

Além de Gregori (1993) que tem se pautado no discurso da queixa em instituições jurídicas, há outras pesquisadoras que argumentam a necessidade da visão dualista para superar a violência doméstica, como é o caso de Suárez e Bandeira (1999). Essas autoras, também estudiosas do campo jurídico, têm desenvolvido a ideia de que é preciso enfrentar a violência doméstica para além da criminalização. Para elas, esse fenômeno é complexo, envolvendo muitas

instituições, escalas espaciais e valores culturais envolvendo o gênero. Assim, alertam elas, a sociedade brasileira precisa superar a dualidade da vítima passiva e do agressor a ser penalizado, pois é preciso compreender como as mulheres participam dos confrontos de violência entre parceiros íntimos.

A influência do espaço nas relações de poder foi proposta por Ornat (2009), quando analisou as relações de poder na prostituição travesti. Segundo ele, o poder está em constante movimento entre sujeitos que se relacionam. Ele evidencia que o território da prostituição confere poder para travestis e o cliente se subordina pelo desejo e a organização da força do conjunto das pessoas travestis. No entanto, o deslocamento dos corpos para a efetivação do programa faz com que os corpos de travestis sejam desempoderados e se tornem vulneráveis a vários tipos de violência. Essa análise evidencia que não há, segundo o autor, uma relação unidirecional de poder, e que o espaço é um elemento componente dele. Além disso, as emoções estão nos jogos de poder, pois desejo e repulsa, contraditoriamente, constituem os corpos e espaços de travestis.

O poder, conforme Foucault (1988, p. 103), “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” e, em uma espacialidade determinada, como também propõe Ornat (2009). Arendt (1970) argumenta que o poder não é propriedade de um indivíduo, o poder pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Portanto, é o deslocamento da travesti do território que ela instituiu em grupo na prostituição que a enfraquece, conforme Ornat (2009). Além de sua contribuição para análise do poder e do espaço que o autor chama de território paradoxal, é interessante observar que ele traz o desejo pelo corpo travesti como uma potência para a relação sexual. Isso evidencia que mesmo as relações mais íntimas envolvem negociações, tensões e emoções com as quais as pessoas devem lidar.

Para Foucault (1988), o poder não é apenas repressivo, caso contrário, não se sustentaria. A lei tem força de proibição, mas isso não basta. Segundo o autor, o que faz com que o poder seja aceito é simplesmente por ele não pesar apenas com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Para Foucault (1988), é preciso considerar o poder como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que somente uma instância que tem como função principal reprimir.

Castro (2005) entende que um poder só é exercido através de uma concessão, o que o torna legítimo pela aceitação e reconhecimento daqueles que a ele se submeteram e, sendo assim, o poder possui um movimento de negociação que tem validade espacial. Arendt (1970) argumenta que a violência e o poder são coisas diferentes, já que a violência é instrumental e utilizada em casos especiais de poder, quando outras formas de poder são fracassadas. Para Foucault (1988), as correlações de força desequilibradas, heterogêneas e instáveis implicam pensar o poder a partir de algumas proposições. Para ele, o poder não é algo que se adquira, o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e moveis. Tendo então, segundo Ornat (2009), o espaço como um de seus componentes. O poder não é exterior às pessoas, mas lhes é imanente. O poder não se exerce numa matriz binária entre dominados e dominantes. O poder se exerce com finalidades específicas, e não há poder sem resistência.

Portanto, o exercício de poder implica no espaço, como argumentado por Ornat (2009), bem como no corpo e nas emoções. Soto-Villagran (2013) argumenta que é no corpo que se experimentam as emoções, portanto, o corpo é lugar das experiências emocionais. As emoções ultrapassam a realidade individual e corporal, essas emoções são concebidas como coletivas e inseparáveis de outras escalas espaciais e das dimensões social, política e cultural. Segundo ela, o corpo como lugar é uma perspectiva teórica importante para superar as dicotomias que reinam na geografia como as oposições mente e corpo, razão e emoção, cultura e natureza, possibilitando a visibilidade da existência feminina na geografia.

As emoções fazem parte da existência humana cotidiana e estão presentes em boa parte das ações e práticas diárias. Mesmo que as emoções possam ser consideradas como sensações físicas, como o exemplo da raiva, tristeza, medo e outras expressões. Para Bondi, Davidson e Smith (2007), as emoções se constituem culturalmente, e aquilo que nossos corpos manifestam como sensações físicas possui uma mediação do tempo e do espaço. Como apontado por Campos, Silva e Silva (2019), as geografias feministas e *queer* são ramos importantes para pensar as emoções como elementos do espaço, já que o corpo e o desejo são categorias fundamentais para as discussões de gênero e sexualidades.

Para Campos, Silva e Silva (2019), quando trabalhamos a questão da violência sexual, constatamos que essa violência contra a mulher envolve emoções corporificadas que estão constantemente em negociação com outras escalas que

vão além do corpo de quem sofre a violência e de quem a pratica. Obviamente, são violências distintas e devem ser compreendidas de maneira singular. A violência sexual não está atrelada diretamente ao parceiro afetivo das mulheres, assim como a violência doméstica. A idade em que as mulheres vivenciam cada tipo de violência também é uma questão, pois a violência sexual é uma violência que ocorre com mais frequência na infância, com maior incidência até os 14 anos. Já a violência doméstica é um fenômeno relacionado às relações conjugais e, por esse funcionamento, ocorre mais frequentemente na fase adulta.

Claro que ambos os crimes podem ocorrer em diferentes idades na vida das mulheres. A violência sexual acompanhada da cultura do estupro torna o corpo das mulheres vulnerável durante toda a vida, assim como a violência doméstica pode ocorrer com adolescentes que se casam precocemente, ou mulheres que vivem uma vida inteira de relação violenta. O fato que trazemos aqui é baseado nas características gerais desses dois crimes. Campos, Silva e Silva (2019) apontam que determinados corpos são compreendidos e assimilados culturalmente como passíveis de serem violados, são corpos vistos como provocativos ou considerados como objetos de exercício de poder, enquanto outros corpos são concebidos como autônomos e livres. A vulnerabilidade, no caso da violência sexual, está profundamente marcada pelas emoções sobre os diferentes tipos de corpos que, por sua vez, são relacionais às demais escalas da cidade, do país e do mundo, pois são os corpos femininos que possuem maior vulnerabilidade a sofrer a violência, e essa experiência envolve uma série de emoções corporificadas.

Pierre Mayol (1996) traz algumas considerações interessantes sobre o espaço privado. Para o autor, o espaço do bairro é complexo, pois o bairro é constituído por pessoas que convivem naquele território diariamente, então, por mais que seja um espaço público, é um espaço que tem significado. O autor propõe que esse fato habitual faça com que possamos considerar o bairro como a privatização progressiva do espaço público, uma vez que o bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. O autor aponta que é nesta tensão entre os dois termos que, aos poucos, torna-se um prolongamento de um dentro, que se efetua na apropriação do espaço. Mayol (1996) afirma que o bairro pode ser compreendido como um habitáculo, uma somatória de trajetórias inauguradas a partir do local de habitação do usuário. Além disso, para Mayol (1996), o bairro é o espaço de uma relação com o outro, como ser social. Vivenciar o bairro, andar pela

rua, por exemplo, é um ato cultural de relações sociais.

Em seu livro, quando o autor apresenta o contexto dos espaços privados, e também discute a esfera do corpo, Mayol (1996) traz afirmações muito diferentes das que encontramos em nosso campo, nas conversas com as mulheres, e na nossa própria vivência como mulheres brancas, pois a vivência de mulheres negras e o espaço doméstico também podem passar por outras intersecções. Enfim, para Mayol (1996), o espaço doméstico é “o lugar em que a gente se sente em paz”. O autor também faz uma série de afirmativas sobre o lar ser um local de descanso, identitário, um local seguro para seu território pessoal e privado, onde encontramos proteção para dormir, fugir do barulho, olhares e presença de pessoas indesejáveis, local onde, via de regra, não se trabalha, cuida-se da nutrição e do entretenimento. Os corpos se embelezam, perfumam-se e há tempo para viver e sonhar.

Na mesma linha de argumentação, a geografia humanista tratou o espaço da casa como positivo. Tuan (1983, p. 152) argumenta que “os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato”. Os espaços de menor tamanho como a casa, por exemplo, foram considerados como espaços de identidade, chave da experiência e de pertencimento. Tuan (1983) considera que o espaço da experiência íntima é o da segurança, do descanso e do cuidado. O significado primário de uma casa é de abrigo, acolhimento, é onde as pessoas podem admitir fragilidades e necessidades pessoais. A rotina, segundo ele, traz um sentido de certa estabilidade e de proteção de aventuras ou imprevistos. Enfim, “o homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidade biológicas e relações sociais” (TUAN, 1983, p. 39).

A perspectiva da casa como lugar de acolhimento, discutida pela fenomenologia foi duramente criticada pelas geografias feministas e *queer*. Warrington (2001) argumenta que a casa é vista como tendo múltiplos significados e a tese do lar como refúgio é desconstruída constantemente por experiências de pessoas que são vulneráveis a sofrerem violências, como adolescentes com sexualidades não normativas e que não são aceitas por seus pais, pessoas idosas que são vistas pelos filhos como um peso, e mulheres que sofrem violência de seus companheiros. Além disso, algumas crianças que podem ter, por exemplo, experiências ambíguas quando, por um lado, sentem-se protegidas por alguns

membros da família e, por outro, atacadas, como é o caso da violência sexual.

McDowell (2000) e Rose (1993) estabeleceram duras críticas ao olhar masculino que forjava a casa como paraíso e reivindicam pensar a casa como um espaço de relações de poder em que se cruzam vários elementos, dentre eles, o econômico, cultural, emocional e outras expressões dessa relação que estejam presentes na dinâmica da relação com e no espaço. Da mesma forma, Silva e Ornat (2021, p. 64) pensam o espaço da casa de forma fluida:

O espaço da casa não é algo que se constitui apenas por esse modelo de organização familiar, existindo uma abundância de outros arranjos específicos de relacionamentos íntimos no tempo e no espaço, incluindo uma infinidade de sujeitos com variadas identidades sexuais. Entretanto, o poder do discurso hegemônico concebe a casa como um espaço de intimidade da família heteronormativa, promovendo uma certa estabilização de arranjos específicos de existência espacial. Então, se a casa não é em si, um espaço da família heteronormativa, esse ideal de relações espaciais é mantido pela repetição das normas hegemônicas que constituem o que é considerado uma casa de família que simultaneamente situa sujeitos e emoções em relações de poder.

Sweet e Escalante (2014) criticam a divisão falsa entre espaço público e privado, bem como a exclusão do espaço privado nas políticas de planejamento. Para elas, o espaço dos corpos desafia tal divisão e, uma vez que a violência é dirigida às pessoas que possuem várias marcas de identidade como gênero, raça, sexualidade e status econômico, é preciso entender como os corpos vivenciam a violência e o medo. Elas usam os corpos como escala espacial para planejar e coletar dados, a fim de melhorar as políticas de planejamento urbano, a isso elas dão o nome de geografias viscerais. Para as autoras, uma geografia visceral explora o dinamismo das relações entre espaço, identidade e violência e vê o corpo como o espaço geográfico de investigação, prestando especial atenção à forma como os corpos se sentem internamente, sensações, humores, estados de ânimo em relação às suas comunidades e fora delas. Para além do planejamento urbano, Brunell (2005) alerta para a situação das mulheres do campo, evidenciando que na Polônia pós-comunista, foi dada atenção especial às áreas urbanas, mas as áreas rurais permaneceram desassistidas, caracterizando notadamente uma desigualdade geográfica das políticas de proteção contra a violência doméstica.

O tempo é um dado importante nas experiências espaciais, pois, para McDowell (2000), jovens, adultos, homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, enfim, todas as pessoas modificam suas experiências ao longo do

tempo, inclusive, variando entre os períodos do dia e da noite.

Além do tempo se caracterizar como um elemento de variação das relações entre diferentes corpos e outras escalas, McDowell (2000) argumenta que há espaços da casa que são reconhecidos como mais opressores do que outros. A autora também argumenta que as divisões internas e os significados atribuídos geram hierarquias nas relações sociais. A cozinha é considerada um espaço de bem-estar e superioridade feminina, enquanto o quarto pode ser considerado opressivo para as mulheres que se sentem muitas vezes obrigadas a satisfazer sexualmente seus maridos.

A ideia de casa para as vítimas de violência doméstica, de acordo com Little (2021), é carregada de ambiguidades que, para a autora, pautam-se no imaginário da cultura do amor romântico e das concepções de vida conjugal. As experiências podem ser contraditórias porque a relação é vivida entre tensões e tensionamentos que fazem um balanço entre elementos bons e ruins. Nos estudos de Little (2021), há o reconhecimento do ambíguo do lar como um espaço não de pertencimento, intimidade e desejo, mas de alienação, violência e medo. Para ela, é preciso pensar na ideia das políticas de amor que estão embebidas em assimetrias de poder, constituindo uma relação emaranhada pelas concepções de amor e violência. As emoções, portanto, fazem parte da compreensão das experiências espaciais, e as vítimas de violência doméstica podem vivenciar tipos de amores que nem sempre são positivos. O amor é geralmente visto como uma força positiva, mas traz consigo enormes expectativas e crenças de que existem certas (e, portanto, erradas) maneiras de amar, e que amar inapropriadamente estará associado a resultados e outras formas de comportamentos problemáticas.

As vinculações entre corpo, experiências corporificadas e a casa é um caminho de pesquisa percorrido por Blunt (2005). Para ela, a casa é um espaço simultaneamente material e afetivo, moldado por práticas cotidianas, experiências, relações sociais, memórias e emoções. Portanto, os significados podem ser diversos, contemplando pertencimento e alienação, intimidade e violência, desejo e medo. É um espaço complexo, envolvendo elementos materiais e imaginativos, e isso implica em negociações políticas que trazem elementos de várias escalas espaciais, como o bairro, a cidade e o país.

Várias geógrafas têm insistido na politização do espaço doméstico e a violência sofrida pelas mulheres, como Pain (2014a), Pain (2014b), Pain e Staeheli

(2014), Pain (2015) e Datta (2016). A violência doméstica é política, afirma Pain (2015), embora nem sempre seja considerada dessa forma. A violência doméstica está intimamente ligada a uma rede de violências que operam em escalas diferentes. Sua dinâmica íntima é motivada por um desejo de exercer controle, tal quais as estruturas de poder mais amplas na sociedade, especialmente as do patriarcado, classe, racismo e heterossexismo. Assim, como a guerra é comumente vista como uma continuação da política por outros meios, como argumentado a partir de Foucault (1988) e Arendt (1970), a violência doméstica promove a política de opressão e está enredada na política do Estado que tem, cada vez mais, diminuído recursos para o enfrentamento da violência doméstica. No entanto, há uma compreensão social comum de que a violência doméstica envolve apenas indivíduos isolados em espaços privados. Esse imaginário espacial tanto reflete, quanto produz seu habitual, enquadrando a violência como não política.

Pain (2015) argumenta ainda que há discursos sociais e médicos dominantes que caracterizam a violência doméstica como comportamento individualizado e patologizado. A casa, contudo, é apenas uma escala de espaço complexo de segurança e violência, bem como um local chave de resistência à violência de todos os tipos. Pain e Staeheli (2014) argumentam que a violência doméstica é multifacetada e envolve uma relação de forças multisituada, interpessoal e institucional, social, econômica e política, física, sexual, emocional e psicológica. A violência é endêmica e intimamente conectada a outros tipos de relações que envolvem outras escalas e atravessam relações políticas mais amplas e da intimidade.

Pain (2014a) cria a ideia de terrorismo cotidiano. Para ela, a violência que tenta influenciar ou controlar, através da instalação do medo, funciona como uma forma de terrorismo e não é algo particular, mas funciona na escala global. Não pode ser vista como um fenômeno relacionado à esfera íntima, mas uma questão de Estado. A violência doméstica não só consiste em atos de violência física, embora estes estejam frequentemente presentes, ela inclui danos psicológicos, táticas emocionais, incluindo ameaças, isolamento, e minando a autoconfiança das vítimas. A gravidade dos impactos da violência doméstica está centrada na operação comum de medo, terror e controle difundidos no cotidiano de milhares de famílias, em nível planetário. A violência doméstica é marcada por sua natureza repetida e de longo prazo, e é um problema que tem sérias consequências para a saúde física e mental

de quem a vivencia. É uma das principais causas de separação familiar, ela afeta padrões de habitação e renda, e tem provocado impactos no bem-estar e no desenvolvimento socioemocional de crianças e gerações futuras. Mesmo assim, a violência doméstica não recebe a atenção e os recursos que merece, notadamente em países de governos conservadores com influência religiosa fundamentalista.

O medo presente no terrorismo cotidiano em situações de risco crônico, segundo Pain (2014b), tem sido compreendido como força monolítica que enfraquece, mas é também uma emoção que pode atuar como uma agência a fim de modificar a situação vivida. Para esta geógrafa, as emoções também fazem parte do ativismo e podem gerar circunstâncias de reação e luta. A vítima de violência doméstica não é passiva, mas desenvolve uma série de estratégias para conter a situação de conflito. Mesmo abusadas, as pessoas contestam de alguma forma a violência e muitas vezes conseguem sair do domínio da opressão, mas isso não ocorre de forma linear. Em situações de extrema violência perpetrada pelos homens, algumas mulheres conseguem exercer resistências e essas pequenas ações cotidianas por parte das mulheres são uma forma de ativismo, mesmo que não seja de caráter amplo e público. Para Pain (2014b), as pequenas ações podem gerar mudanças progressivas que geram outras formas de contato e engajamento com outras mulheres e movimentos políticos. Em geral, os pequenos atos de resistência das vítimas de violência doméstica ocorrem de forma isolada e em espaços privados, em pequenos atos que, muitas vezes, passam despercebidos pelo agressor. Segundo ela, as táticas pequenas muitas vezes são as únicas formas possíveis de oposição que, não necessariamente, são visíveis nos movimentos sociais amplos e de visibilidade pública. Nem por isso as mulheres que só conseguem desenvolver pequenas táticas podem ser consideradas passivas à violência que sofrem.

Enfim, esse capítulo trouxe a argumentação de que o gênero não é um dado natural, como argumentado a partir de Scott (1989) e Butler (2003), tampouco o corpo e a casa podem ser entendidos como algo dado, inquestionável. Como argumenta Valentine (2001), o corpo é um espaço pessoal de dor e, conforme Pile (1996), os corpos negociam com outras escalas, produzindo processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O corpo apropriado pelo masculino no processo de violência doméstica resiste à ordem patriarcal, sendo um espaço de violência e, ao mesmo tempo, de

resistência. Afinal, o poder apenas se justifica quando há resistência, conforme Foucault (1988). Quando as mulheres são atingidas pela violência física e conseguem denunciar, elas estão reclamando seu espaço corpóreo e produzindo capacidade de reapropriação de seu corpo, resistindo ao poder até então estabelecido.

### CAPÍTULO 3

## A MULTIESCALARIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS RELAÇÕES DE PODER GENERIFICADAS

Este capítulo tem como objetivo evidenciar a forma com que os conflitos conjugais e a violência doméstica se colocam como problemas sociais e públicos. O corpo como uma espacialidade da violência doméstica está conectado com outras escalas e envolve relações de conflitos que, durante muito tempo, foram considerados como sendo da ordem privada e íntima de um casal.<sup>3</sup> A vida amorosa e sexual de casais heterossexuais, que representam a base da constituição da família patriarcal na sociedade ocidental moderna, faz parte de dinâmicas invisibilizadas, mas que contêm em si fontes de relações de poder cristalizadas culturalmente. Os corpos de homens e mulheres no exercício da conjugalidade heterossexual são fortemente marcados pelo gênero, performando diariamente um padrão existencial que está intimamente relacionado espacialmente de modo escalar. Quando Butler (2003) argumenta que o gênero e o sexo não são fatos biológicos, mas são produções sociais repetidas em atos, é possível afirmar que gênero e sexo exigem para sua performatividade uma espacialidade e uma temporalidade que é específica. Espacialidade na qual, segundo a concepção de Massey (2008), o espaço é componente de identidades que se fazem nas relações e é também multiescalar. Além disso, conforme Martson (2000), a escala é uma construção social, constituindo assim diferentes hierarquias entre os espaços. Portanto, o corpo, a casa, a cidade e um país estão conectados entre si, de forma que as relações de poder generificadas constituem tensionamentos entre as pessoas que compõem estas espacialidades.

Assim, o capítulo explora o fenômeno da violência doméstica que atinge o corpo feminino, majoritariamente causada por homens em relações de afeto com a vítima, e que, mesmo ocorrendo na casa dos envolvidos, longe de ser algo privado, envolve a arena pública em que as vítimas buscam seus direitos na esfera jurídica. Com base nos casos estudados nos 256 inquéritos, evidenciamos, na primeira seção, quem são as pessoas que figuram nos inquéritos de violência doméstica em Ponta Grossa, traçando suas principais características sociais e econômicas. Na

---

<sup>3</sup>Os casos analisados na tese são de casais heterossexuais. As outras formas de conjugalidade não figuraram entre os inquéritos que foram alvo da pesquisa.

segunda seção do capítulo exibimos, a partir do conteúdo analisado, os aspectos específicos da agressão física e sua composição com outras formas de violência que atinge as mulheres. Por fim, na terceira seção, apresentamos as críticas atuais sobre a dualidade das relações de gênero que tem direcionado o caráter punitivo do enfrentamento da violência doméstica.

Os dados dos inquéritos analisados são mais detalhados sobre a pessoa acusada e pouco expressivos sobre as vítimas. As vítimas são diretamente denunciadas ou representadas por instituição de justiça ou por advogados, sendo que as suas características são menos importantes para a construção da peça jurídica de acusação. Nesse sentido, alguns dados sobre as vítimas foram complementados a partir dos pedidos de medidas protetivas de urgência<sup>4</sup>, cedidos pelo setor de assistência social do Juizado da Mulher, que possui um monitoramento desde 2014. Em 2014, houve 284 pedidos de medidas protetivas, em 2015, foram 524. Em 2016, o número subiu para 516 e a tendência de crescimento se manteve. Em 2017, houve 890 pedidos, em 2018, 1080 e, em 2019, 1442. Por fim, em 2020, foram 1490 pedidos de medidas protetivas. A disponibilização espacial de instituições públicas, conforme Lan (2010), constitui-se em um importante elemento de política pública de proteção dos direitos das mulheres. Assim, os dados crescentes podem significar o fortalecimento das instituições públicas e a conscientização das mulheres sobre seus direitos. Contudo, estudos como o de Kind et. al. (2013), evidenciam que, embora crescentes, os dados são subnotificados e o silenciamento persiste na sociedade brasileira.

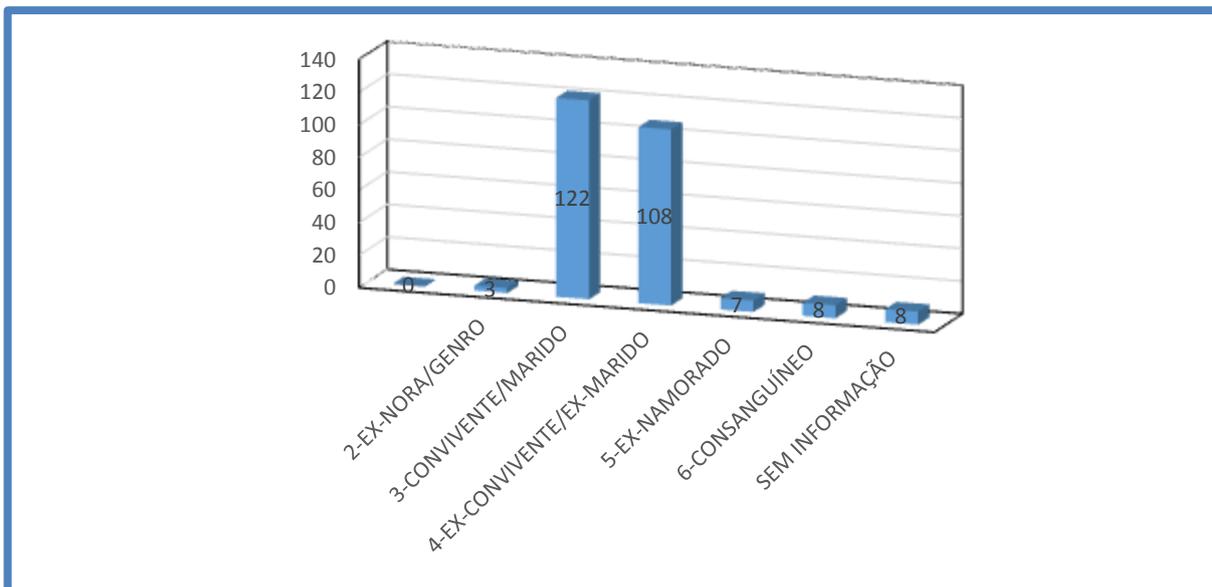
### 3.1 AS PESSOAS ENVOLVIDAS NOS CONFLITOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Os documentos analisados evidenciam que a violência doméstica se dá entre pessoas que mantiveram ou mantêm íntima relação afetivo-sexual. O Gráfico 2 mostra a relação entre vítima e acusado pela violência doméstica.

---

<sup>4</sup> “As medidas protetivas de urgência têm por escopo proteger a mulher em situação de violência doméstica e familiar, em caso de risco iminente à sua integridade psicofísica.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018, p. 30)

GRÁFICO 2 – Relação entre Vítima e Indiciado nos Casos de Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Em 92% dos casos de violência doméstica que figuram nos inquéritos, os acusados desenvolveram em algum momento da vida uma relação afetiva e sexual com a vítima. Esse laço emocional está pautado na ideia do amor romântico que baseia boa parte das relações de conjugalidade da sociedade moderna ocidental. Rougemont (1988) evidencia que o amor como conhecemos na sociedade atual tem suas raízes no ideal romântico em que a felicidade é uma escolha autônoma de duas pessoas que vivem um paradoxo entre o ideal concebido e a realidade cotidiana, gerando o insucesso das relações conjugais.

Para Pretto, Maheirie e Toneli (2009), as relações amorosas inventadas criam imaginários amorosos que estão impregnados da impossibilidade de alcançar os ideais de felicidade e completude que culturalmente constroem nossa sociedade, e que estão na base da constituição da família patriarcal cisheteronormativa<sup>5</sup>. Del Priori (2006) argumenta que o amor reificado na sociedade ocidental moderna transformou a intimidade e a subjetividade das pessoas. Tais subjetividades dos ideais amorosos, por sua vez, performam as relações de gênero que envolvem hierarquias, poderes e tensionamentos.

<sup>5</sup>A expressão 'cisheteronormativa' deriva da concepção de Butler (2003) que considera a heterossexualidade como uma norma social compulsória que desqualifica aquelas pessoas que não seguem o padrão social. A utilização do termo 'cis' está baseada na ideia de que apenas as pessoas cuja identidade de gênero corresponde à designação de sexo conforme a genitália obedecem os padrões socialmente esperados.

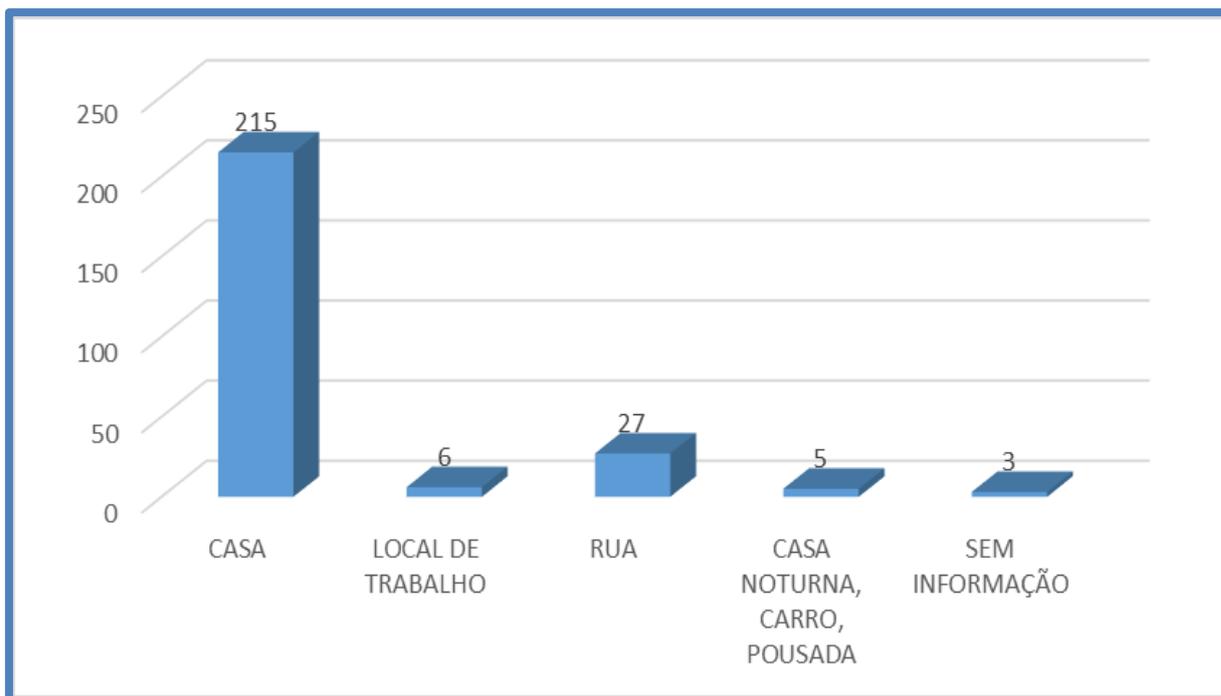
Os ideais amorosos das conjugalidades cisheteronormativas se baseiam nos modelos de feminilidades e masculinidades desejados e valorizados socialmente. Na sociedade patriarcal, conforme argumenta Cançado (2002), a honra dos homens é um dos elementos que impulsionam o uso da força física para o controle dos corpos femininos. Bourdieu (1999) evidencia que a ordem masculina se impõe com uma pretensa naturalidade porque é concebida como neutra e legítima socialmente, ao operar como uma imensa maquinaria simbólica que naturaliza a dominação masculina. Segundo Bourdieu (1999, p. 15), é a “divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos”.

Saffioti (2001) destaca que a violência dos homens na sociedade patriarcal é algo tolerado e às vezes autorizado socialmente, pois eles detêm o poder de determinar e controlar condutas e fazer cumprir os valores de sua honra. Assim, eles recebem

autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Os dados evidenciam que há uma forma de relação amorosa que se tornou conflituosa e culminou na violência doméstica, e isso não se restringe à cidade de Ponta Grossa, trata-se de um fenômeno global, como é evidenciado no relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005). Esse fenômeno social é simultaneamente espacial, e o Gráfico 3 evidencia a casa como uma espacialidade preponderante da violência que envolve os conflitos da conjugalidade cisheteronormativa.

GRÁFICO 3 – Espacialidades da Ocorrência da Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

A casa corresponde a 83,9% dos casos que aparecem no conjunto dos inquéritos analisados. Essa espacialidade da violência é constituída pela naturalização da ordem patriarcal, na qual o espaço privado é excluído do controle social e político. Embora as mulheres tenham, atualmente, uma igualdade civil e política em relação aos homens, a esfera privada ainda permanece culturalmente hierarquizada e pouco politizada. A casa é um espaço de risco para as mulheres, o que tem sido denunciado por estudos das geografias feministas que contrariam a visão romantizada da casa como espaço de refúgio do perigo das ruas, preconizado por Tuan (1983) e Mayol (1986). As mulheres que figuram nesses inquéritos possuem experiências de violência e risco à sua integridade física e psicológica, desconstruindo a ideia de proteção, como visto nos trabalhos de Warrington (2001), McDowell (2000) e Rose (1993).

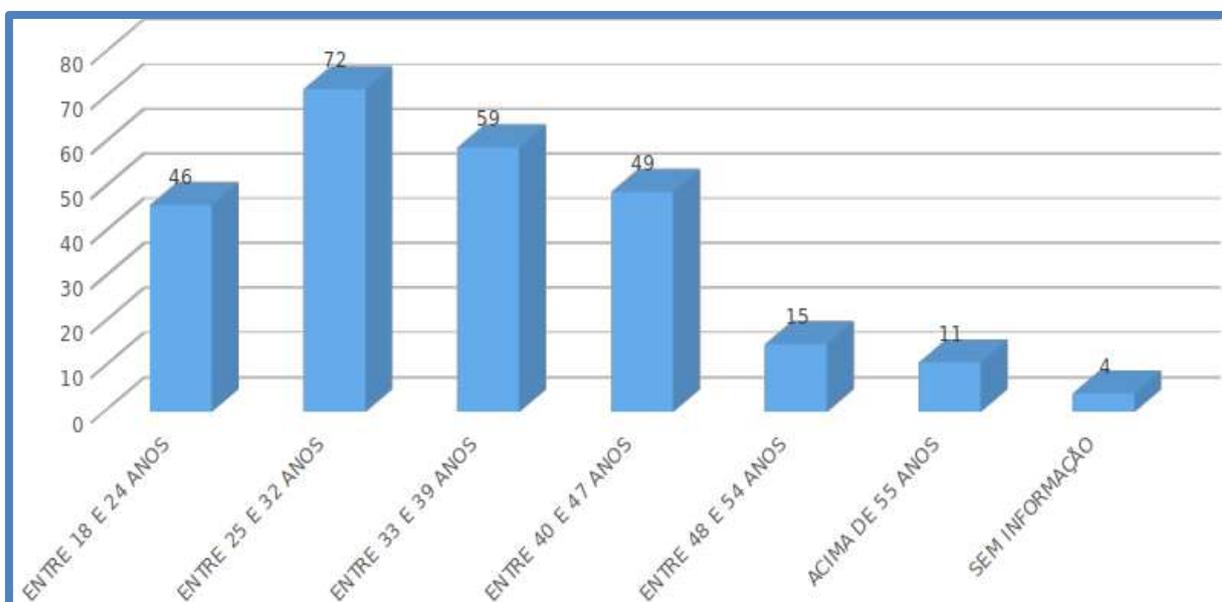
A criação da casa como um espaço que, percebe-se, é facilmente dominado pelo poder masculino, separada do espaço público, é mais um elemento da engrenagem da dominação masculina, conforme constatado nas pesquisas de Sweet e Escalante (2014).

A pandemia da COVID-19 trouxe importantes discussões sobre a casa como espaço de relações de poder, conforme Silva e Ornat (2021), que têm trazido a

perspectiva feminista de olhar a casa como um espaço relacional e multiescalar. A pretensa intimidade que se estabelece nos conflitos interpessoais que estão relatados nos inquéritos analisados é sustentada pela ordem social dominante que distribui poderes de maneira desigual entre homens e mulheres e que, na casa, torna-se mais nítido porque está fora do controle público imediato.

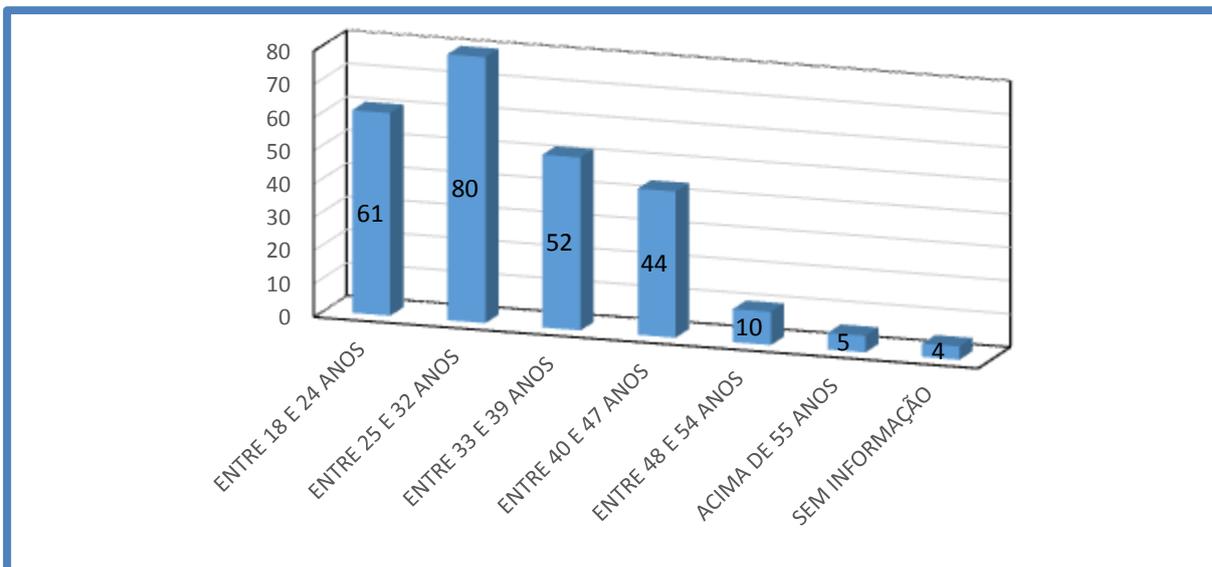
O grupo de pessoas que estão em conflito no conjunto de inquéritos são predominantemente jovens, como pode ser visualizado no Gráfico 4, que demonstra a idade dos homens indiciados pela violência, e o Gráfico 5, que mostra a idade das mulheres em situação de violência doméstica.

GRÁFICO 4 - Idade dos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

GRÁFICO 5 - Idade das Mulheres em Situação de Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

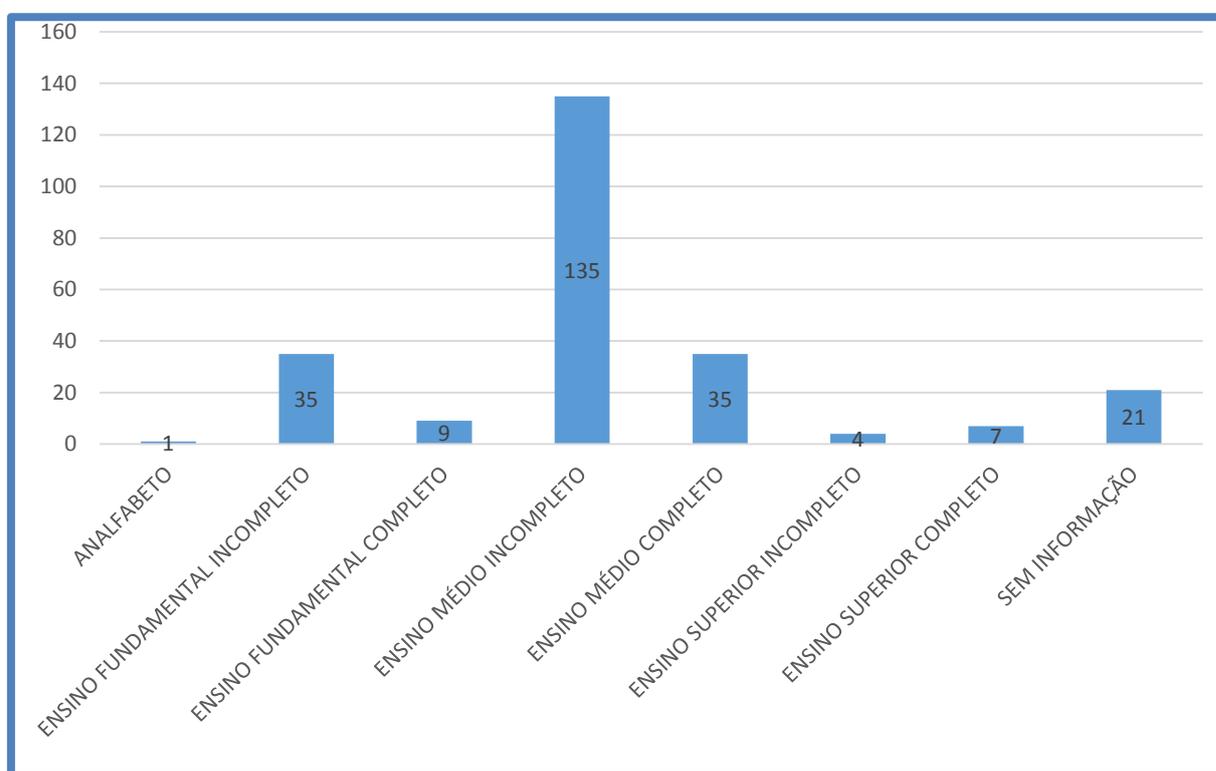
Tanto os homens, como as mulheres, que estão envolvidos nos casos de violência doméstica possuem idades que se concentram na faixa etária entre 18 e 47 anos, mas a predominância se dá na faixa entre 25 e 32 anos. Portanto, os conflitos interpessoais relatados nos inquéritos são de pessoas jovens, em idade reprodutiva, e isso significa haver uma possibilidade de violência que se amplia aos filhos que presenciam os conflitos. Os dados das solicitações das medidas protetivas de urgência evidenciam que em 70% dos casos havia filhos que viviam com o casal conflituoso.

Em McDowell (2000) há críticas sobre a homogeneização das percepções da casa em relação ao tempo e aos estágios de vida. Logicamente, as mulheres jovens que sofrem a violência possuem emoções específicas quando comparadas com as experiências de seus filhos no espaço privado. Contudo, é possível afirmar que o medo permeia a espacialidade da casa, embora possa haver especificidades entre os dois grupos vulneráveis: as mulheres em situação de violência doméstica e seus filhos, conforme Pain (2014a e 2014b). Além disso, é importante alertar, como demonstrado nos trabalhos de Little (2021), que a casa não é sempre uma coisa ou outra, na percepção dos grupos, havendo movimentos de ambiguidade e um balanço entre percepções boas e ruins, o que deve variar também entre as experiências adultas das mulheres em situação de violência doméstica e as experiências infantis e adolescentes, dos filhos.

Os dados da situação social e econômica dos homens acusados e das mulheres em situação de violência doméstica que têm demandado o Estado na resolução de conflitos de violência doméstica demonstram, majoritariamente, vulnerabilidade. Em geral, são pessoas de baixa escolaridade, com baixa qualificação profissional e desenvolvendo atividades econômicas de baixa remuneração.

Em relação à escolaridade dos homens indiciados, podemos afirmar que a faixa de maior concentração está no grupo de homens que não concluíram o ensino médio, sendo poucos que possuem formação superior, como pode ser visualizado no Gráfico 6.

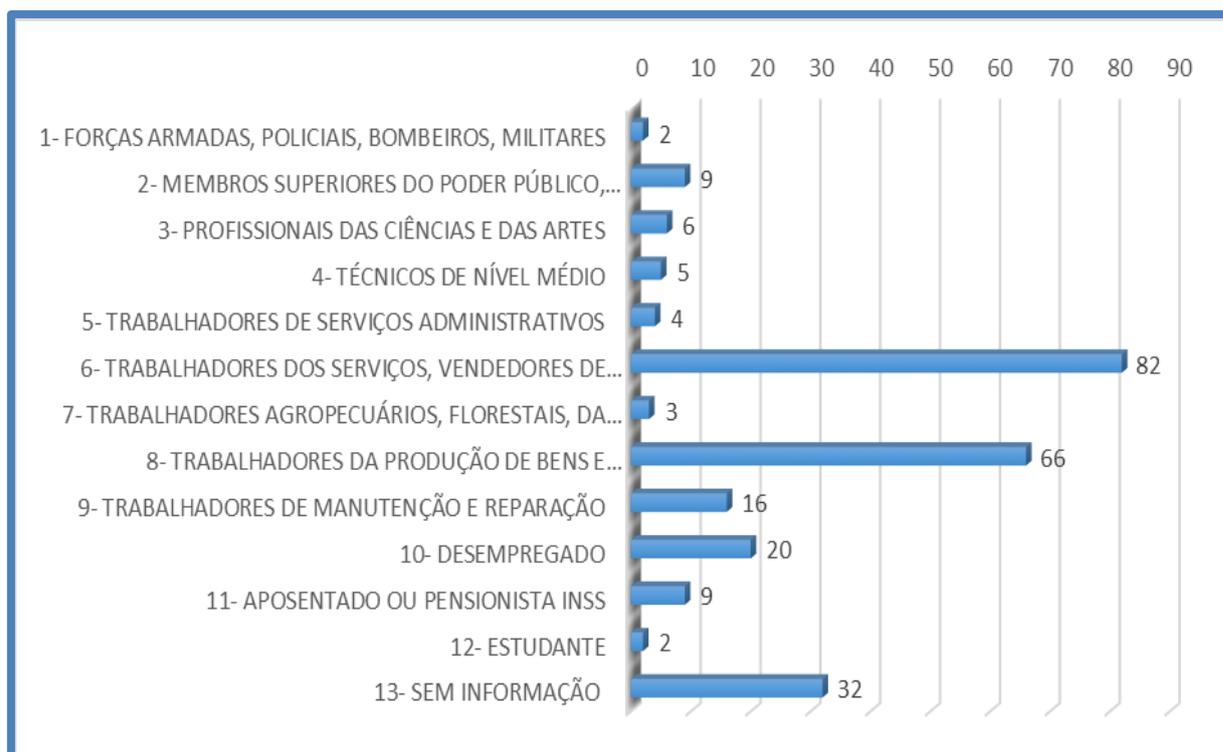
GRÁFICO 6 - Escolaridade dos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

A ocupação econômica dos homens acusados de violência doméstica é compatível com a baixa escolaridade. O Gráfico 7 demonstra a variedade das ocupações que estão concentrados, grande parte, no setor de serviços, como vendedores do comércio, e no setor da produção de bens e serviços industriais.

GRÁFICO 7 – Ocupação dos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.<sup>6</sup>

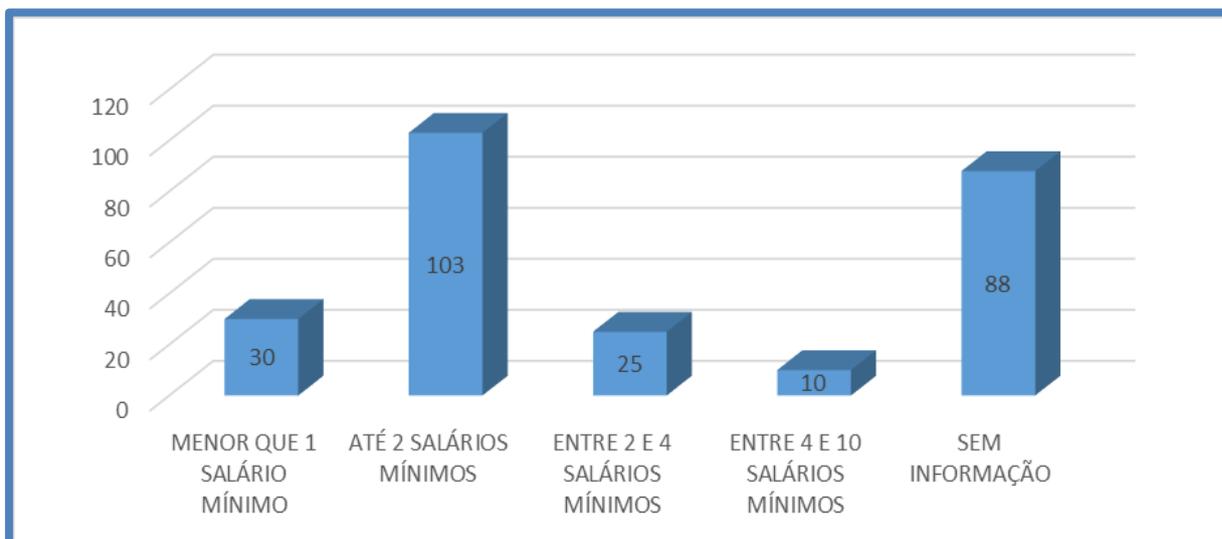
As mulheres em situação de violência doméstica são pouco retratadas nos inquéritos. Dos 256, apenas em 118 deles constavam os dados de ocupação das vítimas. Desse universo, 38% das mulheres afirmavam ser donas de casa, 15% tinham como função a atividade de diarista. Portanto, 53% das mulheres desempenhavam atividades que envolvem a reprodução social e de cuidados, sendo ou não remuneradas para isso. Os 47% restantes das ocupações estão divididas entre vendedoras do comércio, serviços de limpeza, auxiliar de produção industrial, entre outras. Assim, tem-se que as mulheres envolvidas nas relações de violência doméstica possuem grande vulnerabilidade econômica, pois mais da metade não possui renda ou trabalho remunerado, ou possui uma ocupação com renda intermitente ou esporádica.

A grande maioria dos homens indiciados, ou seja, mais de 51%, ganha até dois salários mínimos, seguidos de 9,7% que ganham até quatro salários mínimos,

<sup>6</sup>A descrição completa da classe 2 refere-se a: membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresas e gerentes; da classe 6: trabalhadores dos serviços, vendedores de comércio em lojas e mercados; da classe 7: trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca e da classe 8: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. As classificações de 'desempregado', 'aposentado ou pensionista do INSS', 'estudante' e 'sem informação' foram acrescentadas e não constam originalmente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2010)

apenas 3,9% dos indiciados tem renda igual ou superior a 10 salários mínimos, como podemos observar no Gráfico 8, a seguir.

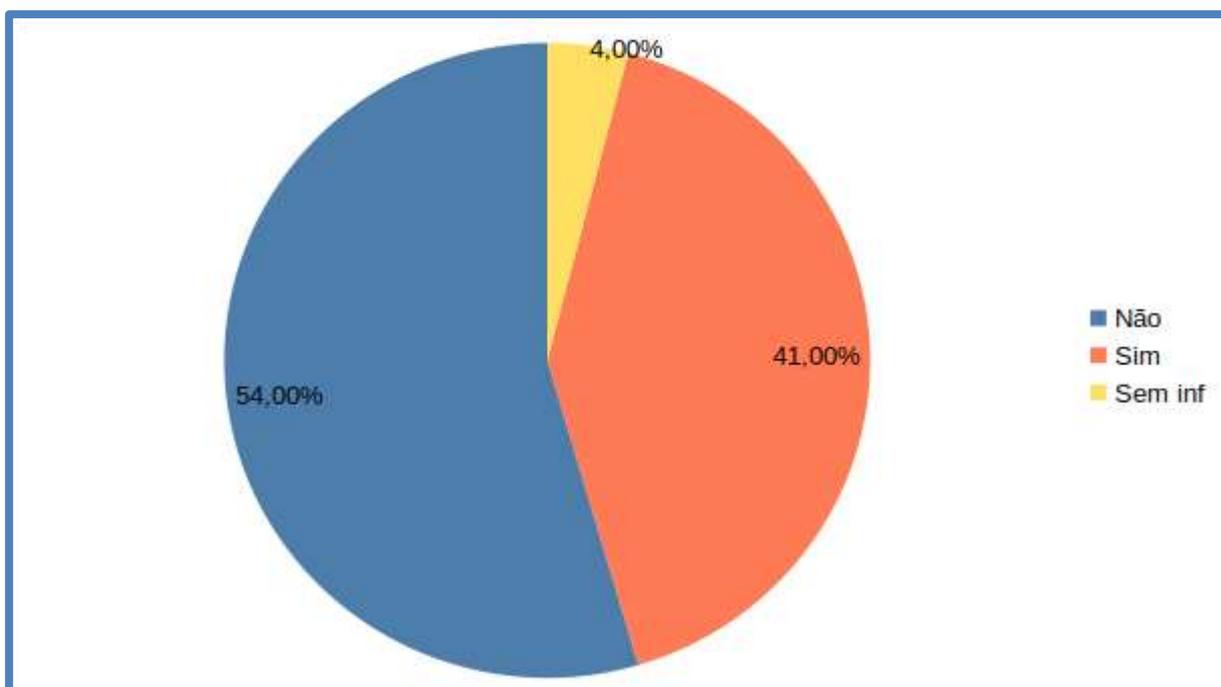
GRÁFICO 8 - Renda dos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Entre os homens indiciados, há uma porcentagem significativa daqueles que desenvolveram uma trajetória marcada por outros crimes, como pode ser visualizado no Gráfico 9. 41% dos homens tinha histórico criminal, sendo que a violência doméstica reincidente figurou em 24 casos. Os outros crimes estiveram relacionados com dirigir embriagado, tráfico de drogas, homicídio, desacato de funcionário público, furto, roubo, estelionato, lesão corporal e receptação dolosa, respectivamente. Há também a menção de porte de drogas, porte ilegal de armas, homicídio culposo na direção de veículo automotor, falta de pagamento de pensão alimentícia, entre outros.

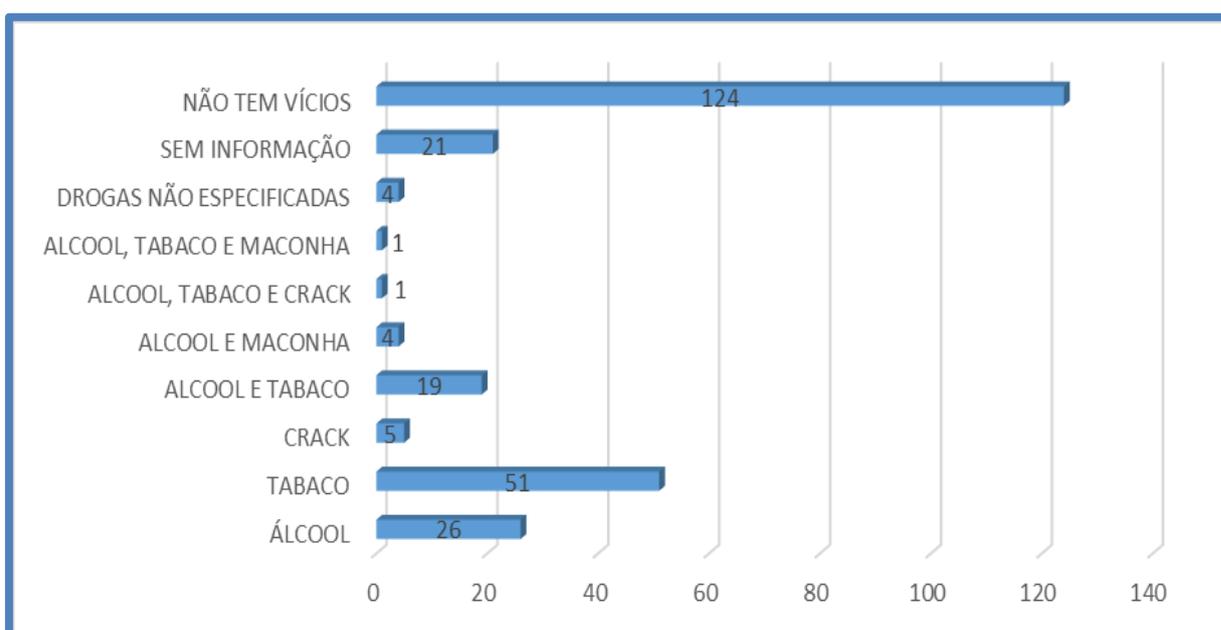
GRÁFICO 9 – Histórico Criminal dos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Nos inquéritos investigados, 48% dos homens indiciados alegaram não ter dependências químicas associadas, mas o crack, a maconha e o álcool correspondem a 23,4% das declarações, conforme pode ser visualizado no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 – Vícios Informados pelos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

As pessoas que figuram nos inquéritos analisados constituem famílias de baixa renda, precária formação escolar e ocupam cargos de baixa qualificação nas atividades econômicas. No caso das mulheres, a situação se agrava ainda mais, pois na maioria dos casos são dependentes financeiramente dos seus companheiros. Além disso, a situação de violência ocorre entre mulheres e homens jovens e adultos em idade reprodutiva, com filhos ainda na fase da infância e da adolescência. O excesso de dados que caracterizam as pessoas envolvidas nos inquéritos como sendo de baixa renda pode dar uma impressão equivocada de que a violência doméstica é um fenômeno exclusivo de famílias de baixa renda.

Contudo, como evidenciado por Lan (2010), a vulnerabilidade econômica e social não são as causas da violência doméstica, mas

El planteamiento no es que por ser pobre el ser humano se vuelva más violento, sino que las manifestaciones de la violencia relacionadas con la pobreza son distintas, más evidentes ya que nadie paga por esconderlas y, por tanto, afectan a la sociedad en su conjunto (Lan 2010 p 7).

Vários outros estudos como os de Sales (2007), Billerbeck (2018) e Zaluar (1999, 2004), apontam que as camadas de renda mais abastadas possuem outros mecanismos de defesa para produzir uma invisibilidade, como aparatos de saúde mental, recursos econômicos para contratação de serviços advocatícios e atendimento médico privado. Gontarek (2020) sustenta que

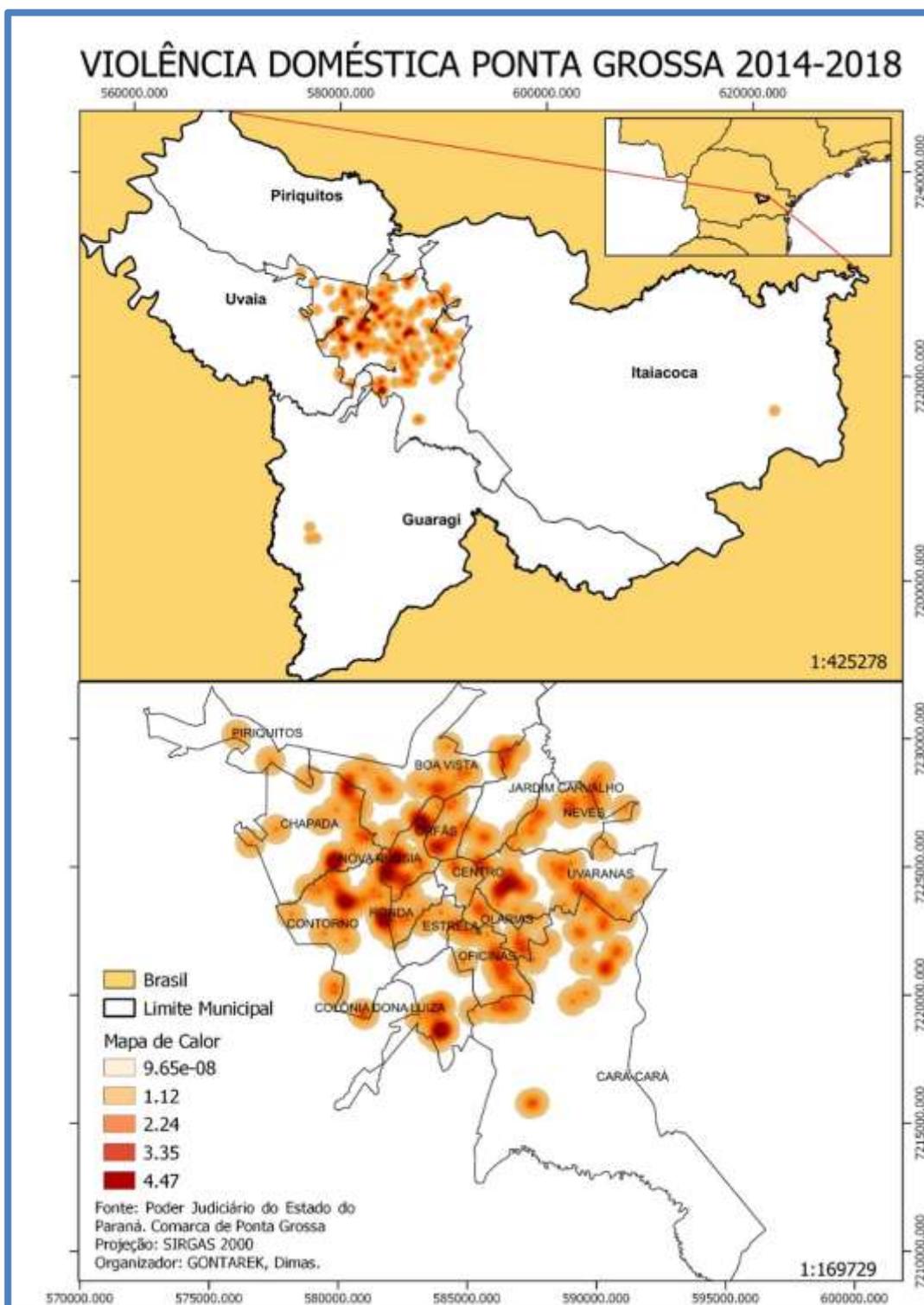
O que os processos judiciais trazem é uma visibilidade um tanto perversa, de homens pobres, excluídos, embora sejam também agressores de mulheres, é flagrante que eles vivem também outras vulnerabilidades e uma série de privações materiais e culturais. A visibilidade da violência cometida pelos homens jovens pobres, de baixa escolaridade e renda provoca uma seletividade da violência doméstica que é mostrada, via ação do aparato policial e jurídico do Estado (GONTAREK, 2020, p. 83).

Gontarek (2020) a partir dos endereços apresentados nos inquéritos pelos indiciados, elaborou um cartograma da distribuição espacial da violência doméstica. Nessa figura, é possível identificar que os casos denunciados são principalmente na área urbana da cidade, o que certamente tem relação com a falta de aparelhos contra a violência instalados nos distritos do município, como apontado pelo autor.

Também é possível identificar que a violência é pulverizada por quase toda a área urbana de Ponta Grossa e tem destaque nos bairros Ronda, Contorno, Nova

Rússia, Órfãs e Colônia Dona Luíza. Por mais que a violência apareça dessa forma dispersa, quando cruzamos os endereços com renda e escolaridade, constatamos que se trata de pessoas que são vulneráveis economicamente.

FIGURA 6 - Mapa de Distribuição da Violência Doméstica em Ponta Grossa



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa  
Organização: GONTAREK, D. D. (2020)

Blay (2008) argumenta que a violência doméstica é complexa, multifatorial e multiescalar. Assim, as famílias pobres em relacionamentos violentos são atravessadas por uma série de outras violências cotidianas, como falta de suprimentos alimentares, insegurança habitacional, ausência de serviços de saúde, atendimento psicossocial, educação, lazer, entre outros serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Além dessas variáveis, é importante marcar que há uma imensa carga de significação das mulheres como propriedades dos homens das famílias que, mesmo com o avanço dos direitos das mulheres na esfera pública, permanece sendo um fator que guia a construção de afetos e padrões morais da vida cotidiana. Portanto, assim como apontam Foucault (1988) e Arendt (2014) sobre a violência em geral, pode-se dizer que a violência doméstica promove a política de opressão e está entrelaçada com a política do Estado e que esse não é um problema de ordem individual e que ocorre de forma isolada nos espaços privados devido às emoções descontroladas de indivíduos doentes.

### 3.2 A AGRESSÃO FÍSICA E SUAS CONEXÕES COM OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

A agressão física é uma das formas da violência doméstica descrita na Lei Maria da Penha (11.340/2006), que serve de parâmetro para a denúncia e abertura dos inquéritos analisados. Contudo, a agressão física não ocorre isolada das outras formas de violência. Segundo Miranda et. al. (2016), as mulheres denunciam seus companheiros quando a agressão já ultrapassou uma série de limites, chegando à violência física com riscos para si e outras pessoas da família. Na descrição da Lei Maria da Penha, no art. 7, considera-se que

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

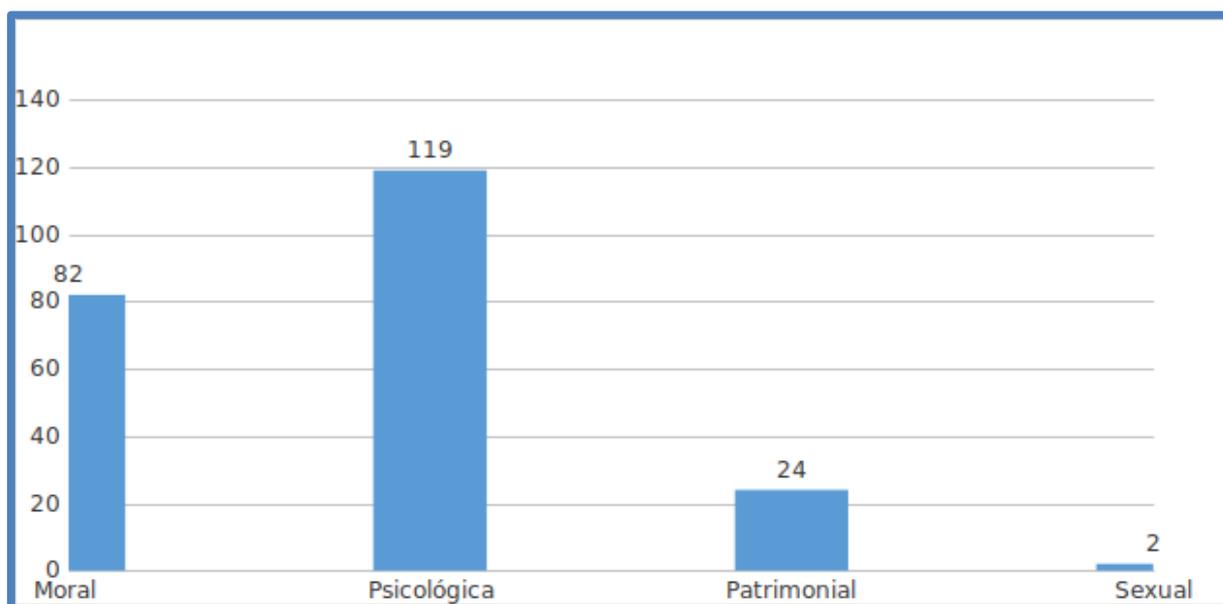
III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Essa tipificação organizada de forma separada na legislação ocorre de forma simultânea ou conjugada na vida cotidiana. A violência física vem entrelaçada com a psicológica, moral, patrimonial e sexual, como pode ser visto no Gráfico 11 a seguir.

GRÁFICO 11 – Formas de Violência que Acompanham a Violência Física



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Dos 256 inquéritos que foram analisados de violência física contra a mulher, 149 continham outras formas de violência. Foram 227 menções a outros tipos de violência, tanto as registradas pela autoridade policial, quanto aquelas descritas pelas mulheres em situação de violência doméstica.

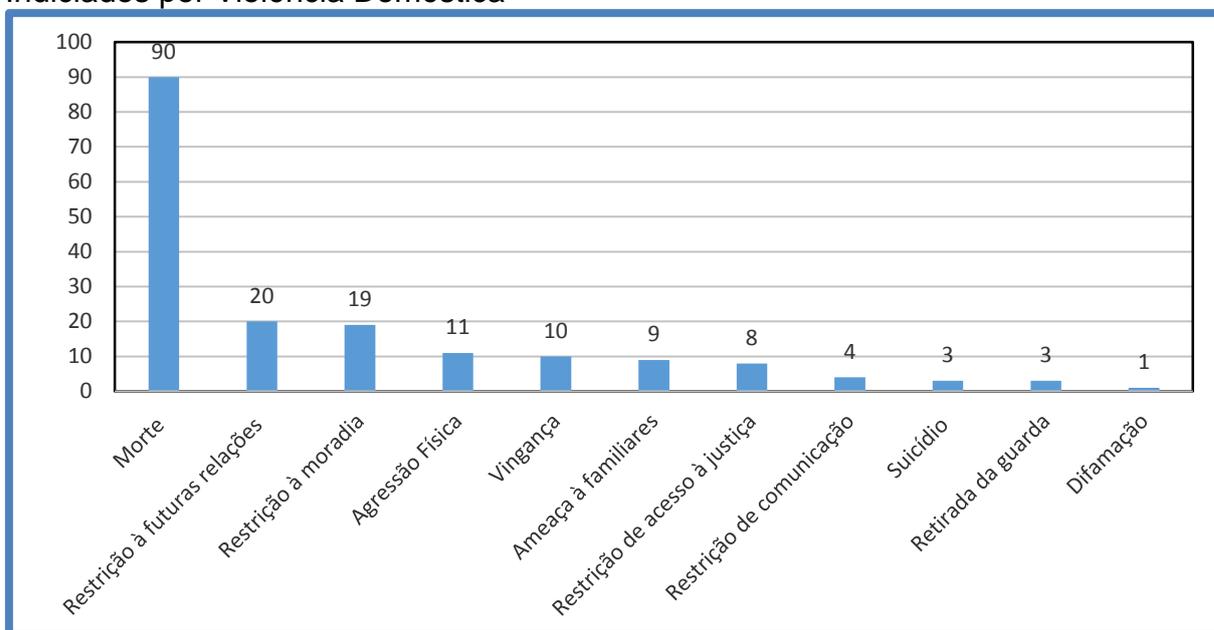
A violência física está acompanhada da violência psicológica, moral e patrimonial. Destaca-se, dentre elas, a violência psicológica. As promessas de ferir ou matar a mulher ou outros membros da família, como os filhos, são constantes, no

intuito de controlar o comportamento e influenciar as decisões das mulheres, como mostra o trecho do inquérito a seguir.

Quando chegou em casa, o seu companheiro estava na referida residência, que o autor começou a agredir a noticiante com socos, chutes e pegando a noticiante pelo pescoço, também ameaçando que iria matar a mesma. Segundo a noticiante as agressões são resultado do fim do relacionamento, já que o autor não aceita e não concorda com o fim do relacionamento que durou sete anos. As agressões resultaram em diversos ferimentos e hematomas no pescoço, testa, perna direita (2008, Inquérito 126071 da IV Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa).

O controle do corpo feminino está na base das ameaças desferidas pelos homens indiciados por violência doméstica. Além da ameaça de morte ou ferimento, há ameaças de restrição de liberdade de mobilidade, de negar a comunicação com outros membros da família e de manutenção de relações de amizades, de cometer suicídio caso a companheira não aceite as condições impostas pelo agressor, de cometer violência contra os filhos ou outros membros da família, e ainda outras ameaças, como pode ser visualizado no Gráfico 12.

GRÁFICO 12 – Conteúdo Discursivo das Ameaças Realizadas pelos Homens Indiciados por Violência Doméstica



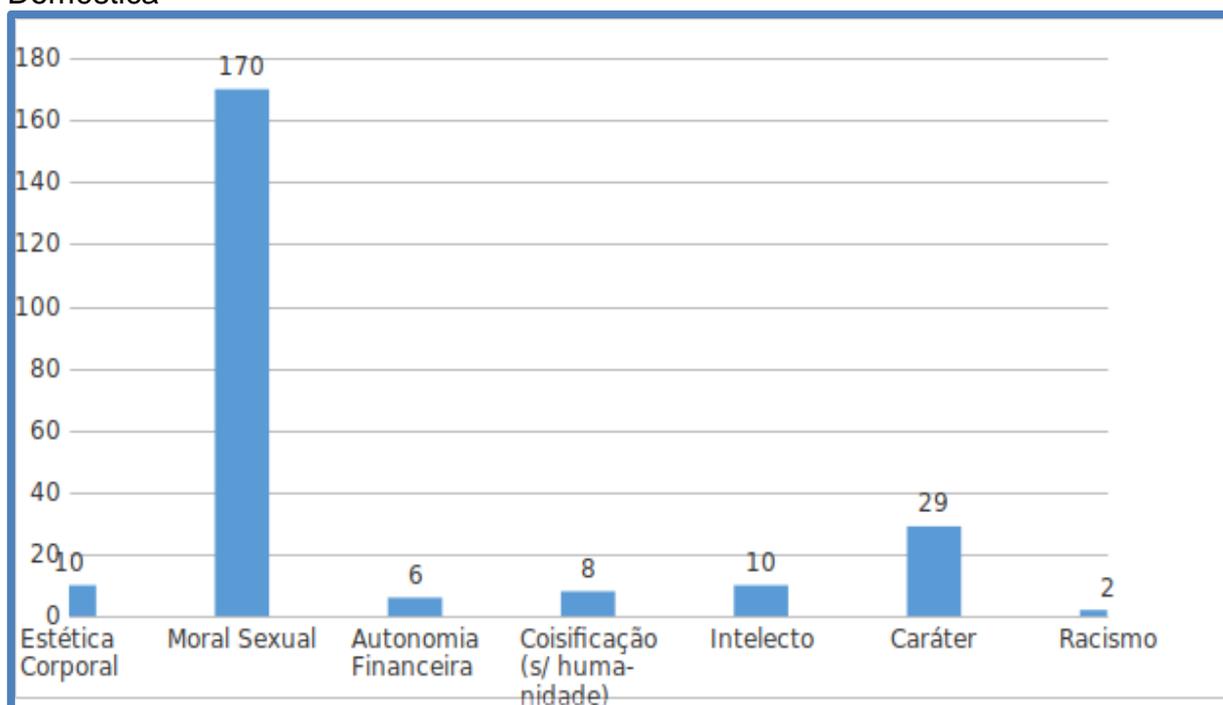
Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Três importantes conteúdos se destacam como ameaças, dentre eles, a retirada da vida, a restrição à mulher de viver outro relacionamento amoroso e a retirada da moradia da família. A frase “se você não for mais minha, não será de mais ninguém” é comum nos inquéritos analisados, bem como a sentença “a casa é

minha e você não terá onde morar”. Nessas expressões, figura a ideia do corpo feminino apropriado pelo homem e o abrigo providenciado pelo provedor, exacerbando o poder masculino de manutenção da vida e na decretação da morte das mulheres. As significações construídas no imaginário masculino sobre os corpos femininos com os quais esses homens mantêm relações conjugais é sustentado pela cultura patriarcal, que persiste na formação das masculinidades hegemônicas, como discutido por Connel (1995) e por McDowell (2002).

Os insultos são comuns na violência psicológica, bem como a violência moral, por meio da qual as mulheres são difamadas, ou suas vidas sexuais são expostas pelos agressores. Os insultos são majoritariamente ligados às questões da moral sexual, conforme demonstrado no Gráfico 13.

GRÁFICO 13 – Tipos de Insultos Proferidos pelos Homens Indiciados por Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

O insulto comum dos homens indiciados contra as mulheres está pautado no controle do corpo e na sexualidade feminina. Os xingamentos “puta”, “vadia”, “vagabunda” e “piranha” são os mais expressivos. O ato de nomear a conduta de alguém com palavras que ferem ou depreciam envolve atos de poder, conforme argumenta Saffioti (2001), e esse poder tem sido estruturado pela sociedade patriarcal. Nos trechos que se seguem é possível identificar a dinâmica que envolve

a relação entre o insulto e a agressão física, compondo a cena da violência doméstica.

[...] ‘eu cheguei em casa, abri a porta e assim que entrei ele já começou a me agredir. Me deu murros na cabeça, me deu um soco no olho, deu chutes na minha perna, me apertou bastante no pescoço’ (sic); que a declarante ficou visivelmente lesionada e recebeu guia para realizar exame de lesão corporal no IML local; que o indiciado<sup>7</sup> também proferiu xingamentos contra a declarante: ‘me chamou de vagabunda, vadia, piranha’ (sic) (2019, Inquérito 152022 da IV Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa).

[...]

houve uma discussão entre o casal; que o indiciado proferiu xingamentos contra a declarante chamando-a de: ‘vadia, vagabunda’ (sic); que o indiciado proferiu ameaças contra a declarante dizendo-lhe: ‘se eu for para o inferno você vai junto’ (sic) ; que o indiciado agrediu a declarante com tapas no rosto e quebrou a mão direita da declarante deixando-a fisicamente lesionada; (2018, Inquérito 144323 da IV Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa).

[...]

que liga para a noticiante e lhe ameaça dizendo: ‘vagabunda, vou te matar’; que o indiciado liga no trabalho da noticiante; que na data de 30 de março o indiciado agrediu a noticiante com tapas; lhe ameaçou com uma faca tentando acertar a noticiante porém a noticiante não ficou lesionada (2018, Inquérito 18630 da IV Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa).

Os xingamentos exercem um importante papel no processo de humilhação das vítimas e acompanham a violência física. Quando uma mulher é categorizada socialmente como fora dos padrões de moralidade estabelecidos, outras facetas de sua existência são também colocadas em dúvida, como sua competência profissional ou a capacidade de educar e cuidar dos filhos. A inferiorização do feminino pela depreciação moral via insultos é uma prática até mesmo entre mulheres. Bourdieu (1999) argumenta que

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do

---

<sup>7</sup>Nome ocultado por segurança dos casos

reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p. 144).

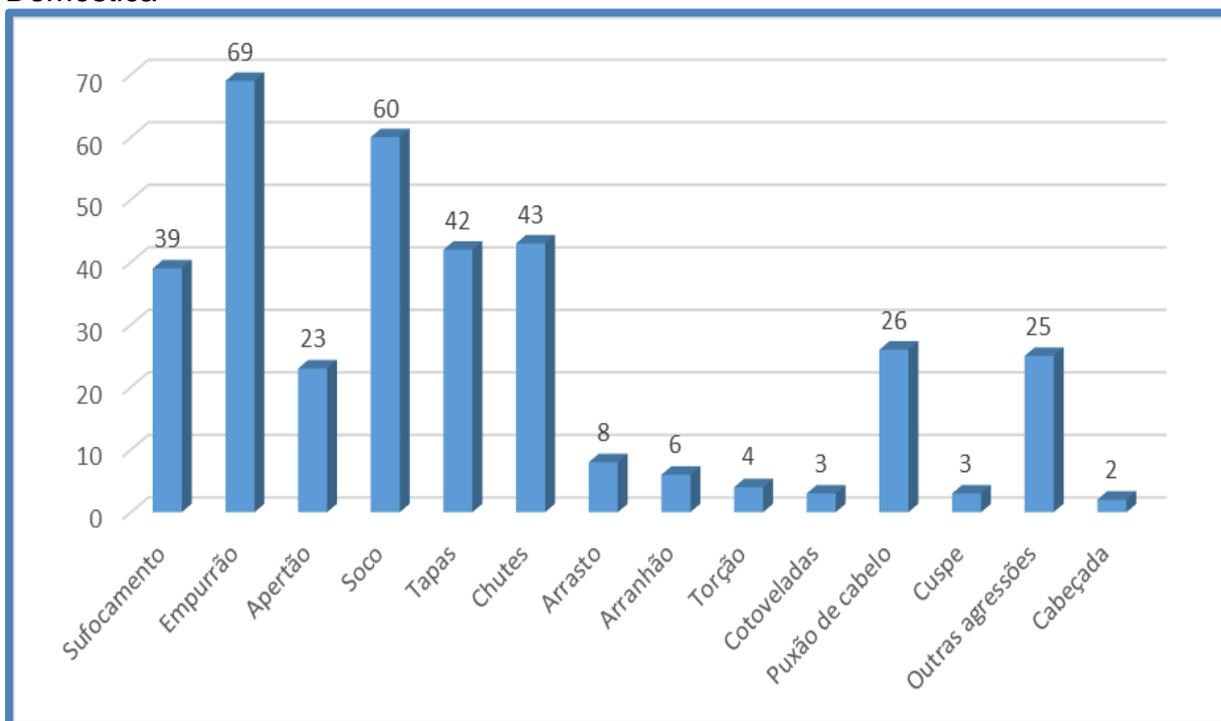
O recurso do chamamento, conforme Butler (2006; 2016), serve para classificar as vidas que são mais ou menos importantes socialmente, constituindo os discursos sociais que pautam a existência das mulheres concebidas como vadias, putas ou piranhas, e seus corpos podem ser reconhecidos como passíveis de sofrer agressões físicas. Portanto, os atos de fala, conforme Austin (1990), não são inocentes e sem consequências, porque as sentenças proferidas pela fala se transformam em atos que impactam a vida das pessoas, que as localizam nas relações de poder, promovendo subjetividades que podem subordinar determinadas pessoas em relação à outras.

A análise realizada por Gontarek (2020) evidencia que os homens agressores criam ideais de masculinidades e feminilidades que geram expectativas nos relacionamentos conjugais que, quando não cumpridas, desencadeiam uma série de conflitos. Segundo ele,

Os homens agressores constituem uma narrativa em que homens e mulheres atualmente estão fora da 'ordem natural' e que isso é um fator gerador dos conflitos conjugais. Verificou-se que há uma tendência discursiva dos homens condenados a desejarem vivenciar padrões de masculinidades em que ele figure como provedor e autoridade moral, desejando uma mulher que viva uma feminilidade pautada pela visão da mulher dócil, acolhedora e dependente moralmente de seu marido. Estes padrões hegemônicos de gênero é que estão na base dos conflitos que, por sua vez, deflagram a violência física (GONTAREK, 2020, p. 125).

A violência física envolvida nos inquéritos analisados possui diferentes características e cada uma delas possui variados potenciais de causar danos ao corpo da vítima. No Gráfico 14, é possível verificar a variação da violência física sofrida pelas vítimas que, muitas vezes, ocorrem de forma cumulativa nos episódios de agressão física.

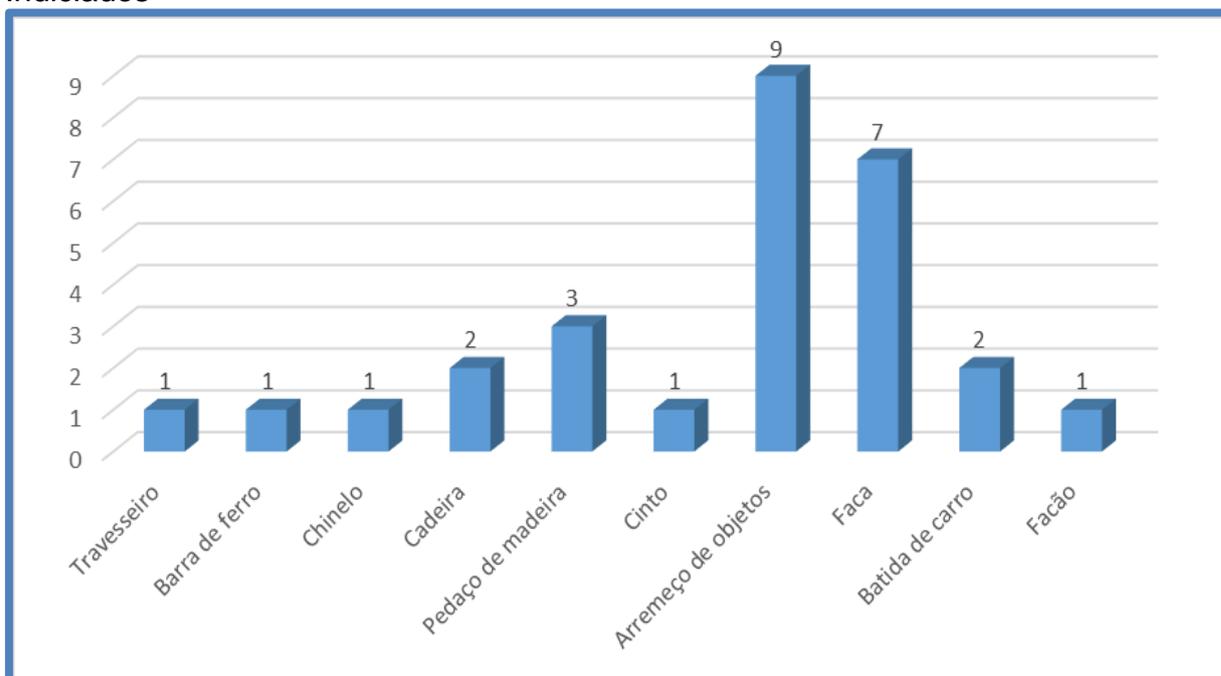
GRÁFICO 14 – Tipos de Violência Física Sofridos pelas Vítimas de Violência Doméstica



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Como pode ser visto, existe uma variação em termos de ações de agressão que colocam em risco a vida das mulheres em situação de violência doméstica. Em Gontarek (2020), separaram-se as agressões em dois grupos. Um deles que envolve baixa potencialidade de risco à vida das vítimas, como cuspe e tapas. E outro grupo com maior periculosidade, que envolve atos como sufocamento, socos, chutes, cabeçada, entre outros. O grupo de maior risco é o mais frequentemente relatado. Além da força corporal dos agressores, as agressões físicas são marcadas pelo uso de objetos que potencializam ainda mais o risco de que a agressão física cause maiores danos ou até mesmo leve as vítimas à morte. O Gráfico 15 demonstra os tipos de objetos utilizados pelos indiciados na agressão física relatada nos inquéritos.

GRÁFICO 15 – Objetos Utilizados Durante a Violência Física pelos Homens Indiciados



Fonte: Organizado por: CAMPOS e GONTAREK (2019), com base em inquéritos da IV Vara criminal da cidade de Ponta Grossa entre 2014 e 2018.

Objetos como faca, pedaços de madeira, facão, barra de ferro e outros podem ser utilizados de forma agravante, levando, inclusive, ao feminicídio. Os objetos eleitos durante um conflito são dados relevantes para a análise da caracterização dos crimes de que envolvem a violência doméstica que pode culminar no feminicídio.

O Instituto Maria da Penha criou uma trajetória de compreensão da violência doméstica para alertar as mulheres de que o fluxo das agressões não são constantes, criando expectativas de mudança de comportamento por parte dos homens agressores. O instituto determina a existência de três fases da violência doméstica. Na primeira fase, ocorre um aumento da tensão entre o casal. O agressor demonstra irritabilidade e raiva com coisas insignificantes, podendo realizar ameaças contra a vítima, além de violência patrimonial. A mulher faz tentativas de acalmar o agressor, se sente aflita e evita qualquer conduta que, aparentemente, possa provocá-lo. Há muita sensação de tristeza, angústia, ansiedade, medo, entre outros sentimentos relacionados à insegurança, vulnerabilidade e tensão. Num aspecto geral, a mulher tende a negar o que está acontecendo entre eles, começa a esconder os fatos das demais pessoas e, muitas vezes, acha que fez algo de errado que justifique o comportamento violento do agressor. A fase pode ter uma longa

duração e, conforme o tempo passa, as situações vividas podem levar à segunda fase.

Na segunda fase, o agressor perde o controle emocional e parte para violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Mesmo que a mulher tenha consciência de que o agressor esteja fora de controle e que o mesmo tem um poder destrutivo grande em relação a sua vida, o sentimento é de paralisia e impotência. Dessa forma, a mulher inicia um processo de adoecimento mental, sofre com tensão psicológica severa, insônia, perda de peso, fadiga constante, ansiedade, sente medo, ódio, solidão, pena de si mesma, vergonha, confusão e dor. Duas podem ser as atitudes que a mulher nessa situação pode tomar, a primeira é o isolamento por conta dos sentimentos de vergonha e confusão, mas, é também neste momento em que a mulher pode tomar a decisão de buscar ajuda, se distanciar, realizar a denúncia, buscar abrigo e esconderijo na casa de pessoas da sua rede de apoio, ou pedir separação. Geralmente é um momento em que há um distanciamento do agressor.

A terceira fase do ciclo de violência corresponde ao arrependimento e comportamento carinhoso por parte do agressor, propondo a reconciliação. A vítima se sente confusa e pressionada a manter o relacionamento, principalmente quando o casal possui filhos. Nessa fase, existe um período calmo, em que a vítima se sente feliz por constatar que os esforços e as mudanças de atitude do agressor, valorizando os momentos bons que dividiram. Como o agressor demonstra remorso, a vítima sente responsabilidade por ele, estreitando a relação de dependência entre ambos. Os sentimentos também são de medo, confusão, culpa e ilusão. Aos poucos, as características comportamentais da primeira fase recomeçam e ocorre a retomada do fluxo de violência.

É importante marcar que essa demonstração do fluxo comportamental do agressor e da vítima a partir de fases não segue um padrão único, mas contém as especificidades de cada relacionamento. Porém, essa fase é frágil e se algo sair do controle do agressor, a primeira fase recomeça aos poucos, reiniciando o ciclo da violência.

A experiência corporificada do espaço da casa pelas mulheres vítimas de agressões se apresenta como complexa. Os objetos que servem para realização das tarefas cotidianas se convertem em armas, bem como a casa, um espaço de risco e medo, conforme tem argumentado Blunt (2005). A casa, por certo, é um

artefato material, mas também é simultaneamente afetivo, calcado nas experiências e práticas cotidianas, sendo a agressão física um profundo marcador das relações que compõem esta espacialidade que é constantemente negociada durante os conflitos.

Como argumentado por Pain (2015), a violência doméstica está intimamente ligada a uma rede de violências que operam em escalas diferentes e, embora ela pareça ter uma dinâmica mais íntima, pode-se argumentar que ela se conecta com estruturas de poder mais amplas, especialmente as do patriarcado, classe e racismo.

A intimidade do espaço corpóreo das mulheres, significado na composição da escala do espaço doméstico como passível de ser agredido, fora do controle público, revela a força da ideia da não politização dos conflitos conjugais que são performados cotidianamente na sociedade brasileira.

### 3.3 A CRÍTICA À DUALIDADE OPOSICIONAL DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE PODER QUE ENVOLVEM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Quinze anos após a aprovação da Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, há vários estudos críticos sobre o funcionamento da lei e a necessidade de aprimoramento de seus mecanismos para ir além do caráter punitivo do agressor. Uma das principais críticas é a visão dualista de identidades fixas do 'homem-agressor' e da 'mulher-vítima' e que esta visão tem priorizado a forma de construção de determinadas ações por parte do Estado, na criação das políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica. Esta ideia está pautada fortemente na visão estruturalista do patriarcado a partir do binômio dominação/exploração, sustentada por Saffioti (2001), que influenciou fortemente o feminismo brasileiro e os estudos sobre violência. Para Saffioti (2001), as mulheres estão estruturalmente submetidas ao poder material e objetivo do homens nos processos de violência.

Um dos trabalhos pioneiros da crítica sobre a mulher vítima/ passiva foi publicado por Gregori (1993), alertando que não se trata de culpar a vítima quando ela argumenta sobre a ação feminina no confronto violento, mas construir uma forma de ampliar a possibilidade de compreensão do fenômeno. Diz ela:

Não estou me valendo desses *insights* para, num procedimento bastante habitual, culpar as vítimas. Trata-se, pelo contrário, de entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume. Tarefa complexa e que exige cuidado na análise. Não cabe afirmar 'vai ver que ela fez algo que o irritasse' no sentido de tornar inteligíveis e justificáveis os atos de agressão. Esse procedimento é o reverso da medalha na medida em que, mantendo a oposição agressor versus vítima, desvitimiza para justificar a agressão. Mas 'ela provocou e não evitou', e vale saber qual o sentido disso. Cabe indagar em que medida o seu entendimento permite apreender essa situação, refeita cotidianamente, onde a mulher é mantida dependente, submissa e exposta aos atos de agressão. É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho profícuo parta da pressuposição de uma dualidade entre vítima e algoz – em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo, a uma atividade destruidora e maniqueístamente dominadora (GREGORI, 1993, p. 184).

Portanto, é necessário que as mulheres sejam compreendidas como sendo brutalmente atingidas, sem que se retire delas a capacidade de agência. No campo acadêmico, a visão dual também teve forte influência, entretanto, foi contraposta mais recentemente. Para compreender a produção científica dos estudos sobre a violência contra as mulheres, Grossi, Minella e Losso (2006) realizaram um extenso trabalho de pesquisa sobre artigos, teses, dissertações e outros materiais científicos. Segundo elas, os estudos sobre a violência contra as mulheres apresentavam dois grandes eixos que mostram um viés dualista do campo científico. Segundo as autoras,

No campo acadêmico poucas ainda eram as pesquisas realizadas mas, encontrava pelo menos duas grandes correntes explicativas no bojo de uma pequena dezena de trabalhos, alguns deles ainda de fundamental referência para os estudos atuais, como os de Mariza Corrêa, Maria Amélia Azevedo, Marilena Chauí, Heleieth Saffioti, Maria Filomena Gregori, Paula Montero e Bila Sorj, Danielle Ardaillom, Guita Debert, Maria Lauiza Heiborn, Heloísa André Pontes. Estas duas correntes me pareciam estar divididas em dois tipos de interpretação, que caracterizavam as mulheres como vítimas ou cúmplices. De um lado identificava uma matriz feminista marxista e feminista radical que compreendia a violência masculina como um reflexo do patriarcado e da dominação masculina, e de outro, me parecia encontrar uma corrente teórica feminista mais relativista que via a violência como parte de um complexo jogo de dominação / submissão no bojo das relações de gênero (GROSS, MINELLA, LOSSO, 2006, p. 10-11).

A visão dualista das pesquisas sobre violência doméstica vem sendo paulatinamente desconstruída, e trabalhos mais críticos dessa visão dual têm primando por uma abordagem complexa e relacional do fenômeno, incitando a sociedade a criar instrumentos de combate à violência que ultrapassem a ideia de que a ação punitiva do agressor pelo Estado é o único caminho possível. Para Gregori (1993), a peça jurídica, por exemplo, é construída a partir da queixa da pessoa agredida, pois

A queixa é uma construção descritiva. O narrador apresenta os fatos compondo os personagens: o eu vitimado e o outro culpado. Os fatos descritos cumprem o papel singular de reforçar a versão do narrador de que existe uma relação dual (cujos personagens estão em lugares contrários). A queixa é uma fala monologal, pronunciada para produzir escuta. (...) Na queixa, o narrador expõe um contexto – mediante fatos descritos – para mostrar que ele é isento de culpa. Se é feita qualquer averiguação interna, ela só tem o sentido de expor a presença de um sofrimento. O que a caracteriza é uma averiguação que busca a culpa do outro. Seu movimento é o da exteriorização (mais vale dizer o que o outro fez e discorrer sobre o que se sente em função dessa ação externa) e o da culpabilização (GREGORI, 1993, p. 1985-1986).

Nos inquéritos analisados, cujos dados foram base para esse capítulo, a dualidade exposta nas queixas femininas silenciam elementos que poderiam enriquecer a compreensão de como o corpo feminino é agredido porque, segundo Gregori (1993, p. 184):

É no corpo da mulher que sofre maiores danos, é nela que o medo se instala. E, paradoxalmente, é ela que vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização. O pior não é ser vítima (passiva) diante de um infortúnio; é agir para reiterar uma situação que provoca danos físicos e psicológicos. O difícil para esse tipo de vítima é exatamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. Esse é o 'buraco negro' da violência contra a mulher: são situações em que a mulher se produz – não é apenas produzida- como não-sujeito.

O confronto violento envolve não apenas duas pessoas, mas instituições criadas socialmente. Um casal cisheterossexual cria modelos de relacionamentos que estão atrelados à ordem social de gênero, constituindo uma hierarquia complementar de condutas. Para Gregori (1993), pautada por Simone de Beauvoir (1970),

o casal é uma unidade construída culturalmente e vários estudos antropológicos versam que, se em todas as sociedades as distinções sexuais servem como base na composição dos gênero (masculino e feminino) e na definição de condutas e complementaridade entre elas, esse tipo de unidade familiar é historicamente determinada. Em boa medida, a 'naturalização' desse enlace nas sociedades ocidentais torna complexa a posição da mulher, principalmente no que diz respeito à sua cumplicidade junto ao universo de referências que toma o masculino, não apenas como complementar, mas como definidor do feminino. Nesse contexto, cabem à mulher determinados atributos associados à natureza (seus instintos, a feminilidade construída a partir do corpo feminino, etc.). Isso explica, em parte, a sua clausura no doméstico, no universo da reprodução. Universo privado no qual é tecida a trama que aprisiona a mulher e, simultaneamente, torna-se singular e indispensável. E ela vive essa situação de forma ambígua: gosta de ser indispensável, mas se ressentida com a limitação de sua liberdade (GREGORI, 1993, p. 192-193).

Entretanto, os modelos de referência são vivenciados concretamente pelas pessoas, de maneira a também modificá-los. Portanto, é preciso superar as verdades absolutas sobre a posição entre homens e mulheres nos conflitos. O gênero é performado cotidianamente e, nesse processo, há transformações a serem consideradas. Suárez e Bandeira (1999) também têm insistido na ideia de que a violência doméstica é um fenômeno que, para se enfrentar, é necessário ir muito além da criminalização, ou de algo a ser resolvido apenas na esfera judicial, mas também cultural e social. Segundo as autoras, os valores culturais de gênero e sexualidades atravessam fronteiras do que é público e do que é privado e essa perspectiva é espacialmente escalar. Os agentes públicos do setor de segurança e justiça conseguem captar a queixa e constituir intervenções que são pontuais, frente ao complexo fenômeno da violência doméstica.

O funcionamento dos juzizados especiais enfrenta desafios e dilemas que têm ampliado a forma de intervenção do Estado, que tem procurado tratar a violência doméstica para além do esquema punitivo de mediação de conflitos. No trato da violência doméstica há esforços, embora que ainda insuficientes, para abordá-la por meio da mediação entre as pessoas envolvidas, que possuem posições desiguais de poder, de forma a contemplar a compreensão de diferentes posições. Uma das iniciativas que tem sido desenvolvida é a criação de centros de reabilitação para homens agressores. Embora essa iniciativa esteja prevista na Lei Maria da Penha, ela ainda é raramente colocada em prática pelos agentes públicos, como argumenta

Soares (2012). Para ela, é preciso ampliar a intervenção pública na violência doméstica, contemplando os agressores, as mulheres e as dinâmicas culturais que envolvem os conflitos conjugais, notadamente em nossa sociedade que é altamente tolerante com relação ao uso da força masculina nos conflitos interpessoais, legitimada pela ideia de naturalidade do controle dos homens sobre as mulheres. Pain (2015) tem discutido este aspecto e, inclusive, chama atenção para o fato de que os discursos médicos dominantes também ajudam a escamotear o enfrentamento público, quando a violência dos homens é tratada de forma individualizada como uma patologia.

No campo da geografia, o que a análise dos processos nos evidencia é que a casa, os objetos de uso cotidiano, os corpos e as relações de afeto constituem o momento do confronto violento entre parceiros íntimos. Logicamente, a queixa registrada nos inquéritos que num primeiro momento aparecem como disputas interpessoais, possui, como sustentam Pain e Staeheli (2014), características multifacetadas e é um fenômeno multisituado, implicando relações de forças, interpessoal e institucional, social, econômica e política, física, sexual, emocional e psicológica. E, se considerarmos a violência doméstica como endêmica, é preciso ponderar as relações políticas que vão desde a intimidade até as relações mais amplas, envolvendo a cidade e a nação. Soares (2012) tem chamado a atenção para a multiplicidade de fatores e implicações da violência doméstica, dizendo:

Por ser da ordem do humano, inscrita forçosamente em biografias singulares e fruto de uma conjunção dinâmica de fatores individuais e coletivos que lhe conferem significados particulares, a análise das situações reais de violência conjugal não resiste a um olhar simplificador. Seja o da atribuição unilateral de causalidades exclusivas – como a dominação ou o desejo masculinos de exercê-la sobre as mulheres –, seja o das identidades monolíticas que reduzem os indivíduos a apenas uma de suas dimensões, tornando-os, dessa forma, prisioneiros do lugar e, por conseguinte, do *script* que lhes foi designado (SOARES, 2012, p. 191-192).

Visando a necessidade de complexificação da análise da violência contemporânea, Badinter (2003) argumenta que a vitimização universal e a dominação unidirecional têm gerado consequências pouco proveitosas para o avanço feminista, trazendo uma mera repetição de fenômenos que são muito mais complexos do que a visão bidimensional. Segundo ela,

A violência masculina nunca foi colocada tão claramente no centro das atenções. Violência social e violência de gênero tornam-se uma só. O culpado é apontado: é o homem em todos os seus estados. Muitos sociólogos e antropólogos repetem a mesma observação desesperada: natural ou cultural, a supremacia masculina é universal. Sem esquecer seu corolário: as mulheres estão sempre e em toda parte em posição de inferioridade, portanto, vítimas reais ou potenciais. Dificilmente se reconhece que essa situação angustiante não prevalece mais no campo da reprodução... E quando o admitimos, deixamos de extrair todas as consequências. Essa abordagem “vitimista” não deixa de ter suas vantagens. Em primeiro lugar, você se sente imediatamente do lado direito da barricada. Não só porque a vítima tem sempre razão, mas porque desperta uma simpatia simétrica ao ódio impiedoso que se dedica ao carrasco. Os advogados criminais sabem bem disso: o público raramente se identifica com o criminoso que está na caixa. Então, a vitimização do gênero feminino possibilita unificar a condição das mulheres e o discurso feminista sob uma bandeira comum. Assim, o quebra-cabeça das diferenças culturais, sociais ou econômicas desaparece com o aceno de uma varinha mágica. (...) Enfatizando constantemente a imagem da mulher oprimida e indefesa contra o opressor hereditário, perdemos todo o crédito com as gerações mais jovens que não ouvem dessa forma. Além disso, o que lhes propomos, senão sempre mais vitimização e penalização? Nada muito emocionante. Nada que pudesse mudar sua vida diária também (BADINTER, 2003, p. 19, tradução nossa).<sup>8</sup>

Os esquemas de natureza dualista e essencialista que tem permeado as intervenções do Estado na violência doméstica têm sido perturbados, quando os programas de recuperação de agressores evidenciam o olhar masculino sobre o fenômeno da violência doméstica, trazendo elementos capazes de complexificar a

---

<sup>8</sup>No original: “La violence masculine n’a jamais été mise aussi clairement sur la sellette. Violence sociale et violence sexuelle ne font plus qu’un. Le coupable est pointé du doigt : c’est l’homme dans tous ses états. De nombreux sociologues et anthropologues ressassent le même constat désespéré : naturelle ou culturelle, la suprématie masculine est universelle. Sans oublier son corollaire : les femmes sont toujours et partout en position d’infériorité, donc victimes réelles ou potentielles. C’est à peine si on reconnaît que cette situation navrante n’a plus cours dans le domaine de la reproduction... Et quand on l’admet, on omet d’en tirer toutes les conséquences. Cette démarche «victimiste» n’est pas dénuée d’avantages. Tout d’abord, on se sent d’emblée du bon côté de la barricade. Non seulement parce que la victime a toujours raison, mais parce qu’elle suscite une commisération symétrique à la haine sans merci que l’on voue à son bourreau. Les pénalistes le savent bien: le public s’identifie rarement au criminel qui est dans le box. Ensuite, la victimisation du genre féminin permet d’unifier la condition des femmes et le discours féministe sous un drapeau commun. Ainsi, le casse-tête des différences culturelles, sociales ou économiques s’évanouit par un coup de baguette magique. (...) À souligner sans cesse l’image de la femme opprimée et sans défense contre l’opresseur héréditaire, on perd tout crédit auprès des jeunes générations qui ne l’entendent pas de cette oreille. D’ailleurs, que propose-t-on à celles-ci, sinon toujours plus de victimisation et de pénalisation ? Rien de bien enthousiasmant. Rien non plus qui puisse changer leur vie quotidienne (BADINTER, 2003, p. 19).

compreensão do fenômeno. Não se trata de negar que existam vítimas e agressores, mas permitir visualizar vulnerabilidades e sofrimentos que rompem com a reprodução de identidades masculinas e femininas unívocas, sem possibilidades de mudanças.

As análises de Gontarek (2020), que estão associadas a essa tese por compartilhar os mesmos inquéritos, foi complementada pelo acompanhamento de dezenove homens, condenados por violência doméstica e participantes de um curso reflexivo sobre suas agressões na Organização Não Governamental Ministério Melhor Viver<sup>9</sup>. Além disso, o autor realizou quatro entrevistas com homens condenados por feminicídio ou tentativa de feminicídio, na cidade de Ponta Grossa. Nelas, esses homens reconstituíram, por meio de suas memórias, suas histórias de amor e conflitos com a vítima assassinada. Nessa pesquisa, Gontarek (2020) encontrou os elementos deflagradores de conflitos que giravam em torno das expectativas de desempenho de padrões masculinos e femininos idealizados pela sociedade patriarcal. Contudo, ele argumenta haver uma percepção da relação conjugal, indicando os elementos de tensionamentos que evidenciavam as ambivalências das relações de poder, de agressividade e de possessividade que não poderiam ser vistas apenas como uma mera reprodução da dominação masculina essencializada na figura do homem-agressor e da mulher-vítima. As falas estão repletas de porosidades que ultrapassam esses modelos ideais nas cenas reproduzidas pela percepção dos homens condenados por violência doméstica ou feminicídio.

A percepção dos homens agressores, segundo Gontarek (2020), constitui-se pautada em ideias femininos e masculinos, evidenciando todo o aprendizado e a incorporação dos valores cishétero patriarcais que naturalizam as diferenças. Segundo ele, os elementos com maior intensidade no discurso dos homens agressores sobre a masculinidade são sustentados na

Integridade, trabalho e emoção. O sentido da integridade para o grupo que participou da pesquisa é de que um homem deve ter palavra, ser responsável, ter caráter e ser justo. Um homem também

---

<sup>9</sup>Trata-se do Projeto SER (Serviço de Reflexão e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar), criado em 2012 inicialmente como um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em 2015 o SER passou a funcionar por meio de uma parceria entre Poder Judiciário e a ONG Ministério Melhor Viver. O Ministério Melhor Viver funciona desde 2004 e trata-se de uma entidade coordenada por organização religiosa de fé evangélica que tem como princípios a transformação social a partir de uma visão cristã.

deve ser trabalhador e capaz de prover sua família com dignidade. Além disso, deve ser emocionalmente estável, paciente, educado e respeitoso. O ideal de masculinidade para estes homens agressores gira em torno da honra. [...] a honra é pública. Ela não é da arena do espaço privado, mas supõe uma projeção do sujeito para além das relações familiares e o reconhecimento de seu valor na esfera pública, assim, cada sociedade terá uma significação própria de honra masculina. [...] Interessante observar que as referências às questões de família, corporal ou relações conjugais são periféricas na construção do ideal de masculinidade que estes homens apontam. Quando eles constroem a ideia do modelo rejeitado de homem, há a referência ao antônimo das palavras utilizadas para construir o modelo ideal desejado, com poucas variações (GONTAREK, 2020, p. 104-105).

Da mesma forma, Gontarek (2020) evidencia a percepção dos agressores de como deveriam ser as mulheres e o perfil desejado de feminilidade se destaca por estar centrado em características bastante diferentes. Segundo o autor

O ideal de feminilidade constituído pelo grupo de homens agressores é de uma mulher carinhosa, compreensiva, humilde, sincera, que seja trabalhadora, honesta, fiel e companheira. Constatou-se que este ideal de mulher é sempre relativa às relações privadas do espaço doméstico e tendo como objeto da dedicação as relações conjugais e familiares. [...] A feminilidade construída como rejeitada pelo grupo de homens agressores é da mulher que eles consideram mandona, arrogante, dramática, gananciosa, exibida, ciumenta e descontrolada no campo emocional, que é preguiçosa para trabalhar. A falta de integridade está relacionada a ser uma pessoa falsa e mentirosa, sendo que a relação conjugal está relacionada à infidelidade e não se fazer companheira de seu marido (GONTAREK, 2020, p. 107-109).

No imaginário dos homens agressores, são colocadas em jogo exigências de comportamentos que entram em confronto quando não correspondidas. Se a fala dos homens agressores explicita uma percepção diferenciada dos ideais de masculinidade e feminilidade, as transgressões seriam, portanto, uma fonte de conflitos. O autor constata ainda que os homens não usaram frases concretas para definir uma hierarquia entre os gêneros, trazendo frases de que ambos os gêneros são iguais e possuem os mesmos direitos. Entretanto o autor argumenta que:

Quando se constata os elementos do 'homem ideal' e da 'mulher ideal', pode-se afirmar que o homem possui o status de sujeito de sua própria existência e as mulheres devem ter suas vidas pautadas pela relação conjugal como o centro de sua existência. Assim, as relações de gênero que são levadas em consideração pelos homens

nas sociedades conjugais, trazem direitos e deveres que além de distintos, potencializam o poder masculino sobre a vida das mulheres. As relações de gênero aparecem nos depoimentos como homens e mulheres sendo complementares entre si e que essa complementaridade é a ordem que mantêm a realidade idealizada (GONTAREK, 2020, p. 112).

O olhar que se faz do 'outro' é certamente alimentado pelas imagens estruturais idealizadas. Entretanto, a interação cotidiana também desconstrói estas mesmas imaginações. Os homens condenados por feminicídio entrevistados por Gontarek (2020) contam histórias de amor, companheirismo e realizações, produzindo uma narrativa de conflitos que não pode ser considerada unilateral, apenas com base da agressividade masculina e na passividade feminina.

O espaço de escuta viabilizado por Gontarek (2020) criou uma narrativa que chama a atenção em dois aspectos. O primeiro é a representação da mulher assassinada pelos homens e, o segundo, o perfil da relação conjugal. Ambos constituídos de paradoxos.

A mulher assassinada é descrita como sendo um grande amor, possuindo características valorizadas socialmente, como uma esposa e mãe com boas qualidades. Contraditoriamente, essas mulheres amadas e valorosas também são narradas como dominadoras, ciumentas, emocionalmente descontroladas e agressivas. Ao mesmo tempo, os homens feminicidas constroem uma percepção de si mesmos como correspondentes ao padrão ideal de masculinidade e que sua fraqueza foi se deixar dominar pelas mulheres que amavam. Segundo a pesquisa do autor,

Os homicidas relatavam ser 'homens de bem', trazendo uma série de elementos de uma masculinidade considerada positiva para os padrões sociais. Se dizem trabalhadores e mantenedores de sua família. Contudo, se dizem dominados por suas vítimas em termos de decisão financeira e de cerceamento de liberdade. As narrativas dos homens sobre os conflitos constroem a ideia de derrota e de fragilidade de sua masculinidade, já que ele julga que 'se deixou dominar' pela mulher. Ao mesmo tempo, esses homens relatam estabelecer tensionamentos para conseguir reverter a dominação tendo ele próprio como centro de poder (GONTAREK, 2020, p. 116).

Os relatos de xingamentos, humilhações públicas e até mesmo agressões por parte das mulheres que foram assassinadas são narrados pelos homens entrevistados na pesquisa de Gontarek (2020), que resume que

A percepção dos entrevistados acerca de suas vítimas era de que as mulheres exerciam poder sobre eles, controlando sua liberdade e sua vida financeira, além de retratarem essas mulheres como tendo dificuldades de controlar impulsos de agressividade e de humilhação durante os conflitos conjugais. As mulheres retratadas como dominadoras e bélicas são percebidas pelos homens como ferindo a sua honra masculina, já que elas aparecem como fora de seu controle (GONTAREK, 2020, p. 115).

O perfil das relações conjugais trazem memórias bastante positivas por parte desses homens que cumprem pena por feminicídio, lembrando o aconchego familiar, os momentos de descontração e acolhimento. Os elementos negativos são trazidos pelo sentimento de raiva, justificado pelo sentimento de dominação por parte das mulheres e o medo de perdê-las, tendo a infidelidade como elemento fundamental. Enfim, conforme Gontarek (2020, p. 118),

O crime de feminicídio que ocorre nas relações de conjugalidade é justificado pelos condenados como um episódio de falta de controle, ao mesmo tempo em que trazem justificativas ligadas à ideia de honra, apresentando a infidelidade como um importante elemento que deflagrou um estado de descontrole emocional.

O diálogo aqui estabelecido com a pesquisa de Gontarek (2020), realizada de forma triangulada com esta pesquisa, é importante para o estabelecimento de outras formas de pensar a violência doméstica para além da ideia da 'vítima ideal' e do 'agressor ideal'. Logicamente, não se trata de tomar a queixa narrada nos inquéritos como verdade, e nem as narrativas dos homens construídas na pesquisa de Gontarek (2020). Intenciona-se salientar que a dinâmica conflituosa estabelecida em trajetórias particularizadas de relacionamentos íntimos violentos possuem mais elementos do que os estereótipos simplificadores que têm sido utilizados nas intervenções para coibir a violência doméstica.

A razão pela qual se constituem sujeitos passíveis de serem agredidos e até mesmo mortos se constrói paulatinamente envolvendo tanto as amplas estruturas de opressão, como na percepção dos homens, durante um conflito que concebe o corpo das mulheres como um espaço sobre o qual é possível exercer poder. Soares (2012, p. 207) sustenta a ideia de que

O que está em questão, portanto, considerando ou não a dominação de gênero, é um modo de ver o outro e de conceber a relação íntima. Logo, qualquer que seja a natureza da violência, se desejamos eliminá-la ou reduzi-la, é preciso, entre outras coisas, uma mudança de percepção de quem agride a respeito da pessoa ou de uma

categoria de pessoas passíveis de serem agredidas. Em termos concretos, isso significa que é quando o perpetrador reformula a imagem que tem de uma determinada mulher ou das mulheres em geral, que a violência contra ela ou contra elas pode, finalmente, se tornar inconcebível.

Essa perspectiva, por mais esperançosa que possa parecer, é um caminho que amplia possibilidades de tratamento da violência doméstica para além da esfera bidimensional que tem sido tradicionalmente efetivada. Femicidas e agressores devem ser severamente punidos, e esse não é um ponto de flexibilização. Entretanto, a modificação de comportamentos violentos só ocorre quando a subjetividade é transformada. A transformação concreta da percepção atual do corpo feminino como passível de ser violado, agredido, abusado e morto só será possível em processos de interação, porque toda a construção identitária é relacional, tal como argumentado por Butler (2021).

A produção discursiva verificada tanto nas queixas femininas que compõem os inquéritos, como nas entrevistas realizadas por Gontarek (2020) constituem a realidade, e, construir novas narrativas por meio do diálogo e pela escuta pode produzir outras percepções dos sujeitos em confronto. Como concebemos, nomeamos e dialogamos determinados fenômenos implica no reconhecimento de lugares sociais e parâmetros para ações e sentimentos, “a linguagem sustenta o corpo não por trazê-lo à existência ou por alimentá-lo de maneira literal; ao contrário, é por ser interpelada nos termos da linguagem que certa existência social do corpo se torna possível” (BUTLER, 2021, p. 17). Nesse sentido, lidar com a violência doméstica apenas pela via da repressão, que também é necessária em inúmeros casos, pode gerar mudanças apenas superficiais que não atingem efetivamente as formas de percepção das pessoas envolvidas.

A experiência acompanhada por Gontarek (2020) no Instituto Melhor Viver, embora positiva, é ainda muito limitada. Está circunscrita aos homens agressores, com poucas chances desses homens estabelecerem um diálogo com as mulheres com as quais deflagraram os conflitos. Há necessidade de criar os espaços de diálogo para a mudança de percepções dos envolvidos no conflito, mas também dos agentes públicos que são os seus mediadores sociais e jurídicos. Soares (2012) propõe, por meio do questionamento:

Por que não habilitar, por exemplo, espaços de escuta nas esferas coletivas (dentro e fora do sistema de justiça criminal)? Nesse

ambiente, mulheres e homens poderiam ouvir e se fazer ouvir verdadeiramente, para além das imagens que os aprisionam nos papéis de vítimas e de agressores e para além dos estereótipos que bloqueiam a escuta dos que agridem e também a dos que pretendem, em nome da defesa dos direitos das mulheres, punir e proteger. Nesses espaços homens e mulheres poderiam expressar suas percepções, suas expectativas e seus sofrimentos, em seus próprios termos e referências e não na condição de aderir a um discurso e a um roteiro padronizado. Homens e mulheres (desde que sem comprometimentos patológicos importantes) poderiam se dissociar de suas percepções e de seus atos violentos, uma vez se vendo reconhecidos também como sujeitos integrais, capazes de operar esse deslocamento e de descobrir ou redescobrir, a partir mudanças no plano subjetivo, as possibilidades de uma comunicação não violenta (SOARES, 2012, p. 208).

As transformações da violência doméstica implicam em processos que alterem as concepções de gênero, mas também que superem as análises simplistas baseadas em estereótipos binários que são incapazes de compreender os conflitos cotidianos em relações de intimidade. Existem vários espaços de fala e escuta das experiências de violência sofridas pelas mulheres que são importantes, fundamentais e poderiam ser uma etapa inicial em que as mulheres falariam de si para outras mulheres. Mas é preciso criar pontes que acionem outras formas de conhecer “o outro”, com quem os conflitos são deflagrados. Só a aproximação pode desconstruir estereótipos arraigados e possibilitar diálogos entre homens e mulheres sobre conflitos em relações íntimas. Embora seja um passo importante, é bastante temeroso. Contudo, mesmo o medo, conforme argumenta Pain (2014b), não é em si paralisador. O medo pode ser também um afeto que impulsiona a agir para mudar a situação vivida. Assim, se a violência doméstica aparece estatisticamente como um fenômeno crescente, devemos enfrentar os medos e receios e experimentar a desconstrução daquilo que supomos conhecer.

Esse capítulo evidenciou as pessoas que protagonizam a violência doméstica registrada nos inquéritos da Vara da Violência Doméstica, em Ponta Grossa. Verificou-se que as mulheres que se queixam das agressões sofridas são majoritariamente dependentes economicamente de seus agressores ou possuem empregos precários. Em sua grande maioria, têm filhos e possuem baixa escolaridade. Seus agressores, de modo geral, também são pessoas vulnerabilizadas economicamente e socialmente. A agressão física, fortemente entrelaçada com a violência psicológica e moral, é perpetrada na casa e são

utilizados objetos que estão ao alcance na hora do conflito, bem como se utiliza a força do corpo. O embate tem trazido sérias consequências para as mulheres que não se restringem aos ferimentos visíveis, mas constituem marcas que limitam o desempenho de sua existência e sua capacidade de prover a si e seus filhos. As queixas verificadas nos inquéritos apresentam a narrativa feminina que constitui uma perspectiva dual do fenômeno da violência doméstica que opõe mulher-vítima e homem-agressor. Contudo, os depoimentos dos agressores constroem narrativas de que as mulheres não são passivas, mas constituem a engrenagem que alimenta sua posição como não-sujeito.

O capítulo seguinte analisa a narrativa das mulheres em situação de violência doméstica, evidenciando sua percepção da relação amorosa, bem como das suas vivências íntimas violentas.

## CAPÍTULO 4

### CORPO FEMININO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESPAÇO EM DISPUTA

Não tinha conflito se eu não confrontasse a liberdade, consegue entender?

Ewá

O objetivo desse capítulo é evidenciar os tensionamentos em torno da apropriação do corpo feminino no processo de violência doméstica, constituindo um espaço íntimo corpóreo cujo domínio é desafiado na relação conflituosa com seus parceiros afetivos. No capítulo anterior, foi apresentada a forma com que a violência doméstica ocorre na escala da casa, sendo majoritariamente um problema decorrente de outras escalas espaciais, que configuram as relações de poder que interseccionam a classe e o gênero. A sociedade patriarcal cisheteronormativa localiza homens e mulheres em diferentes posições de poder. Ainda no capítulo anterior, foi argumentada a necessidade de politização do espaço privado e afirmamos que as mulheres não constituem um polo passivo nos conflitos violentos, mas negociam em uma estrutura de relações de poder em que estão, em várias situações, localizadas em lugares de maior vulnerabilidade econômica, social e também física. As mulheres constituem a relação violenta, não estão fora dela, ou simplesmente ocupam um lugar estático, como argumentado por Gregori (1993), Badinter (2003), e Soares (2012). Nesse processo violento, contudo, elas são vitimadas de forma, muitas vezes, irreversível, como é o caso das situações de feminicídio.

Os casais cisheterossexuais que figuraram nos inquéritos analisados no capítulo precedente são, majoritariamente, compostos de pessoas que conjugam várias vulnerabilidades sociais e econômicas e possuem filhos. As mulheres são, na sua maioria, dependentes dos seus maridos economicamente ou possuem ocupações de baixa remuneração. A existência material e corpórea é dependente do masculino, o que implica diretamente em uma relação de poder desequilibrada do ponto de vista da autonomia financeira, que, por sua vez, não está isolada, mas conectada com a psicológica e emocional. A multiplicidade de dependências estabelecidas agrava a condição das mulheres em superar a sua posição como o

outro da relação de gênero, e constituírem-se em sujeitos de sua própria existência, saindo da situação de violência.

Ao todo foram realizadas oito entrevistas em profundidade através do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), projeto de extensão da UEPG. Seis entrevistas ocorreram nas dependências do NUMAPE, uma na UEPG, e uma na casa da entrevistada. As duas entrevistas que ocorreram fora do NUMAPE eram de mulheres que já haviam passado pela assistência do núcleo anteriormente. As entrevistas renderam mais de dez horas no total, e o material foi analisado através da metodologia já descrita no Capítulo 1.

O nosso primeiro produto sistematizado foi a rede semântica geral de categorias discursivas, ou seja, a ligação entre as categorias elencada através do grafo geral (Figura 3). Essas categorias discursivas nos dão a possibilidade de compreender as estruturas maiores que estão presentes nos discurso das mulheres. Para melhor compreensão, temos um exemplo de como as categorias discursivas são extraídas das falas das entrevistadas. Observado o grafo geral unimodal (Figura 3), temos apenas as falas das entrevistas. É possível observar, nesse grafo, as primeiras concentrações de palavras para a construção das categorias discursivas, que é uma interpretação das falas por nós, que estamos no processo da investigação, quando iniciamos a criação das categorias.

Bardin (2016) trata das categorias discursivas:

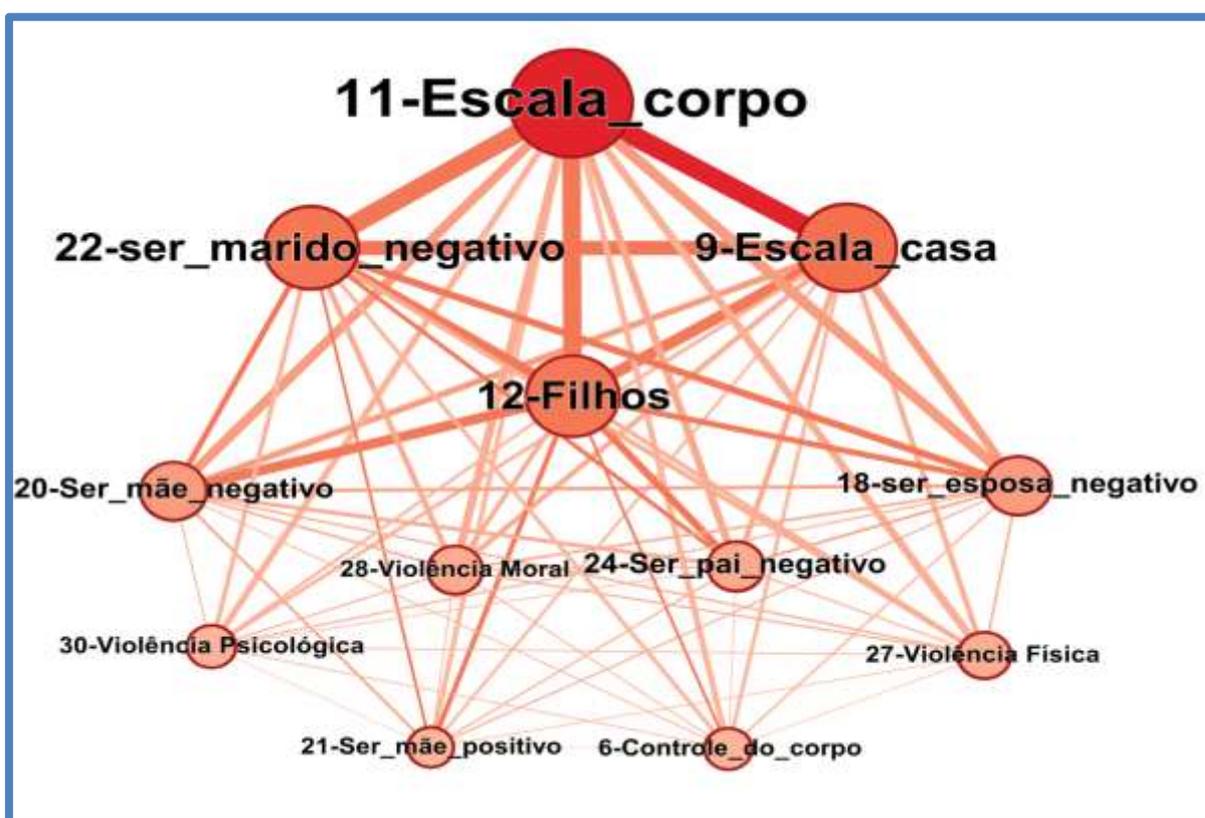
a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades ou registros no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão de características comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico, sintético, léxico e expressivo (BARDIN, 2016, p. 147).

Para autora, existem duas etapas para o processo de categorização: o inventário, que se refere ao isolamento dos elementos, e a classificação, que é a repartição dos elementos e a imposição de uma organização às mensagens. Segundo a autora, a categorização tem como primeiro objetivo, da mesma maneira que a análise documental, fornecer condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as interferências finais são, no entanto, efetuadas a partir do material reconstituído. Para a autora, a análise de conteúdo, que é a maneira que trabalhamos as entrevistas, assenta-se na crença de que a

categorização, ou seja, a passagem de dados brutos para dados organizados, não introduz desvios no material por excesso ou por recusa, mas que possibilita o conhecimento de índices invisíveis ao nível dos dados brutos.

No nossa investigação, construímos as categorias a partir da observação de repetição e proximidade das palavras do grafo geral de palavras (Figura 3). No discurso das mulheres entrevistadas que estão vivendo ou vivenciaram a violência doméstica, há categorias centrais que evocam o corpo, a casa, os filhos, o ser marido, ser esposa e ser mãe com sentidos negativos, como pode ser visto na rede semântica demonstrada no Grafo 4, a seguir.

GRAFO 4 – Grafo da Rede Semântica Geral de Categorias Reduzida por Grau Ponderado<sup>10</sup>



Fonte: Dados coletados e grafo organizado pela autora.

Nessa rede semântica é possível evidenciar a hierarquia das categorias (nós), bem como a relação entre elas (arestas). A categoria 'corpo', no discurso feminino, possui o lugar de destaque, seguida de 'casa', 'marido' e 'filhos', compondo um núcleo discursivo cuja frequência é maior. A Tabela 2 demonstra a hierarquização

<sup>10</sup>Rede composta por 12 nós (categorias) e 66 arestas (ligações entre categorias). O tamanho e a intensidade da cor dos nós correspondem ao seu grau ponderado. A espessura das arestas corresponde ao grau ponderado (soma do peso das arestas que interconectam um nó) do relacionamento entre as categorias. O grafo está distribuído no layout Fruchterman Reingold.

dos nós que estão organizados pelo peso das ligações que conectam o nó (grau ponderado).

TABELA 2 – Ranking das Categorias Discursivas Organizadas por Grau Ponderado

<b>Categoria</b>	<b>Peso ponderado</b>
11-Escala corpo	237.369
9-Escala casa	182.043
22-ser marido negativo	169.562
12-Filhos	165.545
18-ser esposa negativo	103.810
20-Ser mãe negativo	102.497
24-Ser pai negativo	78.932
28-Violência Moral	75.611
27-Violência Física	70.499
30-Violência Psicológica	60.591
6-Controle do corpo	57.370
21-Ser mãe positivo	53.410
15-Rede de apoio	46.140
16-Relacionamento negativo	40.329
4-Conflitos familiares	40.218
5-Constrangimentos sociais	34.578
26-Trabalho	25.322
3-Conflitos econômicos	24.392
8-Escala bairro	23.564
10-Escala cidade	21.924
7-Drogas	20.569
25-Ser pai positivo	19.244
2-Autoimagem	17.523
29-Violência Patrimonial	16.142
14-Ideal masc	15.051
1-Amizade	14.082
31-Violência Sexual	11.449
19-ser esposa positivo	11.312
17-Relacionamento positivo	9.575
23-ser marido positivo	8.637
13-Ideal fem	6.456

Fonte: organizada pela autora.

As seis categorias mais importantes que estruturam os argumentos das mulheres entrevistadas estão relacionadas a partir de diferentes intensidades de relacionamentos. Ou seja, uma categoria ganha um sentido particular quando está conectada a outra determinada categoria. A Tabela 3, a seguir, evidencia as ligações mais importantes entre as categorias do discurso feminino.

TABELA 3 – Ranking de Ligações entre Categorias por Peso Ponderado da Aresta<sup>11</sup>

<b>Categoria</b>	<b>Categoria</b>	<b>Peso ponderado</b>
9-Escala casa	11-Escala corpo	30.496
11-Escala corpo	22-ser marido negativo	28.891
11-Escala corpo	12-Filhos	25.493
9-Escala casa	22-ser marido negativo	22.399
9-Escala casa	12-Filhos	17.874
11-Escala corpo	18-ser esposa negativo	16.463
20-Ser mãe negativo	12-Filhos	15.900

Fonte: organizada pela autora.

O corpo feminino, quando relacionado com a casa, adquire um sentido fortemente identificado com as representações hegemônicas de gênero, notadamente quando está conectado com marido e filhos. As escalas da casa e do corpo feminino criam um sentido único de relações que é distinto de outros espaços da cidade. É a casa que exacerba de forma aguda o que significa ser mulher, e como o corpo feminino acaba performando determinadas ações que parecem ser naturais, mas são aprendizados sociais que geram expectativas nas relações familiares.

O corpo não tem um sentido único, ele deve ser compreendido nas relações que são desenvolvidas e, no caso das mulheres entrevistadas, o seu corpo é sempre constituído discursivamente como espaço de violência de forma relacionada com os filhos, o marido e a casa. É a condição de ser, ser mãe, ser esposa, que organiza os sentidos que as mulheres deram à violência doméstica sofrida por elas. Portanto, como argumentado por Rodó-Zárte (2021), as identidades não são fixas, mas estão em reconstrução constante. Os eixos de desigualdade que identificamos na violência doméstica, ou seja, a classe social, o gênero, a maternagem e o espaço privado, compõem de forma indissociável o fenômeno. A centralidade do corpo como espaço de violência, conforme Louro (2008) indica, deve ser tomada como uma percepção que essas mulheres fazem de sua condição, posicionadas em lugares sociais inferiorizados segundo os marcadores de classe e gênero de nossa sociedade.

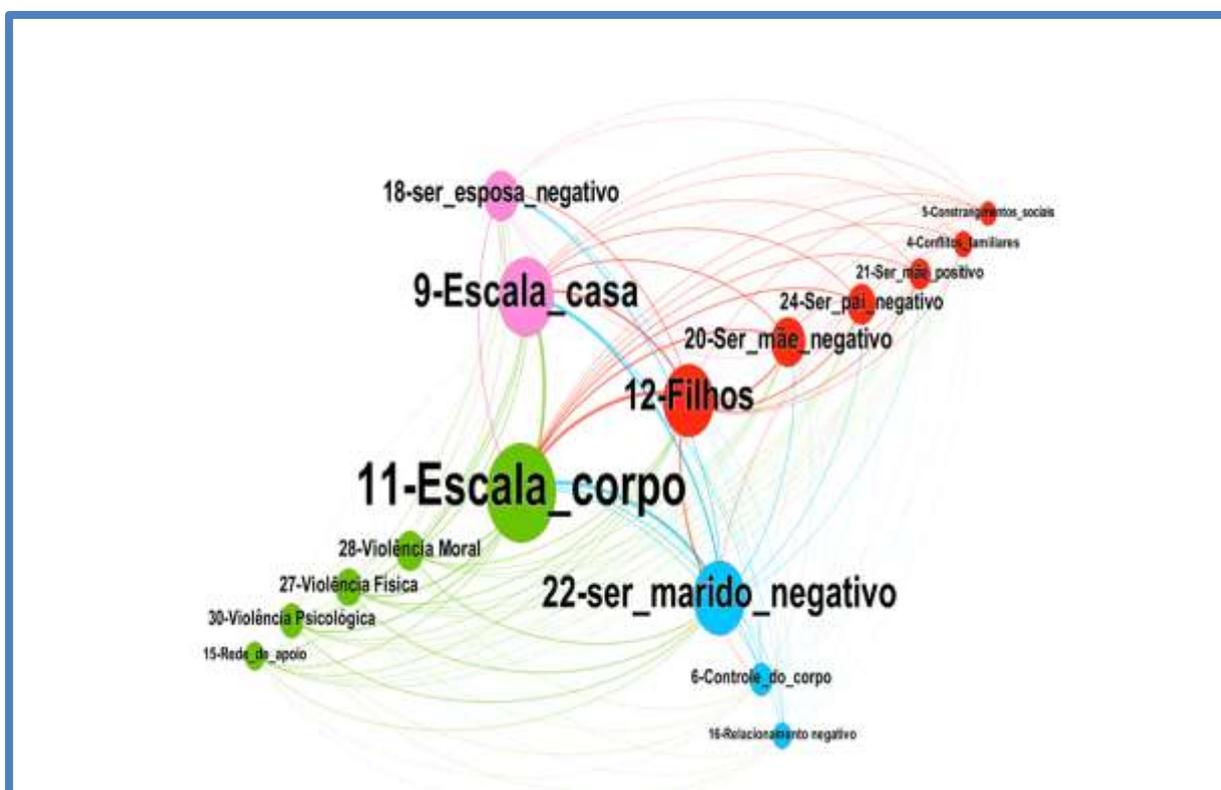
Portanto, a organização das redes de comunidades discursivas conectadas pelas categorias de liderança pode evidenciar a variação discursiva das mulheres entrevistadas, a fim de superar a visão simplista da mulher vítima passiva e do

<sup>11</sup>Peso ponderado da aresta é a soma dos pesos das arestas na rede bimodal.

homem agressor ativo. Um exemplo seria a conjugalidade com ou sem filhos. Os filhos podem constituir um elemento a mais de tensionamento e de administração na conjugalidade violenta, e a ausência desse elemento pode reconfigurar as relações de conflito. Além disso, os filhos podem facilitar a subordinação feminina em um contexto e, em outro, serem justamente a rede de apoio para a libertação da relação violenta. Portanto, as conexões estabelecidas não possuem um sentido único, mas várias possibilidades de significações por parte das mulheres entrevistadas.

Esta rede, quando organizada por comunidades<sup>12</sup>, permitiu a detecção de quatro comunidades distintas, como pode ser verificado na Figura 11.

GRAFO 5 – Grafo de Rede de Comunidades Discursivas<sup>13</sup>



Fonte: Dados coletados e grafo organizado pela autora.

<sup>12</sup>Uma comunidade discursiva é um *cluster* formado por proximidade de relações entre as categorias. “Uma das formas de identificar os agrupamentos com maior coesão interna, é a detecção de comunidades dentro das redes. Trata-se de tipos de clusters, compostos por aglomerados de atores mais próximos dentro de uma rede mais ampla. As comunidades são identificadas pelo algoritmo de modularidade, que leva em consideração a proximidade entre os nós (número de passos entre eles) e a intensidade de suas relações (o peso das arestas, medido em função do(s) recurso(s) transacionado nos fluxos da rede)” (CAMARGO, 2020. p.48). Para aprofundar, ver também Blondel et al, 2008)

<sup>13</sup>Grafo de rede em modularidade 1.0 com nós com grau ponderado superior a 30.000 dimensionados por grau ponderado, coloridos por modularidade de classe, arestas dimensionadas por peso, distribuição RadialLayout (algoritmo que faz a distribuição Layout dos nós e arestas).

Embora toda a rede de categorias esteja conectada, os agrupamentos em comunidades e as ligações expressivas dos nós e arestas mais significativas permitem a análise de forma mais aprofundada. Assim, é com base nas conexões de maior expressão que o capítulo está organizado. Na primeira seção, são observadas as relações entre as comunidades lideradas pelas categorias “corpo” e “filhos”, evidenciando a condição entre ser mulher e ser mãe, nas vivências de violência doméstica. Na segunda seção desse capítulo são examinadas as conexões entre as comunidades lideradas pelas categorias “corpo” e “ser marido”, evidenciando os traços de gênero na relação conjugal. Na terceira e última seção, são exploradas as conexões entre as comunidades lideradas pelas categorias “corpo” e “casa”, evidenciando os significados dessas conexões no discurso elaborado pelas mulheres em situação de violência doméstica.

#### 4.1 O CORPO FEMININO E OS FILHOS: O PARADOXO DA MATERNIDADE NA VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As informações sobre a condição de maternidade das vítimas de violência doméstica não constam de forma clara nos inquéritos que serviram de base para esta pesquisa. Quando são transcritos os relatos da vítima, no entanto, aparecem situações em que a vítima, ao rememorar a situação de violência, traz os filhos para a cena. Apesar disso, a partir do Juizado da Mulher, juntamente com a assistente social, foi possível acessar os dados das mulheres que solicitaram medida protetiva de urgência em 2020 e, dentre os 1.490 casos, apenas em 17% deles, as mulheres não tinham filhos. Das nossas entrevistadas, apenas uma delas não tinha filhos. Este perfil de violência doméstica envolvendo filhos também é uma condição comum no país, pois, segundo o Anuário de Segurança Pública (2021), 60% das mulheres em situação de violência doméstica no Brasil em 2020 tinham filhos e, nos últimos dois anos de pandemia da COVID-19, a ocorrência e denúncia de violência doméstica tem se agravado.

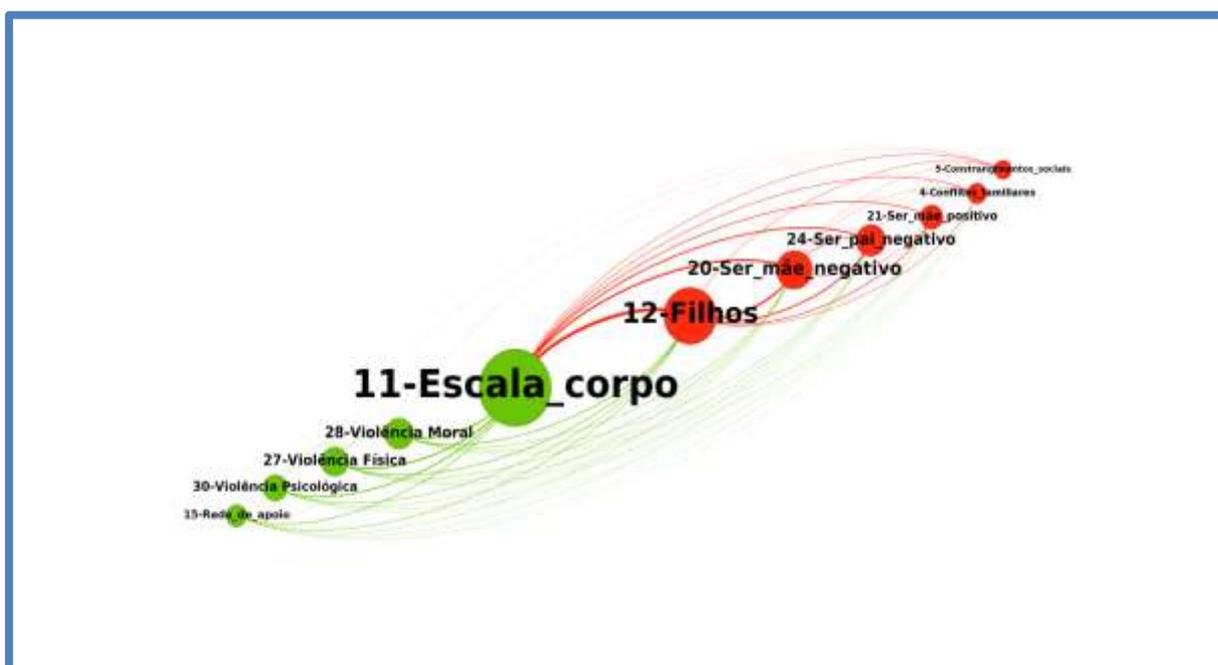
A forma com que as mulheres vivenciam situações de violência doméstica envolve o exercício da maternagem e uma ampliação da violência para além das mulheres em situação de violência doméstica, mas abarcando outros membros da família, também vulneráveis. Coletivos de mulheres têm apontado o problema crescente dos filhos que são as vítimas invisíveis da violência doméstica. Mesmo

que os filhos não sejam agredidos fisicamente, ou que eles não sejam o alvo direto de outras formas de violência como a psicológica, moral e patrimonial, eles estão intrincados no fenômeno, como aponta o coletivo Az Mina. Segundo a instituição, há uma produção da invisibilidade dos filhos, nos casos de violência e, até mesmo, nos casos de feminicídio. Segundo o coletivo,

Nos registros de todas as ocorrências citadas não há um campo para identificar se o feminicídio ou agressão foi praticado diante de uma criança ou adolescente, apesar do artigo 121 do Código Penal prever um aumento de  $\frac{1}{3}$  até a metade da pena se o crime for praticado durante a gestação ou meses posteriores ao parto, contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 ou com deficiência ou ainda na presença de descendente ou ascendente da vítima. A informação sobre as testemunhas aparecem no histórico dos casos, dado que é suprimido das bases estatísticas criminais (SANTANA, 2021, s/p).

As vítimas imperceptíveis da violência doméstica, embora invisibilizadas nos procedimentos burocráticos, fazem parte do núcleo central do conteúdo discursivo desenvolvido pelas mulheres entrevistadas. No Grafo 6, é possível observar que a violência sofrida pelo corpo feminino que conjuga uma série de tipos de violência, as mulheres trazem os filhos relacionados à ideia de uma família em que mãe e pai são concebidos como negativos, mas a mãe também é lembrada como elemento positivo, posicionando a maternidade de forma paradoxal na rede de comunidades discursivas.

GRAFO 6 – Grafo das Comunidades Discursivas ‘Corpo e Filhos’



Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e grafo organizado pela autora.

O corpo feminino como espaço de violência doméstica se relaciona com a comunidade liderada pelos filhos de diversas formas. O conjunto discursivo analisado trouxe a ideia de que a maternidade é vista de forma paradoxal, com pontos negativos e positivos, e a figura paterna está hegemonicamente ligada pelos aspectos negativos. Há um reconhecimento de que os conflitos que são vivenciados na estrutura familiar acabam criando constrangimentos em outras áreas das vidas sociais das mulheres.

A maternidade vivenciada de forma negativa pelas mulheres entrevistadas tem dois eixos de depoimentos. Um deles diz respeito à culpa pelo envolvimento dos filhos nos conflitos e o outro, ao sentimento de que os filhos constituem um fator que dificulta a saída dessas mulheres da situação de violência.

No que diz respeito à maternidade, para Badinter (1985), ser mãe é uma identidade criada culturalmente na existência feminina. O amor materno tal qual concebido na modernidade está atrelado ao tempo e espaço de sua criação. Para Badinter (1985), enquanto a maternidade pode ser entendida como um fato biológico, pelo fato das mulheres gestarem com seus corpos seus filhos, a maternagem é entendida no exercício do cuidado com os filhos. As mulheres constituem uma imagem delas mesmas no exercício de maternas, que varia com o tempo e a idade dos filhos. Contudo, os relatos de que a violência sofrida por elas acaba afetando seus filhos é algo preponderante.

Os filhos estão presentes nos discursos das vítimas, exacerbando a preocupação com a situação financeira para sustentá-los, com a segurança alimentar e habitacional. Ter filhos, ou até mesmo manter relações maritais conflituosas em razão dos filhos, caracterizam traços comuns nos depoimentos das mulheres. A ideia de que os filhos podem modificar o comportamento do marido agressivo é um elemento apresentado, como ilustra o depoimento de Iansã<sup>14</sup>, a seguir. Entretanto, nos mesmos depoimentos há um reconhecimento de que as mudanças positivas do comportamento são sempre sazonais.

Aí nessa, eu engravidei, fiz o tratamento, porque ele queria engravidar, engravidei e ele mudou. Daí, ficou um tempo bom, cuidou bem da filha e tudo, nunca deixou faltar nada pra nós. Nunca, nunca, nunca [...] Nessa época, minha filha já tava moça, ele pegava minha filha, não podia dar um passo pra fora, assim, chegar um minuto atrasada na casa, que ele espancava ela. Espancava espancado. E

---

<sup>14</sup> Os nomes fictícios escolhidos para esse trabalho são de labás, as Orixás femininas. Em Iorubá, labá quer dizer rainha.

eu não podia fazer nada [...] Ele desconfiou que era porque tava namorando um piá e ela nem namorava. Aí, pegou a menina e colocou até dentro do porta malas de um carro e andava humilhando a menina pra cima e pra baixo, sabe? (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Os filhos são compreendidos como sendo responsabilidade das mães, em nossa sociedade. Przybysz (2011), ao analisar os casos de dissolução conjugal de famílias de baixa renda (sem rendimentos até dois salários mínimos), constatou que a guarda dos filhos era das mulheres. Esse fato implica diretamente na responsabilidade feminina pelo sustento, já que, segundo a autora, há enorme dificuldade por parte dessas mulheres em obter pensões alimentícias, já que seus ex-cônjuges possuem trabalhos precarizados, informais, e muitas vezes estão desempregados. As mulheres entrevistadas reconhecem sua posição de fragilidade e de seus filhos em um processo de separação. Segundo a pesquisadora,

Em 96,3% dos processos analisados foram às mulheres quem ficaram com a guarda dos filhos, o que é próximo da média nacional. Esse fenômeno acontece a partir do momento que a filiação é somente atrelada a mulher, pois o papel de gênero instituído socialmente a esta é a de mãe, mas os filhos continuam a gerar responsabilidade aos cônjuges. O afastamento da figura paterna da residência familiar influencia na vivência cotidiana das demandas dos filhos o que alivia a pressão psicológica e relaxa as ações de provimento por parte do pai dos dependentes (PRZYBYSZ, 2011, p. 57).

Nessa mesma pesquisa, Przybysz (2011) afirma que há um alto índice de abandono paterno no suporte financeiro dos filhos, conforme sua análise,

No período estudado houve mil duzentos e vinte e um processos de Alimentos<sup>15</sup>, dos quais foram geradas oitocentas e setenta e cinco “Ações de Execuções de Alimentos<sup>16</sup>”. Ou seja, os pais haviam deixado de cumprir suas obrigações de suporte financeiro em oitocentas e setenta e cinco casos dos mil duzentos e vinte e um processos. Chamamos a atenção para um dado colocado pelo escrivão da Segunda Vara de Família, onde menos de 1% das ações de alimentos são pagas, esse dado pode demonstrar que há uma maior incidência do não pagamento de pensão em famílias de baixa renda, somado com o dado da guarda que é majoritariamente feminina, ainda mais quando a mulher se torna a parte mais penalizada na relação após a dissolução conjugal (PRZYBYSZ, 2011, p. 58).

---

<sup>15</sup>Segundo Przybysz (2011) as ações de alimentos são pedidos de pensão para os filhos, este processo é o que vai regularizar a ajuda financeira que o pai dará aos filhos.

<sup>16</sup>Segundo Przybysz (2011) a ação de alimentos gera um título executivo, para executar essa dívida gerada nas ações de alimentos a mãe como representante legal dos filhos entra com a ação de Execução de Alimentos, executando o título que não foi pago nas ações de alimentos.

Em uma sociedade em que os filhos são majoritariamente compreendidos como de responsabilidade da mãe, qualquer processo de separação entre casais de baixos rendimentos é algo que vulnerabiliza as condições básicas de existência de todos os membros familiares, e as mulheres reconhecem esse processo.

Se, por um lado, a ideia da maternidade é vista como negativa, no sentido de que os filhos são, muitas vezes, a razão da manutenção feminina em relações violentas, por outro lado, impera a ideia de que elas não estão conseguindo atingir o ideal de proteger seus filhos das situações de violência, pelo contrário, acabam submetendo-os à dinâmica de violência, como pode ser visto no trecho a seguir.

Ele colocou os filhos deitados, sentado no sofá, me deitou no outro. Sentou em cima de mim, e me cobriu a cara de bordoadada. Eu [estava] grávida. Pegou umas folhagens que tinha na casa, arreventou também, deu nas crianças, bateu em mim (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Nos seus depoimentos, há um resgate dos sofrimentos que são compartilhados com os filhos. Esta percepção, por sua vez, gera revolta e muitas vezes o aumento das animosidades conjugais, nas quais as mulheres acabam também alimentando os ciclos de conflito, com revides, tanto em termos de xingamentos, como de agressão física, como pode ser visto no depoimento de Nanã, a seguir.

Daí ele falou que não ia dar sossego, que eu tava fodida e foi deitar. Foi deitar não, foi no quarto e ficou fechado. Daí eu falei 'ufa, que bom, né'. Peguei a nossa filha e fui sentar no sofá que tinha aqui na sala. Peguei a nossa filha e ela tava tremendo. Assim passou uns quinze minutos de silêncio na casa, tudo escuro, quinze ou mais tempo, nem sei assim quantificar o tempo. Daí eu tava com a nossa filha e ela tava quase dormindo, mas tava com o olho me olhando, bem arregalado. Daí ele pegou e levantou assim do quarto, me olhou assim e me deu um soco. Daí eu tava com ela [referindo-se à filha]. Daí também foi outra, eu só olhei pro rostinho dela [referindo-se à filha] e tirei outra foto mental assim, sabe Tipo, nossa, tá fodido, tá gravado isso. Me deu um soco com a nossa filha no colo. Nem justificando, mas eu só fiz aquilo porque ele não ia parar. Ele veio e me deu um soco com a minha filha no colo, friamente. Voltei lá no quarto e pensei 'que o que você fez não vai ficar barato, não vou levar um tapa assim barato' (Trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa).

Outro elemento que se soma à percepção do sentido das mulheres em constituírem a imagem negativa do ser mãe é que a maternidade é utilizada também pelos seus maridos para atingi-las, já que, para muitas mulheres, o sentimento

maternal é um importante aspecto da identidade feminina. O trecho que segue evidencia a tendência discursiva.

Peguei a minha filha no colo e fui lá no quarto. Daí ele já entrou no quarto e começou a gritar assim, que eu era uma vagabunda, que eu não gostava da minha filha, que eu tava dando pra outras pessoas. Eu tava com ela [referindo-se à filha] no colo e ela [referindo-se à filha] tipo: 'para, pare!' Desesperada, chorando, tremendo. [referindo-se à fala do marido] 'Que eu queria destruir a nossa família!' Daí, eu só falava: 'olha [nome ocultado], vaza! Sai daqui! Olha o que você tá fazendo!' Falei: 'isso aí é violência, alienação parental, pare que amanhã a gente conversa, pare, pare!' Desesperada (Trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa).

O envolvimento dos filhos na violência doméstica se modifica com o passar do tempo e dos seus estágios de vida, promovendo várias formas de compreender o fenômeno por parte deles. De toda forma, majoritariamente, os pais são vistos como um elemento negativo, mesmo quando há uma ressalva de que eles não deixaram faltar alimentos aos filhos. Os filhos que ficam mais crescidos acabam sendo aqueles que se colocam no conflito. Como pode ser constatado nos trechos de depoimentos de Logunã e de Obá.

Na verdade, agora, de uns tempos pra cá, ele tenta me bater, mas não bate né. Porque ele tem as crianças que entra pro meio, né? Tem meu filho de quinze anos, ele toda vida me defendeu (Trecho de entrevista realizada com Logunã, em 2018, em Ponta Grossa). Teve uma vez que ele me jogou na geladeira, meu filho pequeno viu e esse piá enfrentou ele. Eu fiquei admirada, coisa que o meu grande não faz. Ele ficava acuado. Ele foi: 'pai, não faça isso com a mãe. Se você fizer isso com a mãe, eu não vou gostar de você', ele falou isso pra ele (Trecho de entrevista realizada com Obá, em 2018, em Ponta Grossa).

A imagem negativa do pai vai além dos momentos de agressão, estendendo-se para outros valores morais e sociais, como o mau exemplo para os filhos, devido ao uso de bebidas alcoólicas, de traições e abandono, como pode ser visto no trecho de entrevista, que é ilustrativo dessa tendência.

Ele chegava de madrugada em casa e eu às vezes ficava sozinha com as crianças em casa, cuidando das crianças. Ele praticamente não viu a infância das crianças, e os meus filhos percebendo tudo isso. Tanto é que o filho mais novo meu é uma pessoa totalmente revoltada, porque ele mesmo cansou, ele se misturou até mesmo com droga. Ele conheceu amigos na rua, ele usou drogas por muito tempo. Onde ele ia com os amigos procurar drogas, ele via o carro do pai dele estacionado dentro de uma casa. Então ele descobria. Os meus filhos acabaram descobrindo que o pai deles me traía, só que eles não me contavam porque tinham dó de mim, não queriam jogar

o pai contra a mãe (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

Apesar de a tendência discursiva apresentar uma posição negativa dos pais em relação aos filhos, nos relatos de violência doméstica, há também uma posição dos filhos em reconhecer que seus pais também são vulneráveis quando eles já são mais velhos. O depoimento de Egunitá é ilustrativo da tendência verificada.

Só que daí ela falou pra mim fazer uma medida protetiva e coisa e tal, eu falei assim, que não ia dar, porque os filhos não iam querer. Porque quando eu falei com o meu filho mais velho, que com o mais novo eu não tenho assim, muito diálogo, mas o mais velho me escuta mais, me dá mais conselhos. Eu falei pra ele que ia mandar o pai dele sair de volta de casa. Ele pediu pra mim por clemência: 'mãe, aguenta o pai mais um pouquinho, não manda o pai sair daqui, o pai tá doente. A senhora manda o pai sair daqui, o pai vai piorar num canto qualquer e a senhora vai se sentir mal depois, porque pelo que eu conheço a senhora, a senhora é muito de Deus, a senhora não vai se sentir bem. Então a senhora aguenta o pai mais um pouquinho, daqui a pouco Deus leva o pai, mãe, daí a senhora vive a vida da senhora, por amor a nós, os filhos, não mande o pai embora'. Eu disse 'Então tá, filho. Tá bom, eu vou aguentar teu pai mais um pouquinho aqui, só que daí se eu morrer antes porque eu tô sofrendo aqui com ele, com o que ele tá me fazendo, daí vocês me enterrem'. O que que uma mãe não faz por um filho? Porque ele fez tudo que fez pra mim, mas o sofrimento dos meus filhos é duplo. Eles sofrem por mim, de tudo que eu sofri dele, mas também não querem ver o pai abandonado, jogado (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

Os filhos influenciam na construção da posição feminina na violência doméstica e, embora os depoimentos não tragam aspectos positivos dos pais, há um entendimento de que, por pior que seja a figura paterna, ainda é necessário o amparo de alguém que, com o passar dos anos, mostrou-se vulnerável diante dos filhos já crescidos. Nesse trecho, a mãe é descrita como mais uma vez cedendo ao pedido do filho e se transformando no ideal materno que sacrifica sua própria vida pelo bem estar familiar. Mesmo assim, está presente a vontade de se livrar do elemento negativo da família, mesmo que pela morte, evidenciando que os laços afetivos familiares são majoritariamente negativos.

As entrevistas evidenciam que a relação dessas mulheres com seus filhos é, ao mesmo tempo, um suporte para se manter ou romper com o ciclo da violência, e um fator que justifica ou impede que a mulher saia do relacionamento violento. Os filhos são retratados também como uma rede de apoio que as mulheres acionam para sair do relacionamento conflituoso, mesmo que em alguns dos casos as próprias crianças sejam também vítimas de violência doméstica, como já

argumentado anteriormente. Quando os filhos se tornam adultos, eles participam do processo de decisão, seja com apoio emocional, ou material, como evidenciam os relatos a seguir.

Aí eu parei, desci na casa do meu filho no domingo e conversei com meu filho. Falei ‘olha filho, não tô aguentando mais, eu vou vim morar com você um tempo e vou me separar’. Ele falou: ‘eu duvido mãe, você nunca vai largar daquele traste, ele faz tudo que faz pra você e você não larga’. Eu falei: ‘eu vou largar’. Daí, eu sentei e conversei com essa minha menina, porque ela tava vendo e ele já tava até, tipo assim, agredindo ela verbalmente, sabe? Chamando ela de vagabunda, de um monte de coisa, sabe? Daí ela falou pra mim: ‘mãe, meu único medo é de um dia o pai chegar em casa e você discutir com ele e ele te matar’. Ela falou pra mim: ‘eu não quero isso’. Daí, eu peguei e falei pra ela: ‘então vamos fazer o seguinte, eu vou sair de casa, nós vamos viver do tipo que eu conseguir te dar as coisas a gente vai viver, mas nós vamos ter paz’, falei pra ela. (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

A constituição de uma imagem positiva do ser mãe está no eixo discursivo em que o pai é desvalorizado, mas a mãe congrega o exemplo a ser seguido. A figura materna é concebida como afetuosa, provedora de proteção e um exemplo a ser seguido pelos filhos em termos de resistência e luta contra a violência doméstica e a não reprodução do modelo de agressão vivenciados. Os relatos que seguem são modelos da tendência encontrada.

Eu dou graças a deus do meu filho se criar diferente, do meu filho ter se criado homem. Porque ele nunca teve pai, tudo quanto é problema que ele teve, ele vinha e conversava comigo, ele fala pra mim: ‘meu pai e minha mãe foi você, eu não tive pai’. (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

O meu piá chegou esses dias e me abraçou, ‘mãe’. Eu falei: ‘o que?’ ‘Obrigado’ [referindo-se ao que o filho lhe disse]. Eu falei: ‘obrigado pra que?’ ‘De você me ensinar a ser um homem, porque você me ensinou como cuidar, como tratar uma mulher’ [referindo-se ao depoimento do filho]. Coisa, menina, que ele tinha todo exemplo pra seguir o pai dele. Não, tanto que ele tá casado faz uns sete, cinco ou seis anos. Casou bem novo. No começo, a mulher dele pulava nele, ele separou dela e falou pra ela que ele não queria aquilo, que ele não ia mais ficar com ela por causa disso, porque ele não nasceu pra ter essa vida. Porque ele já tinha passado, visto muita coisa. Mudaram, claro que casal tem uma discussão, mas ele nunca, jamais encostou um dedo nela. Não encosta, menina. Ele sai, ele quebra uma parede, ele bate em alguma coisa, mas ele falou pra mim: ‘não bato e se bater em uma mulher perto de mim, eu bato no cara’ (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Nesse depoimento, é interessante perceber que a depoente não considera “quebrar uma parede” como sendo um ato de violência em si. Para ela, o

fundamental é que o corpo não seja agredido. A violência doméstica no discurso dessas mulheres provoca constrangimentos sociais para além dos filhos, abrangendo familiares, notadamente são citadas outras mulheres como mães e irmãs, como evidenciam os trechos que segues.

Um dia ele chegou meio lá, irritado. Daí eu fui tirar janta pra ele, minha irmã tava posando comigo, porque às vezes ele viajava fora. Ele ia e ficava fora. E daí nesse dia, minha irmã tava deitada e ela viu que ele chegou, acho que meio alterado com bebida. Eu fui falar, eu tirei o prato e ele fez voar no chão, e ainda fez eu juntar aquela comida que ele jogou tudo no chão, sabe? E daí teve uma situação que a vizinha ouviu os meus gritos, que eu fui pular a janela, depois ela me contou: 'Nossa, mas o que aconteceu com você? Eu vi uns gritos, era você?'. Daí eu contei pra ela, né? Daí ela: 'Nossa, mas isso aí não pode, né.' (Trecho de entrevista realizada com Obá, em 2018, em Ponta Grossa).

Minha mãe e minha irmã, ele xingou tanto elas, que elas bloquearam ele e não querem contato nenhum (Trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa).

Nessa comunidade discursiva que compõe a rede semântica geral foi possível constatar que o discurso das mulheres em situação de violência doméstica trazem os filhos como um componente importante do fenômeno, mas não de forma fixa. Os filhos compõem o processo de violência na infância, tornando-se vítimas e, quando mais velhos, acabam dando certo suporte para suas mães, ora ajudando-as a manter a relação com os pais que são vistos como vulnerabilizados, ora sendo parte do apoio para se libertarem. A condição da violência doméstica vivenciada por mulheres que necessitam desenvolver suas funções de maternagem simultaneamente parece ser um ponto importante a ser considerado como violência estendida, em que os filhos não apenas recebem as consequências da violência, mas acabam fazendo parte dela. A conjugação dos elementos interseccionados de ser uma mulher de baixa renda, mãe e vítima de violência doméstica constitui o núcleo central da comunidade discursiva analisada.

#### 4.2 O CORPO FEMININO E O MARIDO: ESPAÇOS ÍNTIMOS EM DISPUTA

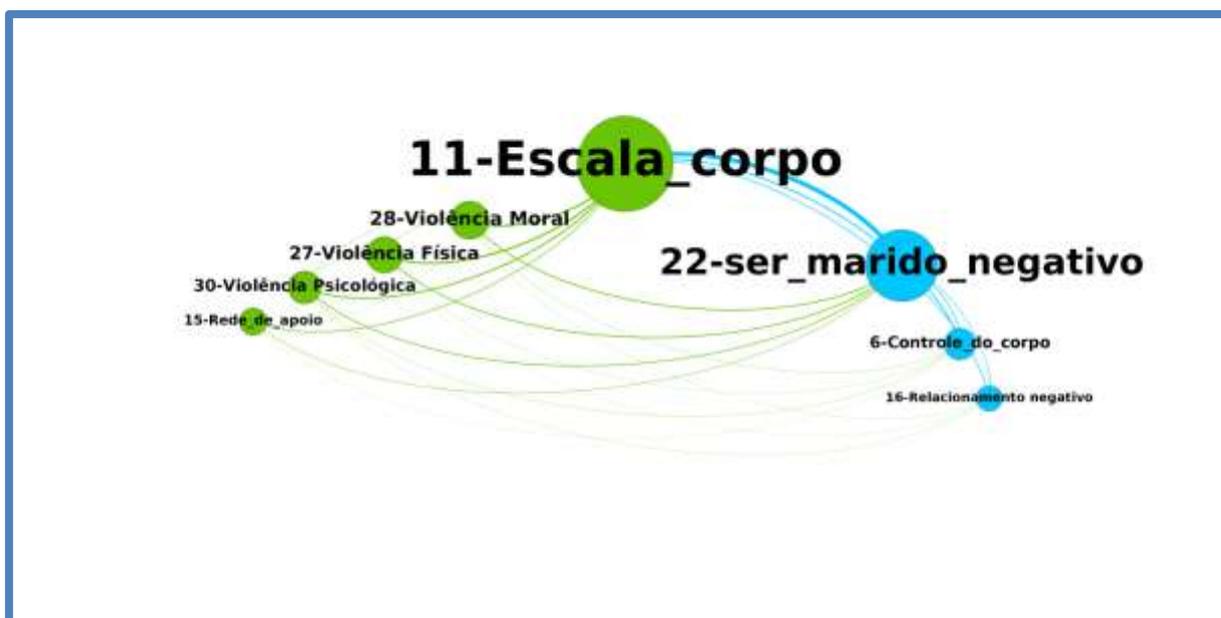
O marido<sup>17</sup> aparece como negativo na liderança da comunidade discursiva que se liga com a comunidade do corpo. Da mesma forma, como visto na seção

---

<sup>17</sup>Para facilitar a categorização foi usada a palavra marido para representar a relação de co habitação

anterior, as categorias relacionadas não são fixas e expressam diferentes sentidos, notadamente quando as mulheres rememoram diferentes fases da vida com o companheiro. Há momentos em que retratam o início da relação, centram suas falas no conflito e, às vezes, criam suas perspectivas de relações amorosas que, majoritariamente, estão ligadas a uma possibilidade de futuro. O marido é retratado como negativo em todos os momentos das falas, não havendo atenuantes de momentos de felicidade da relação afetiva. Ao contrário do discurso masculino explorado por Gontarek (2020), em que o autor analisa as memórias positivas de suas relações amorosas e de vários momentos de felicidade conjugal vivenciados pelos homens feminicidas. A estrutura do discurso da mulher que sofre de violência doméstica é predominantemente negativo e com poucas variações internas. No Grafo 7, é possível visualizar a estrutura das conexões e intensidades das categorias que sustentam os argumentos das mulheres entrevistadas.

GRAFO 7 – Grafo das Comunidades discursivas ‘Corpo e Marido’



Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e grafo organizado pela autora.

A representação do marido como negativo está relacionada com as características de um homem que possui vícios, comete traições, agressões de toda espécie, e desenvolve um forte desejo de controle e ciúmes. Entretanto, a relação conflituosa relatada pelas mulheres é a de que a posição de poder requerida pelos homens tem sido questionada por elas e enfrentada, gerando assim ainda mais

---

de parceiros íntimos.

conflitos. Não há, por parte delas, uma simples ação masculina e uma passividade feminina, mas feixes relacionais em que elas buscam resistir aos relacionamentos que elas consideram negativos em sua existência.

O discurso feminino em relação aos parceiros é de que elas cederam e abriram mão de projetos de vida individuais como manutenção dos estudos que lhes possibilitaria, por exemplo, a exercer algum tipo de profissão em que sua condição financeira fosse assegurada. Mas acima de tudo, é uma dos elementos que garantiam o controle do corpo feminino, a expansão de suas relações sociais e afetivas.

Parei [referindo-se aos estudos] por causa dele, por causa de muito ciúme. Eu estudava à noite, daí ele ia todo dia na escola. À tarde, ficava me perseguindo, eu não podia conversar com meus amigos, com ninguém assim estranho. Com ninguém podia conversar porque já achava que eu tava de caso. Ele não queria que eu conversasse com ninguém, com ninguém, com ninguém. Era bastante ciumento, bem ciumento (Trecho de entrevista realizada com Oxum, em 2018, em Ponta Grossa).

A dependência econômica cresce, na medida em que os filhos nascem e se tornam dependentes das mulheres, no cuidado da reprodução familiar.

Aí eu parei de trabalhar, logo vieram os filhos. Daí piorou que eu não pude trabalhar de uma vez, que daí eu tinha que cuidar dos filhos. Ele praticamente me obrigou a ficar em casa, cuidando dos filhos. Não me deixou trabalhar, barrou a minha profissão (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

Os relatos da convivência conflituosa com o companheiro trazem a figura masculina como agressiva, mas elas também relatam suas ações de agressão em sentido complementar ao da agressão de seus maridos, como apontam os trechos de relatos de Nanã e Iansã.

Mas ele tentou me matar. (...) Porque ele conhecia a minha família, ele sabia mesmo de onde eu vim, todos os meus traumas, tudo. Tudo que ele podia usar contra mim, ele usou, psicologicamente. (...) Ele sempre falou que eu era bicho assim, que eu não sabia agir socialmente. Realmente eu agredi ele. Eu agredi ele, porque todas as vezes que ele me agrediu, eu agredia ele também (Trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa).

As humilhações que eu passei, né, as bordoadas que eu levei. Porque às vezes eu tava com ele no colo, criança ali, neném, e o outro dando pé do ouvido e chute, sabe (...). Nesses momentos, pra te falar a verdade eu tinha vontade de me matar ou de matar ele, eu me sentia um lixo. Porque é humilhante, você não apanha do teu pai e da tua mãe, e apanha de homem. (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa)

Vício de alcoólico, né. Daí a pessoa também posava fora, saía, tinha mulheres no meio, né? E daí, dali começou o conflito, que daí a gente começa a cobrar, a gente começa a correr atrás. E daí a pessoa se torna violenta, né? (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Nesses relatos, as mulheres demonstram que a violência doméstica é relacional. Os homens agressores são enfrentados com cobranças de padrões de masculinidades que eles não correspondem, como a expectativa de homens sóbrios, fiéis e respeitosos. As mulheres relatam cobrar determinados modelos de atitudes e chegam a emoções extremas de querer morrer ou matar quando o conflito chega em situações limites de agressão. Este padrão de emoções que envolvem intensa raiva de ambos os lados se estabelece de forma crescente nos conflitos, e as mulheres, em sua grande maioria, constituem-se no polo mais fraco do conflito.

Embora relacional, em uma sociedade patriarcal, como apontado por Saffioti (2001), a reação feminina aos seus agressores nem sempre é capaz de inverter as relações de poder, o que não significa que elas sejam passivas. Gregori (1993) tem argumentado sobre a necessidade de entender a relação entre casais íntimos conflituosos, de maneira a superar a dualidade vítima-feminina e algoz-masculino.

As mulheres relatam um entendimento de que cederam à submissão desde o início da relação, porque entendiam que sua posição como esposas e mães eram as mais importantes na construção de suas relações afetivas. As mulheres performam ideias de gênero em que a identidade feminina está sustentada em grande parte em cuidar do outro nas relações familiares e afetivas. Ao constituírem-se em não sujeitos de sua vida, elas acabam por ocupar a posição de dependência e, com isso, estão mais vulneráveis às agressões.

No discurso das mulheres, a ideia da posse do corpo feminino pelo masculino é explícita. O ciúme justifica uma série de violações no direito ao estudo, ao trabalho, à manutenção das relações familiares e de amizades. Os relatos que seguem ilustram a tendência discursiva verificada.

Ciúme. Ciúme, aham. Ele não gostava que eu conversasse com ninguém, ou melhor, com todo mundo. Ele não gostava que eu conversasse com ninguém. Pra ele tanto fazia, homem como mulher. Minhas amigas nunca prestaram pra ele, ninguém prestava pra ele. Era assim. Daí ele era daquelas pessoas que queria mandar, era do jeito dele, ou não era (Trecho de entrevista realizada com Logunã, em 2018, em Ponta Grossa).

Ah, começou uns anos depois [referindo-se ao início das agressões físicas], quando eu tive meu primeiro filho. E veio o segundo e aí foi vindo. E hoje eu tenho seis. Vinte e um, dezenove, quinze, doze, dez e cinco [referindo-se à idade dos filhos]. Na verdade, começaram depois que eu comecei a trabalhar, né? Também. Já tinha antes, mas no que eu comecei a trabalhar foi pior. Ele era o tipo de homem que não aceitava, tinha que fazer tudo do jeito dele (Trecho de entrevista realizada com Logunã, em 2018, em Ponta Grossa).

Todas as ações femininas que possibilitassem seus corpos saírem da órbita de controle de seus maridos são motivo de conflitos que podem acabar em agressões de diversas formas. Elas evidenciam indignação com a situação em que vivem e reconhecem o relacionamento como negativo, demonstrando o desejo de romper com tal dinâmica de violência. Contudo, as mulheres dependentes economicamente dos seus maridos, cerceadas em seu direito de estudar, trabalhar e estabelecer relações sociais, encontram-se em uma situação na qual a capacidade de romper com o relacionamento considerado negativo é cada vez mais difícil.

O reconhecimento do relacionamento como danoso, bem como a representação negativa dos seus maridos é um passo importante para interromper o ciclo de sua reprodução como 'não sujeito', conforme argumenta Gregori (1993). Nesse reconhecimento, dois elementos da rede de apoio são fundamentais na estrutura discursiva das mulheres no enfrentamento dos conflitos com seus maridos. Um deles é o papel positivo que o NUMAPE cumpre em suas vidas e também a ação dos poucos amigos que não as abandonam no processo de isolamento provocado pelas reiteradas agressões.

O NUMAPE é um espaço de fortalecimento de sua posição de resistência, de acolhimento e proteção para o grupo de mulheres de baixa renda que se encontra em situação de violência doméstica, com laços sociais e familiares rompidos, bem como fragilizadas, do ponto de vista econômico e psicológico. As mulheres apontam o NUMAPE como uma fonte de esperança e energia para lutar por seus direitos, como aponta o relato de Egunitá, representando o modelo discursivo encontrado.

Até que um dia eu saí caminhar à toa pra rua, porque eu já não via mais sentido na minha vida, chorando o tempo todo, daí foi que eu cheguei aqui [referindo-se ao NUMAPE]. Quando eu cheguei aqui, eu tava no último do meu limite já (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

O NUMAPE aparece como um elemento de fortalecimento e de confiança frente ao poderio masculino que se coloca na sociedade patriarcal, como apontado pelo trecho a seguir.

Daí eu fiquei com medo, daí que eu vim [referindo-se ao NUMAPE] falar com a Advogada, pra mim pegar a medida pra ele daí. Daí que eu fiquei com medo de ele tentar alguma coisa, de ele tentar tirar o piá, roubar o piá e sumir com a criança. Porque ele já falou pra mim que ele ia tirar o piá de mim. Foi a segunda vez que ele falou isso pra mim, daí eu fiquei com medo (Trecho de entrevista realizada com Oxum, em 2018, em Ponta Grossa).

Elas reconhecem o papel positivo no NUMAPE no fortalecimento de suas resistências, a partir do suporte de justiça e psicológico. Embora elas desejassem que a instituição tivesse maior capacidade de intervir em suas condições de existência, também reconhecem que a instituição enfrenta limitações de ordem financeira e de investimento público. É no NUMAPE que elas relatam construir estratégias de enfrentamento de diversas situações deflagradas em seu relacionamento violento, inclusive, após a separação, como pode ser visto no relato de Nanã.

Eu falei que ia denunciar ele porque ele roubou minha casa, é uma pessoa estranha, como que uma pessoa estranha entra na sua casa e leva o que bem entende? Aí ele ficou com medo. Porque eu percebi que ele não respeitava a Maria da Penha, até hoje ele não respeita a Maria da Penha, mas ele ficou com medo do crime de roubo, porque eu falei que ia denunciar por roubo e de Maria da Penha. Aí, no fim da tarde ele trouxe minhas coisas de novo porque ele ficou com medo. Só que eu já tinha ido no NUMAPE durante o dia, aí eu tive certeza que a minha palavra não ia bastar, que o meu 'não' não iria bastar, aí fiz a medida protetiva e fiz a denúncia, só que não de tudo que tinha passado, só desse fato, da invasão (Trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa).

A violência doméstica é um fenômeno social e privado que causa desamparo e isolamento, mas a atuação do NUMAPE tem conseguido, para o grupo de entrevistadas, reconstruir a capacidade de luta dessas mulheres. Embora a atuação do NUMAPE tenha sido apontada como inestimável para a transformação da vida dessas mulheres, elas apontam também as amigas como um elemento de fortalecimento e de transformação de sua situação de vulnerabilidade física e também emocional. São as pessoas que acompanham a violência doméstica de fora do relacionamento que estimulam as mulheres a romper com o ciclo de agressões. Os alertas em forma de conselhos e diálogos de acolhimento são fundamentais para que elas reconheçam que o relacionamento é destrutivo. O relato de Iemanjá exemplifica a tendência encontrada.

E daí eu lembro que o meu amigo mandou mensagem: 'oi, amiga, você tá aí? Acordou?' Eu falei: 'tô'. Daí ele perguntou o que estava acontecendo e eu contei pra ele. Daí ele falou assim: 'não, eu vou no

banco, eu vou emprestar dinheiro, eu vou transferir pra você, você vai comer, vai pegar tal número de cartão de crédito e você vai comprar passagem e vir embora'. Eu nem sabia de quem era [referindo-se aos dados do cartão]. Aí eu falei: 'não, amigo, nossa, imagina.' 'Precisa sim, precisa sim. Veja bem, o que está acontecendo e você ainda vai continuar nisso? Não é possível!' (...) Ele disse: 'o que você acha? Quando uma pessoa gosta, você quer que ela esteja bem, você jamais vai querer que ela fique com fome.' Daí eu voltei, mas eu lembro que eu voltei a viagem toda chorando (Trecho de entrevista realizada com Iemanjá, em 2018, em Ponta Grossa).

Nessa situação em especial, a rede de apoio, tanto da família, quanto de amigos, era consistente. Contudo, havia traços fortes de dependência emocional com o marido, além de ter passado por muitos anos de violência psicológica que interferiram na segurança que ela tinha em relação a si mesma, as suas vontades e desejos.

A constituição da representação do relacionamento e do marido como negativos em sua vida, a partir das características de conflitos e de posse do corpo feminino como um objeto de disputa, é a base da construção do marido e da relação idealizada por elas. As entrevistadas imaginam que o relacionamento amoroso idealizado por elas deve conter divisão de tarefas domésticas, confiança mútua, compartilhamento de lazer, e diálogo. Além disso, esperam que as diferenças possam ser resolvidas entre os parceiros íntimos. Os trechos a seguir são ilustrativos da tendência verificada no conteúdo discursivo analisado.

O tipo de relação ideal seria companheirismo e respeito. Ele nunca foi companheiro meu. Quando eu falo da palavra companheirismo num casamento: 'ah, [nome ocultado] você tá lavando roupa vou ajudar você a lavar roupa. Ah, [nome ocultado], você tá fazendo almoço, vou fazer o almoço junto com você. Ah, hoje [nome ocultado], você descansa, que domingo eu vou fazer o almoço. Viu [nome ocultado], eu vou lá no jogo, no futebol, vamos junto?' (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

Pra mim um relacionamento tem que ser um completando com o outro. Um concordar com o outro, sem briga, sem discussão, sem ciúme, um concordar com o outro, sem discussão, sem ciúme. Pra mim, a relação é assim, porque se for pra ter muito ciúme, melhor nem ajuntar, porque o ciúme que leva às brigas (Trecho de entrevista realizada com Oxum, em 2018, em Ponta Grossa).

Um ponto importante quando essas mulheres detectam sua posição na relação violenta é a tentativa de sair dela, realizando a denúncia. Embora a denúncia represente um universo pequeno da realidade da violência doméstica, ela é um elemento essencial para a transformação do fenômeno. Ser uma mulher de baixa renda, em geral dependente materialmente do marido, com filhos menores, constitui

uma posição de grande vulnerabilidade em que a denúncia do seu marido agressor significa, muitas vezes, inviabilizar o sustento dos filhos. Contudo, essas mulheres, corajosamente, com apoio institucional e social, têm conseguido avanços para a transformação da situação em que vivem. Majoritariamente, elas reconhecem a necessidade de denunciar os homens agressores para mudança da cultura da violência doméstica, como aponta Iansã no depoimento que segue.

Outra coisa, as mulheres se arreperderem e ter dó [referindo-se à denúncia do marido violência]. Gente, vamos ter consciência com a gente, é a gente que tá sofrendo, a gente que tá, vai viver até quando? Vai deixar isso daí ficar? (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Nessa seção, foi evidenciado que as mulheres colaboradoras da pesquisa compreendem seus corpos violados como um espaço em disputa, apropriado pelo masculino na sua relação conjugal conflituosa. Elas compreendem a apropriação de seus corpos e que isso implica no cerceamento de sua existência como protagonistas de suas vidas. Mas a apropriação não se dá sem resistência, como foi verificado. Elas devolvem as agressões, buscam redes de apoio institucionais ou afetivas e denunciam seus agressores. Portanto, como já argumentado por Valentine (2001), o corpo é uma escala que possibilita a conexão com outras escalas espaciais, sendo elas harmônicas ou conflituosas, e também é o corpo que marca a fronteira entre o eu e o outro, constituindo em um espaço pessoal, um espaço de prazer e dor, simultaneamente. Essas mulheres, ao mesmo tempo em que internalizam e performam a ordem patriarcal da organização da família cisheteronormativa, também têm contribuído para sua subversão, conforme a perspectiva de Pile (1996).

Os corpos femininos apropriados por seus maridos não se constituem em um processo fixo e acabado, mas há um constante tensionamento entre aquele que quer apropriar o corpo que não lhe pertence e o sujeito corporificado. Portanto, há um movimento de negociação, disputas e estratégias de luta desenvolvidas pelas mulheres que podem, em alguns momentos, perder o controle e, em outros, recuperar seu espaço corpóreo. Enfim, por mais que as entrevistadas tenham vivido muito anos com seus agressores, em algum momento algo mudou. Seja por conta da relação com os filhos, seja pelo desejo de ser feliz novamente, ou pelo próprio medo da morte. Os discursos dessas mulheres evidenciam que, como afirmado por Pile (1996), o corpo espaço é relacional e ele pode sofrer um processo de

territorialização e desterritorialização mas, acima de tudo, essas mulheres evidenciam a possibilidade de reterritorializar seus corpos, ou seja, constituir seus corpos a partir de suas perspectivas.

#### 4.3 O CORPO FEMININO E A CASA: AS GUERRAS ÍNTIMAS

Os conflitos conjugais e a violência doméstica são problemas sociais e públicos, mas há um peso cultural que constituiu historicamente a casa e os corpos como questões de ordem íntima e privada. Os casais cisheterossexuais, constituidores das famílias heteronormativas de nossa sociedade, performam ações que são apreendidas ao longo da vida e, certamente, a corporalidade importa, conforme argumenta Butler (2003). Os corpos de mulheres e homens são lidos e reconhecidos como parte da engrenagem, dos mecanismos de gênero, imbricados em relações de poder generificadas. Na vida cotidiana, vários atos desenvolvidos de forma espontânea contêm em si uma carga cultural que parece naturalmente dada. O agir cotidiano é espacial e o sentido das ações são profundamente imbricados espacialmente, assim como argumenta Massey (2008).

O espaço não está fora das construções identitárias, ele é componente delas. Enquanto no espaço público as mulheres já conquistaram igualdade de direitos, é no espaço privado que as hierarquias se tornam mais claras e que a carga da normatividade de gênero é mais nítida. Martson (2000) sustenta a ideia de que a escala hierarquiza os diferentes espaços e, sendo assim, o corpo, a casa, a cidade e o país estão conectados entre si, de forma que as relações de poder generificadas constituem tensionamentos entre as pessoas que compõem estas espacialidades. Na relação pública entre homens e mulheres, onde a impessoalidade e os direitos civis são requeridos, é mais fácil recorrer às reparações de violências. Mas na esfera doméstica, o emaranhado de relações culturais, emoções e expectativas se colocam de forma a desconstituir a ideia da razão pura dos cidadãos de direitos. A casa, portanto, embora seja um espaço que compõe as outras escalas de país e cidade, aparece como uma escala contraditória às conquistas de direitos das mulheres entrevistadas. Embora as entrevistadas tenham consciência de seus direitos e apelem ao Estado para uma intermediação, já que elas denunciam a violência sofrida, há um padrão recorrente de conflitos domésticos que chegam a colocar em risco de sua existência.

Na escala da casa, as idealizações de gênero, desejos e emoções são corporificados. O corpo das mulheres é compreendido como passível de apropriação pela vontade masculina na conjugalidade cishétero patriarcal. A vulnerabilidade das mulheres de baixos rendimentos se torna ainda maior quando ela não consegue acionar mecanismos de proteção, como serviços de psicologia, saúde física e mental e nem mesmo auxílio de cuidado com os filhos, como creches. A carga feminina estabelecida culturalmente para as mulheres de todas as classes de renda é ainda mais penosa para as mulheres que não possuem dispositivos compensatórios, como é o caso das mulheres de maiores rendimentos, capazes de pagar pela realização de serviços domésticos e de cuidados com seus filhos para outras mulheres, conforme afirmam Lago, Souza, Kaszubowski e Soares (2009).

No Grafo 8, é possível observar as conexões discursivas que envolvem a espacialidade da casa e a violência doméstica<sup>18</sup>, relatadas pelas mulheres colaboradoras dessa pesquisa. As duas comunidades com conexões mais expressivas são lideradas pelo corpo e a casa. Os relatos sobre o corpo são fortemente ligados à violência sofrida e da casa está ligada a representação de um ideal de esposa cuja feminilidade é inapropriada.

GRAFO 8 – Grafo das Comunidades Discursivas ‘Corpo e Casa’



Fonte: Dados coletados em entrevistas com oito mulheres que sofreram violência doméstica em Ponta Grossa, 2018 e grafo organizado pela autora.

<sup>18</sup>A categorização dos relatos femininos que aparece na figura está pautada na descrição de violência moral, física e psicológica da Lei Maria da Penha, Lei 11.340 de 2006, CAPÍTULO II, Art. 7º.

O corpo aparece como a categoria mais importante da rede semântica e a ligação com a casa é a conexão mais expressiva. O corpo é mais do que uma materialidade de carne, nervos, ossos e sangue, mas é o espaço do sujeito, cuja escala lhes permite relacionar com o mundo, conforme Silva e Ornat (2021). É um referente material que não é naturalmente dado, mas passível de ser compreendido no tempo e no espaço de suas relações, segundo Johnston e Longhurst (2010), Pile e Thrift (1995) e Nast e Pile (1998).

Soto-Villagran (2013) também argumenta a ideia de corpo como sendo o lugar das experiências emocionais, mesmo que tais emoções que sejam julgadas como individuais, são também construções culturais no tempo e espaço.

Nas entrevistas realizadas, o corpo feminino que é retratado pelas mulheres evidencia que o corpo material está conectado com a mente, a razão com a emoção, e a carne, concebida como natureza, está imbricada na cultura. Além disso, todos esses aspectos se modificam, dependendo da espacialidade vivenciada. As mulheres entrevistadas trazem seus corpos violados, machucados fisicamente e emocionalmente ligados à casa e ao papel de gênero esperado.

Aos corpos com vagina e pênis são construídas expectativas de gênero. Para Scott (1989), existem quatro eixos que possibilitam compreender o gênero como elemento constitutivo das relações fundadas sobre as diferenças entre o sexo. O primeiro eixo é definido por simbologias culturais que representam o papel da mulher. Eva, Maria, na cultura ocidental, mas também em mitos da luz e da escuridão, da purificação e poluição, da inocência e da corrupção. O segundo eixo é a naturalização dessas simbologias normalmente de forma binária, em oposição do masculino e feminino. O terceiro eixo apontado pela autora é a perspectiva da superação dessa noção fixa, para uma nova organização social de trabalho, família, educação e sistema político. Por fim, o quarto eixo se refere à identidade subjetiva estabelecida em uma relação de poder que delibera o acesso diferenciado aos recursos materiais e simbólicos. Desta maneira, Scott (1989) apresenta que o gênero não é um dado, mas uma ferramenta que constrói relações sociais, organiza a sociedade a partir de instituições hegemônicas e dá legitimidade a oposição binária das relações, além de ser o próprio mecanismo de gênero um colaborador do sistema político e social.

A casa aparece como espaço permissivo para os conflitos conjugais violentos que colocam em jogo tensionamentos e lugares sociais de gênero hierarquizados.

Os relatos de agressões de toda espécie têm a casa como importante componente, como pode ser verificado nos trechos paradigmáticos que ilustram esse argumento e que corroboram os dados evidenciados anteriormente na análise documental, já que a casa corresponde a 83,9% dos casos que aparecem no conjunto dos inquéritos analisados.

Ele brigava em casa. Ele brigava em casa. A gente brigava em casa porque, tipo assim, eu chegava, né? Eu chego cinco horas e ele também. Daí nós brigávamos em casa. Ele loqueava. Saía chutando as coisas. Não dava pra arrumar roupa, arrumar nada (Trecho de entrevista realizada com Logunã, em 2018, em Ponta Grossa).

Mas geralmente, toda vida, as agressões, o que aconteceu comigo, as humilhações, toda a vida, eu vivi tudo dentro de casa. E ele ia, trancava a porta pra eu não sair. Ele fazia assim, sabe? (Trecho de entrevista realizada com Obá, em 2018, em Ponta Grossa).

E eu tenho medo, porque eu convivi isso com ele, sabe? Ele me agrediu, ele me humilhou, mas as minhas vezes foi dentro de casa, nunca na rua, né? (Trecho de entrevista realizada com Obá, em 2018, em Ponta Grossa).

As experiências corporificadas da casa, no caso das mulheres colaboradoras, são materialmente visíveis, pois as marcas da violência são concretas, relatando que suas casas têm portas arrebitadas, paredes com marcas de chutes, móveis quebrados, e assim por diante. O trecho que segue é emblemático da tendência discursiva verificada.

Se ele chegasse do serviço e alguma coisa não tivesse do jeito que ele queria, ele ficava bravo, ele chutava. Impertinente. Cansou de chutar banquinhos. Até hoje tem marcas na minha parede de banquinhos, de cadeira assim, que ele chutava e ia na parede. Ele nunca admitiu que eu tivesse uma discussão com ele, falasse pra ele o que ele deveria ouvir. Ele nunca foi de aceitar quando eu falava pra ele que ele tava errado, ele não aceitava. Os erros dele, toda vida colocou a culpa em mim: que era eu a culpada (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

Mas, acima de tudo, a casa traz memórias e emoções ligadas ao medo e à opressão, como também verificado pela pesquisa de Blunt (2005).

E daí ele pegou um facão velho, afiou bem aquele facão, deixou bem branquinho e deixou na sala. E ele chegava, foi uma semana, foi do dia vinte e dois de fevereiro, até o dia vinte e seis. Um inferno, dele chegar apagando luz, eu mantendo a casa, e ele chegar e desligar luz, desligar a água, me ameaçar, vir pra cima de mim, pra me bater, e o facão ali do lado, dizendo que ia me matar (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

A casa não é definitivamente um espaço de acolhimento e proteção, em oposição ao espaço público cheio de perigos, como argumentado por cientistas

homens como Tuan (1983) e Mayol (1986). Para eles, a casa é um local de identidade, pertencimento, onde se sente em paz, espaço de descanso, onde, via de regra, não se trabalha, um local que podemos evitar contato com pessoas indesejáveis e onde é possível sonhar.

A percepção das mulheres colaboradoras, no entanto, é de que a casa implica em relações de poder, pautadas majoritariamente pela tradição que vincula as mulheres à esfera privada. Contudo, embora elas relatem o medo ao enfrentarem situações limites de conflitos, não são passivas às agressões sofridas, como pode ser visto no relato de Ewá:

Essa situação do cabelo puxado, ele não estava alcoolizado. Foi simplesmente porque eu não quis ser submissa à ele e servir um café. Eu estava do lado dele e ele: ‘você não vai me servir um café? Pra que que serve mulher?’ Catou eu assim [referindo-se ao cabelo puxado]. E em uma outra, ele levantou a mão. Ele chegou isso aqui pra me dar um soco na cara. Eu falei ‘bata, bata e você vai ver!’ (Trecho de entrevista realizada com Ewá, em 2018, em Ponta Grossa).

Os enfrentamentos que essas mulheres fazem são também físicos, mesmo reconhecendo que são mais frágeis em termos de força bruta.

Meu piá era pequeno, ele começou a sair, ir posar fora. Daí ele chegava em casa de madrugada, bêbado. A gente discutia, ele sempre vinha e me agredia. Ele me surrava, claro, a gente tentava reagir, mas nunca que a gente vai conseguir, né? Eu vivi a vida inteira com os olhos roxos, roxo de bordoadada (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Os enfrentamentos também se dão na esfera mais íntima, das relações sexuais, em que a negação de acesso ao seu corpo é uma das estratégias de resistência ao poder de seus maridos sobre sua sexualidade, como relatado por Obá.

Ele disse: ‘você não é mulher, você não é mãe!’ (...) E com as coisas que eu falo que fazia, ajudava ele. ‘Você não é mãe, você não é mulher, você não, você não, você não, você nem pra abrir essas pernas pra mim!’ Sabe? Falei: ‘pois agora, você não vai ter é mais nada’ (Trecho de entrevista realizada com Obá, em 2018, em Ponta Grossa).

Os conflitos relatados pelas mulheres estão centrados na sua posição corpórea localizada na casa. O espaço doméstico invisibilizado pela geografia e criticado pelas geógrafas feministas como Warrington (2001), McDowell (2000), e Rose (1993), por sua falta de politização é a espacialidade permissiva para tornar o corpo feminino apropriado pelo masculino. Seja na exploração do trabalho

doméstico, da reprodução familiar ou, ainda, da violência doméstica. Com isso, não estamos argumentando que as mulheres não sofrem violências no espaço público. Pelo contrário, reconhecemos que a violência contra a mulher, muitas vezes, é justificada por comportamentos ou desvios de normas esperados para essa mulher, seja por sua vestimenta, pela lógica da monogamia, ou por valores cristãos. Contudo, quando a violência ocorre promovida por pessoas estranhas ou no espaço público, o acionamento de leis e instituições de justiça parece ser mais facilmente colocado em movimento e recebe, por parte da sociedade em geral, maior atenção e envolvimento.

Segundo Safiotti (2001, p. 134), o ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (SAFIOTTI, 2001 p 134) faz com que a casa se mantenha como um espaço propício para a deflagração de conflitos, sem controles externos. Embora atualmente haja movimentos feministas e ações de Estado para politização das relações privadas, a ordem cultural patriarcal ainda está enraizada. Safiotti (2001) argumenta ainda que o espaço doméstico não é apenas uma esfera material, mas também é concebido simbolicamente. Em situações em que o casal já se separou, há uma resistência por parte dos homens em se manter fora da posição de mando da casa ou de exercer seu poder sobre os corpos de suas ex-mulheres. O trecho de depoimento de Nanã é um modelo do que foi encontrado nas tendências de discurso.

Um dia, nós já estávamos separados, ele entrou aqui na minha casa, como se morasse e tivesse algum direito. Entrou dentro de casa, pegou o colchão, falando que não ia dormir com outras pessoas no colchão que a gente dormiu (Trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa).

A casa não é um espaço material, mas, conforme Massey (2008), é um espaço relacional. É um produto de inter-relações e constituidor de identidades, por isso, o espaço está em permanente construção, ele é fluido e é fruto da coexistência da heterogeneidade. Nesse sentido, a casa é o encontro de identidades de gênero que são constituídas como oposicionais, concorrentes e, na maioria das vezes, hierarquizadas entre o masculino e o feminino. A constituição da representação da casa como um espaço aterrorizante pelas mulheres que estão vivendo em situação de violência doméstica parece ser diferente do que foi encontrado na pesquisa de Gontarek (2020), quando o pesquisador entrevistou homens feminicidas. Embora esses homens relatassem também conflitos conjugais, nos quais, na maior parte das

vezes, o ciúme feminino era a justificativa para as agressões, esses homens trazem lembranças positivas de suas casas. A análise de conteúdo do discurso masculino evidencia que os homens tiveram 85% de falas no sentido positivo e apenas 25% no sentido negativo.

A casa é representada pelos homens como o espaço das relações familiares e de deflagração de conflitos. Nas suas narrativas, a casa é representada como espaço de acolhimento na maior parte das vezes. Quando eles relatam positivamente as casas, a narrativa expressa um convívio conjugal em que homens e mulheres vivenciam padrões de gênero esperados socialmente. A ideia da 'janta estar pronta', 'dos filhos cuidados', 'de chegar em casa depois de um dia de trabalho e ter a companhia em casa', são representações positivas, notadamente quando relatam a relação com os filhos (GONTAREK, 2020, p. 124).

Os conflitos deflagrados em casa são descritos como conjugando mulheres que ao mesmo tempo em que correspondem ao padrão comportamental esperado, mostram-se possessivas e agressivas. Gontarek (2020) traz um trecho de fala ilustrativo da tendência dos homens condenados por feminicídio entrevistados por ele, que sintetiza a mescla de como os homens representavam suas casas.

Era um ambiente tranquilo. Era um espaço mais de amor. Quando ia pra casa ia tranquilo, tinha vontade de chegar rápido, me sentia bem. Mas era momentâneo. Quando eu via acontecia, quando eu chegava mais tarde principalmente. Já tinha tudo feito, janta já estava feita mas com aquele ciúme, ela lá pros cantos mas com pouco diálogo, só xingando, só xingação (Trecho de entrevista realizado com José no dia 28/10/2019) (GONTAREK, 2020, p. 125).

Enquanto se pode observar a posição masculina em que a casa é concebida majoritariamente como positiva, mesmo com conflitos conjugais, isso não ocorre na estrutura discursiva feminina, na qual a casa é significada e relatada como hegemonicamente negativa. Não há, por parte das mulheres entrevistadas, relatos de relaxamento, alegria e satisfação, a não ser com a ausência de seu marido, quando há falas sobre a relação com os filhos. Podemos observar no conteúdo das entrevistas que a casa adquire sentidos positivos quando, após uma cena de violência, o marido sai de casa e as mulheres se sentem seguras com seus filhos, estabelecendo laços de dependência entre si.

Blunt (2005) alerta para o fato de que, se a casa é um espaço simultaneamente material e afetivo, moldado por práticas cotidianas, experiências, relações sociais, memórias e emoções, é preciso compreender como as diferentes pessoas que vivenciam essa mesma localização podem constituir ideias diferentes sobre ela. Uma mesma casa pode ser espaço de pertencimento para alguns e de

alienação para outros. De intimidade para uns, e violência para outros ou, ainda, de desejo para uns e medo para outros. Além disso, o espaço pode ser simultaneamente de ambas as coisas positivas e negativas, variando a temporalidade e as relações estabelecidas. Os depoimentos das mulheres entrevistadas trazem a casa com significações mais negativas no período noturno, normalmente, a temporalidade na qual os encontros se estabelecem entre o casal.

Nesse sentido, a casa concebida a partir de Massey (2008), como produto de relações, envolve a imprevisibilidade dos encontros em que há uma série de elementos materiais e emocionais, relacionados às negociações entre os envolvidos e, por isso, a concepção da casa muda constantemente.

O encontro conjugal doméstico envolve expectativas e emoções que estão ligadas ao enraizamento cultural. É na casa que os corpos são lidos e percebidos como tendo a obrigação de performar determinados padrões esperados de gênero, mesmo que este aspecto não seja refletido de forma racionalizada. As mulheres constroem seus maridos em sentido negativo, como visto na seção anterior, são violentos, com problemas de vícios, autoritários, e a causa da redução de suas chances de estudar e trabalhar pelo controle excessivo devido ao ciúme. As mulheres, por sua vez, mantêm padrões de controle e se queixam de que seus maridos não lhes dão satisfação de onde estão durante as horas que supostamente deveriam estar em casa, como pode ser visto no relato de Obá.

Porque eu falei que ia pegar um motoboy pra ir sondar, porque foi quase todo dia que ele chegava tarde, e daí ele dizia: 'ah não, me deixa o portão aberto'. (...) Eu falei: 'vou fechar o portão, tenho direito de fechar o portão'. Eu falei isso pra irmã dele. Meu piá de dezoito anos falou: 'Mãe, a senhora vai fechar o portão, ele vai arrebentar o portão'. Então ficava com medo, deixava o portão aberto, meu marido chegava até duas da manhã, entrava (Trecho de entrevista realizada com Obá, em 2018, em Ponta Grossa).

As mulheres, por sua vez, constroem a si mesmas em seus discursos como performando atividades que elas mesmas julgavam ser sua responsabilidade, mas que não é correspondido pela performance esperada de seu marido, notadamente no que diz respeito à fidelidade. No trecho a seguir é possível ilustrar a tendência discursiva.

Então eu passava tudo bonitinho, aqueles emblemas, aquelas costuras e tudo, eu deixava ele impecável e ele usou da farda pra me trair. Eu pensei 'que de corna que eu tô saindo'. Daí mistura, daí é um misto de sentimento, decepção, tristeza. Você olha lá pra trás, faz um retrospecto, tudo bem, passado não volta, futuro não temos, e o

hoje não acabou. Mas quando eu olhava lá pra trás, fazendo um retrospecto do tipo de esposa que eu fui pra ele, é mais decepcionante ainda (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

O encontro entre parceiros íntimos em casa envolve emoções que são difíceis de serem descritas verbalmente, mas elas são sentidas. Segundo Hutta (2018), o espaço da casa se faz também de uma atmosfera emocional. Uma emoção reconhecida pelos casais em conflito, notadamente as mulheres em suas práticas diárias e mais íntimas.

Bondi, Davidson e Smith (2007) falam das sensações físicas que, em geral, as pessoas conseguem identificar como raiva, tristeza e medo e essas expressões verbais são constantes no discurso feminino. Entretanto, as sensações físicas são também constituídas pelas emoções aprendidas culturalmente e nas relações que são desenvolvidas no cotidiano.

Eu até diria pra você que as ofensas que ele fez, as calúnias, os estupros, as palavras pesadas que ele me falava quando brigava comigo, os apelidos que ele me dava e quando ele me espantava de casa, me doeu muito mais que um tapa (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

As ofensas atingem as mulheres fisicamente e é comum que elas relatem o corpo adoecido, ataques de ansiedade, pânico e outros distúrbios de saúde mental e física. Afinal, os corpos são constituídos também pelas emoções vivenciadas, como apontado por Campos, Silva e Silva (2019).

As mulheres desenvolveram uma forte tendência discursiva de que, embora elas compreendam que agem para cumprir as expectativas de seu marido e, portanto, ser uma boa esposa, a maior parte do tempo, devido às ofensas constantes que sofrem, são caracterizadas negativamente como esposas pelos seus maridos. Os depoimentos estão repletos de frases como “você não é mãe”, “você não é mulher”, “você não gosta dos seus filhos”, e outras expressões com a mesma característica. Gontarek (2020) investigou o ideal de gênero feminino construído pelos homens que haviam sido condenados por violência doméstica e constatou uma grande tendência na valorização de aspectos das mulheres que estivessem ligados às virtudes do desempenho das tarefas domésticas, além de ter os homens como centro de sua atenção e carinho, e apresentarem um comportamento moral considerado adequado por eles. As mulheres nessa concepção, para serem boas

esposas, devem ser constituídas de forma a cumprir as expectativas masculinas em todos os aspectos da vida doméstica.

O controle do corpo exercido pelo parceiro íntimo já discutido na seção anterior está na base do controle da sexualidade feminina. A experiência sexual em situação de violência doméstica é ainda pouco discutida. O corpo feminino foi historicamente constituído para atender aos desejos masculinos na sociedade ocidental moderna, como visto em Laqueur (2001). O controle da sexualidade feminina é um fator fundamental dos conflitos, bem como o foco das ofensas que estão sempre atreladas ao campo da moralidade, pois os xingamentos de vagabunda, puta e outros, são qualificações comuns relatadas pelas mulheres que colaboraram com a pesquisa.

A vivência violenta também atinge a sexualidade das mulheres que retratam situações de conflitos por não corresponder aos desejos de seu marido. No geral, a sexualidade vivenciada por essas mulheres é de lembranças negativas, também associadas à baixa autoestima. Quando relatam sobre as relações sexuais com seus maridos, há uma tendência de que aceitar manter relações sexuais evita conflitos, mas que não é algo que elas desejam, relatando lembranças de agressão que dificultam o desenvolvimento de sensações de prazer. Nanã relata que seu marido se sentia insatisfeito, e conta que “ele achava que eu era muito travada sexualmente e que eu tive poucas relações e ele sempre me inferiorizava assim, em tudo” (trecho de entrevista realizada com Nanã, em 2018, em Ponta Grossa). Mesmo assim, as relações sexuais são consideradas importantes nas relações conflituosas. O trecho do depoimento Egunitá ilustra elementos que marcam a forma com que as mulheres concebem sua participação na dinâmica sexual do casal.

Em cima de uma cama ele feriu a minha intimidade. Porque da maneira do sexo que ele queria fazer que eu não queria, ele me fazia, fazia na marra. Então foi, eu considero isso um estupro. Me submeti a todas as baixarias que ele queria fazer comigo em cima de uma cama e mesmo assim ele foi procurar [referindo-se à procurar relações sexuais fora do casamento]. Quando a ficha caiu, eu percebi que ele queria fazer comigo tudo o que ele fazia com as amantes em cima de uma cama. Só que eu não era amante, eu era esposa [...]. Todas essas raivas, essas tristezas, essas decepções que ele me fez passar, resultou no que eu sou hoje, uma mulher fria [...] (Trecho de entrevista realizada com Egunitá, em 2018, em Ponta Grossa).

Importante marcar que as próprias mulheres separam o universo das práticas sexuais que são apropriadas para serem vividas com o marido, e aquelas que são

próprias de serem vivenciadas fora das relações conjugais. A sexualidade das mulheres que vivenciam a violência doméstica é afetada de forma contundente a sua memória corporal de desejo e prazer, assim como também apontado na pesquisa de por Souza e Nery (2016). McDowell (1999) alerta para o fato de que a casa possui diferentes espacialidades e, em grande medida, são também espaços generificados, implicando em relações de poder. Enquanto a cozinha é lembrada como um espaço em que as mulheres dominam, o quarto e a cama de casal têm significados de subordinação feminina, já que a sexualidade feminina é controlada pelo masculino.

O corpo feminino é um espaço geográfico apropriado pelo masculino, na situação da violência doméstica, onde a escala da casa é altamente hierarquizante em relação às diferenças de gênero e estabelece uma fronteira com as escalas mais amplas e públicas, em que o direito das mulheres já é reconhecido legalmente como sendo o mesmo dos homens. Os relatos dão conta que o corpo feminino é lido e acionado como tendo que performar determinados padrões de ações sociais esperadas. Essa condição se torna ainda mais complicada quando, além do gênero, são interseccionados os marcadores de renda e a maternidade.

Como visto em Warrington (2001), McDowell (2000), Rose (1993), Silva e Ornat (2021), a casa é uma espacialidade fluida. Ela pode ser ao mesmo tempo um local de medo e desconforto, mas também é o espaço do sonho de viver com mais tranquilidade e autonomia, mesmo que seja constituindo imaginações impossíveis de serem concretizadas, como pode ser visto no trecho de relato de Iansã.

Eu queria colocar uma maquininha de choque lá em casa, ele chega e se pega (risos). Eu dava choque nele. Agora a gente ri, menina, mas na hora, é que eu sou sincera, eu tenho medo, sabe? (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Por fim, o conteúdo discursivo das mulheres colaboradoras da pesquisa traz a casa em duas situações que possibilitam a expressão da tranquilidade ao examinar suas vidas fora da relação de violência. Uma delas é a perspectiva de que seus maridos morrerão primeiro e que, por isso, terão uma vida mais tranquila, como pode ser visto no trecho a seguir.

Daí, às vezes passava assim pela minha cabeça: ah, mas agora é tarde, por que que você vai fazer alguma coisa? Agora já passou tantos anos, você já aguentou, fique, vá levando. Esqueça, você já passou por tanto tempo, uma hora ele morre de tanto beber e você

fica tranquila (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Mas também sentem a conquista de uma vivência mais tranquila ao realizar ações de rompimento com a dinâmica de violência doméstica. Os custos do rompimento em uma família de baixa renda são muitos, inclusive, colocando em risco a subsistência dos filhos, como já apontado por Przybysz (2011). Entretanto, o resgate da autoestima e da paz são elementos que reconstituem a existência dessas mulheres, como pode ser visto no relato que segue.

Daí, que nem agora, olha, eu tô passando apuro, tô, mas tô com uma paz na minha vida, tô vivendo assim, feliz assim, sabe? Só pelo fato de não ter aquela pessoa me ameaçando, me agredindo, me humilhando, sabe? (Trecho de entrevista realizada com Iansã, em 2018, em Ponta Grossa).

Este capítulo evidenciou os tensionamentos em torno da apropriação do corpo feminino no processo de violência doméstica. Os corpos femininos tornam-se espaços íntimos, cujo domínio é desafiado na relação conflituosa com seus parceiros afetivos. Os corpos das mulheres são lidos e significados pela sociedade patriarcal cisheteronormativa como passíveis de serem violados, agredidos, já que as mulheres só existem em relação aos homens, considerados hierarquicamente superiores.

Embora atualmente já tenhamos trilhado caminhos na conquista de direitos igualitários entre homens e mulheres, há muito que ser feito, notadamente no que diz respeito à politização do espaço privado. Nesse capítulo, as mulheres que estão vivendo ou vivenciaram situação de violência doméstica evidenciam que a casa constitui uma escala espacial que dá sentido particular ao corpo feminino e é onde impera uma ordem cultural que molda emoções, que deflagram conflitos violentos.

Entretanto, conforme afirma Massey (2008) o espaço é aberto, imprevisível e repleto de possibilidades e, se hoje essas mulheres relatam um espaço doméstico relacional violento, é possível que nós sejamos capazes de reconstituir relações mais saudáveis em que a vida de homens e mulheres e o amor como potência construtiva sejam valorizados.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa construiu a compreensão de como o corpo feminino se constitui em espacialidade de violência doméstica em Ponta Grossa-PR, produzindo a inteligibilidade das diferentes formas de violência, que são perpetradas durante os conflitos físicos conjugais, as escalas geográficas envolvidas e, acima de tudo, mapeando os tensionamentos em torno da apropriação dos corpos das mulheres que sofrem violência doméstica. O corpo feminino como espaço geográfico apropriado pelo masculino no processo de violência doméstica envolve a concepção multiescalar do espaço, bem como a ideia de que o espaço é relacional, fluído e se faz de relações de poder multidirecionais e multivariadas.

Fechar uma investigação é um processo difícil porque, durante muito tempo, fomos envolvidas por ela. Talvez mais tempo ainda do que a fase de doutorado em si, já que as escolhas temáticas de pesquisa nunca são aleatórias, mas fazem parte do campo de interesse e das posições culturais que um pesquisador possui. Mas, também é um momento de satisfação e alegria poder olhar para trás e perceber que o caminho traçado por mim e por minha orientadora foi sólido e contribuiu de forma efetiva para a geografia brasileira e para avanços significativos para as geografias feministas. Segundo Silva (2009), os saberes são corporificados e produzem afetos. Entrar em contato com as estatísticas de violência doméstica e ler os inquéritos foi penoso, porque a dor dessas mulheres também refletiu em mim. Ainda assim, o documento jurídico criava um certo distanciamento. As entrevistas, por outro lado, foram ainda mais árduas porque o depoimento é encarnado, emotivo e constitui um encontro. Vencer a emoção e os sentimentos que provocavam minhas próprias memórias foi um desafio. Não sem dor, mas vencido, e isso me faz muito satisfeita, porque revisitar memórias a partir da posição de pesquisadora também possibilita a ressignificação do passado. Assim, essa tese é também um agradecimento às mulheres que, ao compartilharem suas histórias de dor, também aliviaram as minhas.

No processo de construção da pesquisa pude avançar na construção metodológica da análise de redes para possibilitar compreender os sentidos que um grupo social, tão diferente de minha realidade, trazia sobre suas experiências de violência doméstica. Além disso, a reflexão de minha posicionalidade como mulher feminista também ampliou a ideia das relações de gênero, possibilitando um olhar

multidirecional das relações de poder que, muitas vezes, o mundo da militância não nos permite.

Infelizmente, a pandemia da COVID-19, período em que boa parte dessa tese foi construída, não me permitiu retornar para as mulheres que colaboraram com a pesquisa os resultados que elas me ajudaram construir e validar esse conhecimento, a partir de uma discussão com elas.

Fazer pesquisa é um trabalho repleto de possibilidades, por muitos momentos é uma atividade criativa, repleta de novas descobertas e empolgante. A pesquisa acadêmica abriu portas para que eu realizasse trabalhos de investigação sérios e eu me sentia entusiasmada de estar entrando em mundos muito diferentes do meu. Cada entrevista realizada é um acesso em outro universo pessoal repleto de emoções e sentimentos tanto positivos, quanto negativos. Pensando na minha trajetória investigativa até aqui, eu tive a oportunidade de entrar no Instituto Médico Legal e analisar os exames da perícia e os laudos médicos, entrar na delegacia da mulher para investigar boletins de ocorrência e inquéritos arquivados, no Fórum de Ponta Grossa, para investigar Inquéritos, conversar com pessoas de áreas diferentes, com trajetórias diferentes e olhares diferentes para o mesmo fenômeno que eu investigava na academia, junto ao meu grupo de pesquisa, acompanhava as histórias ao meu redor, ao longo da minha própria vida, e lutava pelo direitos femininos nas ruas junto com minhas amigas.

Por mais que fazer pesquisa seja um processo solitário e a trajetória das Geografias Feministas seja de luta, para estabelecer o campo dentro da geografia brasileira, eu sempre me senti bastante amparada pelas pessoas que trabalhavam comigo e, principalmente, pelo Grupo de Estudos Territoriais. Durante os dois primeiros anos da pandemia e a espera pela vacina, estar isolada refletiu no meu afastamento emocional perante a minha tese. Se, no início desse trabalho eu, reivindico uma posicionalidade justificada pela minha trajetória de vida, nos capítulos 3 e 4 desse trabalho eu precisei realizar um afastamento pelo mesmo motivo, mas, diferente do início desse trabalho, eu já não tinha toda a minha rede de apoio de pesquisa para compartilhar todas as angústias que o campo, por mais que me empolgasse como pesquisadora, sobrecarregava-me emocionalmente, uma vez que a falta de encontrar as pessoas no meu dia a dia era também a falta do acolhimento, da divisão de carga, do apoio mútuo e de momentos felizes de descontração. O entendimento desse afastamento foi produzido durante a banca dessa tese, quando

a Dra. Paula Soto – UAM – México, apontou que, ao ler essa conclusão, sentiu falta da minha posicionalidade e eu percebi que, a minha posicionalidade nesse momento final era, justamente, por conta de toda esse caminho que acabei de narrar, o momento de me afastar para, minimamente me proteger de toda a carga não compartilhada. Defender a tese foi um momento de alívio não somente por finalizar essa fase tão desafiadora, mas também pela possibilidade de conversar sobre o meu trabalho com pessoas que, além de serem referências para esse trabalho, estavam dispostas a debater e contribuir e, desta forma, aliviar esse peso da solidão que foram esses últimos dois anos.

A tese evidenciou que os conceitos centrais que sustentaram todo o processo investigativo é inovador do ponto de vista teórico. A geografia brasileira negligenciou a análise do corpo e se ateve às análises das grandes dimensões espaciais, priorizando a ideia do espaço como um produto das relações sociais de produção. Essa tese avança no espaço da reprodução apontando sua interdependência. Avança também na elaboração da visibilidade do espaço provado e avança teoricamente na ideia do corpo como espaço geográfico em disputa. Ao desafiar a tradição epistemológica da geografia brasileira trazendo o corpo feminino e a violência doméstica para o campo de discussão científica, esta tese também se coloca como elemento de transformação social e política, tão necessária em tempos do crescimento das forças conservadoras que tendem a retroceder as políticas de avanço dos direitos das mulheres e de apropriação de seus corpos.

A análise documental dos 256 inquéritos, na IV Vara Criminal em Ponta Grossa, permitiu que construíssemos um diagnóstico amplo sobre como as formas de violência, como a agressão física, foco dessa investigação, soma-se às várias outras. A agressão física está sempre acompanhada da violência psicológica, moral, patrimonial e sexual, e isso pode ser visto nos relatos de queixa das vítimas. Os grupos sociais que majoritariamente recorrem ao estado para reivindicar uma mediação de conflitos são as classes de baixa renda. A literatura argumenta que a violência doméstica ocorre em todos os estratos de renda e níveis educacionais. Entretanto, o que se coloca na arena de intervenção estatal são as famílias de baixa renda, aquelas que já sofrem com violências estruturais como moradias precárias e localizadas em áreas de risco, com altos índices de criminalidade, com desemprego, com escolas de má qualidade, com a falta de creches, transportes e ausência de equipamentos de lazer e cultura. Além de sofrerem com violências estruturais, a

violência doméstica deflagrada tem poucas chances de ser sanada, porque as famílias de baixa renda possuem poucos recursos para mobilizar uma reestruturação de vida sem recorrer à esfera governamental.

Assim, o perfil das pessoas que figuram nos inquéritos analisados de violência doméstica (agressão física) são de homens acusados, geralmente jovens, com baixa renda (majoritariamente entre 1 e 2 salários mínimos) e precária escolaridade (majoritariamente com ensino fundamental), moradores da periferia da cidade e, em sua maioria, trabalhadores autônomos ou de baixa qualificação, além de 41% deles já possuírem algum histórico criminal. As vítimas são mulheres, com um perfil um pouco mais difícil de construir, ainda que, nos inquéritos, os dados indiquem que sejam mulheres também jovens, de baixa escolaridade, com trabalhos precários e intermitentes, ou donas de casa, dependentes da renda de seus maridos. Os inquéritos também permitem afirmar que a violência doméstica nos crimes de agressão em Ponta Grossa envolvem pessoas em parceria íntima em 92% dos casos, e a casa figura como espaço da violência em 83,9% dos casos.

A complexidade do fenômeno da violência doméstica implica na necessidade de abordagens a esse problema que extrapolem a ação punitiva do agressor. A punição é necessária, mas é preciso intervir no problema da violência doméstica de forma múltipla, já que o fenômeno é multifatorial, envolvendo elementos de ordem material, mas também emocional e cultural.

Os relatos das experiências de violência doméstica que foram compartilhados pelas mulheres colaboradoras da pesquisa trazem com maior peso discursivo a escala do corpo, escala da casa, marido no sentido negativo, e filhos. São essas as categorias que estruturam com maior força o discurso feminino. O corpo é trazido em várias situações de violência, de privação de liberdade de ir e vir, de proibições de conversar com pessoas, de manter visitas aos familiares e amigos, além dos relatos de agressões, estupros e xingamentos.

O marido figura nos discursos como culpado de cercear as chances de estudo, de trabalho, bem como é uma fonte de frustração da expectativa de ser protegida e amparada na relação conjugal. Ele aparece também como um forte elemento de medo e a fonte das agressões e de diminuição da autoestima. Não há relatos em que as mulheres tragam alguma perspectiva positiva ou de carinho, mas a decepção e a raiva são emoções que permeiam o discurso das mulheres.

Os filhos aparecem na percepção das mulheres em vários estágios de vida. Quando pequenos são lembrados compartilhando os medos e os conflitos e, quando são maiores, criam laços de cumplicidade e de proteção com suas mães, ao mesmo tempo em que também reconhecem a vulnerabilidade de seus pais, notadamente quando são dependentes químicos. Portanto, as relações entre pais agressores e mães vítimas não são fixas, pois os filhos vão negociando seus sentimentos e ressignificando as cenas vividas ao longo de suas vidas.

A casa foi compreendida como um espaço relacional em que as hierarquias de gênero se tornam mais explícitas e a carga cultural impera em ações muitas vezes naturalizadas sobre o corpo das mulheres. Embora a sociedade brasileira tenha conseguido avançar no direito das mulheres, a escala da casa tem funcionado como uma fronteira com o espaço público, e o corpo feminino na escala da casa é significado como passível de apropriação masculina, seja pela exploração do trabalho doméstico, do trabalho reprodutivo e da violência doméstica.

O corpo feminino como espaço geográfico é disputado pela autoridade masculina. Entretanto, as mulheres não são passivas, elas resistem e reapropriam seus corpos, na medida em que elas têm denunciado seus agressores cada vez mais, e buscado auxílio para vencer os processos de violência.

Entretanto, não se pode esperar que a transformação da situação de violência doméstica seja vencida pela ação individual de resistência feminina. Essa é uma responsabilidade de toda uma sociedade que tem tido uma sensibilidade seletiva quanto ao sofrimento de determinadas pessoas. Os corpos de mulheres das periferias pobres não são vistos como vidas dignas de investimento público, e o espaço privado tem se mantido como um espaço desconhecido para a geografia científica.

Como argumenta Massey (2008), é preciso ousar novas imaginações geográficas para construirmos outros mundos possíveis, onde possamos superar toda espécie de violência. Espero que esta tese seja uma dessas ações de promoção de um olhar geográfico que desafie o que está posto como espaço geográfico pronto e acabado. As geografias feministas são esperançosas e, ao mesmo tempo, desafiadoras. É no sentido da esperança e da provocação para transformação social e científica que espero que esta tese possa contribuir.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Natália Cristina, PEDROSO, Mateus Fachin e GUIMARÃES, Raul Borges. **Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 9-24, 2019.
- ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Editora: Mariner Books, 1970. Tradução de Maria Claudia Drummond, 2004.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando Dizer é Fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. 136p.
- BADINTER, Elisabeth. **Faussée Route**. Paris: Odile Jacob, 2003.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967[1949].
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. **Subjetividades masculinas: identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná**. Tese de doutorado (Ciências Sociais Aplicadas) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.
- BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2008.
- BLONDEL, Vincent D. et al. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of statistical mechanics: theory and experiment**, v. 2008, n. 10, p. P10008, 2008.
- BLUNT, Alison. Cultural geography: cultural geographies of home. **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 4, p. 505- 515, 2005.
- BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce; SMITH, Mick. **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2010**. Disponível em <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 20/10/2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 07 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da constituição federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe

sobre a criação dos juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em 12/10/2020.

BRASIL. **Lei n.13.104**, de 9 de março de 2015. (Lei do feminicídio). Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRICKEL, Katherine. Towards intimate geographies of peace? Local reconciliation of domestic violence in Cambodia. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 40, p. 321–333, 2015.

BRUNELL, Laura. Marginality and the New Geography of Domestic Violence Policy in Post-Communist Poland. **Gender, Place and Culture**, v. 12, n. 3, p. 293–316, 2005

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2005

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando uma vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Vida precaria**: el pode del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

CAMARGO, Neilor Fermino. **Redes de financiamento eleitoral em 2014 e 2018**: efeitos da proibição de doações empresariais. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 109, 2020.

CAMPOS, Mayã Polo de, SILVA, Joseli Maria e SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 37-50, 2019.

CAMPOS, Mayã Polo. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais**: teu corpo é o espaço mais teu possível. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016

CANÇADO, Adriana Mello. **Um homem, uma mulher, um drama: crimes da paixão em Ponta Grossa** (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **Mapeando el cuerpo-territorio**. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito, Ecuador: CLASCO, 2017.

CONNEL, Robert. **Masculinities**. Berkeley, CA, University Of California Press, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de rotinas e estruturação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2018.

CRENSHAW, Kimberlé W. "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". **University of Chicago Legal Forum**, pp. 139-167. 19889.

CRENSHAW, Kimberlé W.. (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". **Estudos Feministas**, 10 (1): 171-188. 2002.

DATTA, Ayona. The intimate city: violence, gender and ordinary life in Delhi slums, **Urban Geography, on line**, 2016.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**, v. 25, supl. 1, p. 9- 21, 2003;

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006

DELANEY, David and LEITNER, Helga. 'The political construction of scale'. **Political Geography**, v. 16, n. 2, p. 93–97, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 [1884].

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANGELLA, Simone Miziara. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Caderno Metrópole**, n. 13, p. 199-228, 2005

GONTAREK, Dimas Diego. **Honra, paixão e sangue**: A constituição relacional do espaço doméstico e masculinidades violentas envolvidas em violência doméstica na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.

GREGORY, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSS, Mirian Pillar, MINELLA, Luzinete Simões, LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. **Gênero e violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

GROSZ, Elizabeth. Bodies-cities. In: **Space, Time, and perversion**. Essays on the politics of bodies. New York: Routledge, 1995. p. 83-102.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, Vol. 14, No. 3, p. 575-599, 1988.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz y JUMÉNEZ, Manuel Bayón Jiménez (Coords.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos**. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2020.

HEROD, Andrew. **Scale**: The local and the global. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/247445656>. Acesso em: 22/11/2022

HEROD, Andrew. **Scale**. New York: Routledge, 2010.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. Saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona. IMP, 2009. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 20/01/2021

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Femicídio #InvisibilidadeMata. 2017. Disponível em <http://https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/>. Acesso em: 22/11/2022

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. **Space, place and sex**: geographies of sexualities. Rowman & Littlefield: Lanham, 2010.

KELLY, Liz. **Surviving Sexual Violence**. Cambridge: Polity Press, 1988.

KIND, Luciana, ORSINI, Maria de Lourdes Pereira, NEPOMUCENO, Valdênia, GONÇALVES, Letícia, SOUZA, Gislaíne Alves de., FERREIRA, Monique Fernanda Félix.. Subnotificação e (in)visibilidade da violência

contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013.

LAGO, Mara Coelho de Souza, SOUZA, Carolina Duarte de, KASZUBOWSKI, Erikson, SOARES, Marina Silveira. Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. **Paideia**, v. 19, n. 44, p. 357-366, 2009.

LAN, Diana. 'El Circuito Espacial de la Violencia Domestica: Análisis de Casos en Argentina. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 70-77, 2010.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

LITTLE, Jo Little. Caring for survivors of domestic abuse: love, violence and safe space, **Social & Cultural Geography**, online, p. 1-20, 2021.

LONGHURST, Robyn. "Geografias (des)incorporadas". **Progress in Human Geography**. Volume: 21 edição: 4, pág: 486-501. 1º de Agosto de 1997.

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote. **Violência doméstica**: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. 2001;

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**. v. 24, n.2, p. 219–242, 2000.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: Certeau, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: Morar, Cozinhar. Petrópolis: Vozes, p. 37-69, 1996.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place**: understanding feminist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar**. Madrid: Cátedra, 2000.

MCDOWELL, Linda. Masculine discourses and dissonances: strutting 'lads', protest masculinity, and domestic respectability. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 20, n. 1, p. 97 – 119, 2002.

MCLLWAIN, Cathy. Geography and development: violence and crime as development issues. **Progress in Human Geography**, v. 23, n. 3, p. 453-463, 1999.

MILLÁN, Mária. **Más allá del feminismo**: caminos para andar. México, D. F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

MIRANDA, Bruna Woinorvski; AMARAL, Alessandra Pimentel Munhoz; LAZARIN, Katriny Renosto. Juizado de Violência contra a Mulher de Ponta Grossa: contextualizando a realidade e desvelando possibilidades de atuação. **Emancipação**, v. 16, n. 1, p. 81-94, 2016.

MONK, Janice. "Colocando Gênero na Geografia: Política e prioridades". In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro (Orgs.). **Espaço, Gênero e Poder**: Conectando Fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 87-104.

MONK, Janice. HANSON, Susan. On not excluding half of the human geography in human geography. **The Professional Geographer**, V. 34, 1. p 11-23. 1982.

NASCIMENTO, Taiane Flôres e COSTA, Benhur Pinós da. O terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível à vivência de pessoas travestis. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 25-32, 2019.

NAST, Heidi . PILE, Steve. **Places Through the Body**. Routledge, 1998.

NEWMAN, Mark E. J. **Networks**: an introduction. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

OMS. **Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer**. Genebra: Organización Mundial de la Salud, 2005.

ORNAT, Marcio Jose. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal. In: SILVA, Joseli Maria (org). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 177-210.

PAIN, Rachel e STAEHELI, Lynn. Introduction: intimacy-geopolitics and violence, **Area**, v. 46, n. 4, p. 344–360, 2014.

PAIN, Rachel. Everyday terrorism: Connecting domestic violence and global terrorism. **Progress in Human Geography**, v. 38, n.4, p. 531-55-, 2014a.

PAIN, Rachel. Intimate war. **Political Geography**, v. 44, p. 64-73, 2015.

PAIN, Rachel. Seismologies of emotion: fear and activism during domestic violence, **Social & Cultural Geography**, v. 15, n. 2, p. 127-150, 2014b.

PILE, S., & Thrift, N. (Eds.). (1995). **Mapping the Subject**: Geographies of Cultural Transformation (1st ed.). Routledge.

PILE, Steve. **The body and the city**: psychoanalysis, space and subjectivity. New York: Routledge, 1996.

PRETTO, Zuleica, MAHEIRIE, Kátia, TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Um olhar sobre o amor no ocidente. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 2, p. 395-403, 2009

PRZYBYSZ, Juliana e SILVA, Joseli Maria. Pesquisar para transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 52-62, 2019.

PRZYBYSZ, Juliana. Articulando Os Espaços Público E Privado: Gênero E Famílias Monoparentais Femininas. **Terr@Plural**. v.3, n.1, p.29-39, 2009

PRZYBYSZ, Juliana. **Articulando os espaços público e privado**: transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis por domicílio, após a dissolução conjugal. Dissertação. (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2011.

PRZYBYSZ, Juliana. Articulando Os Espaços Público E Privado: Transformações Das Espacialidades vividas Por mulheres moradoras De Periferias Pobres Após A Dissolução Conjugal Na Cidade De Ponta Grossa – Pr, **Revista Latino-Americana De Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 105-116, 2012.

RICH, Adrienne. “Notes toward a Politics of Location” [1984]. In: FREEDMAN, Estelle B. **The essential feminist reader**. New York: Modern Library, 2007. p. 367-384.

RODÓ-ZARATE, Maria. **Interseccionalidad**: desigualdades, lugares y emociones. Barcelona: Ed. Bellaterra, 2021.

RODRIGUES, Ana Paula Costa e RATTIS, Alex. corporeidade negra e espaço público em Goiás: a congada de Catalão – GO. **Espaço em revista**. v. 10, n. 1, p. 172-187, 2008.

ROSE, Gillian. **Feminism & geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity press, 1993. 205 p.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305 - 320, 1997.

ROSSINI, Rosa Ester. Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres incorporam mais a mulher na cidade e menos no campo. **Geosp**, n. 12, p. 47- 56, 2002.

ROUGEMONT, Denis: **O amor e o Ocidente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1762].

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAFFIOTI, H. I B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: **SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA**, 2001, Itu, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/saffioti/ano/mes/91.pdf>. Acesso em: 03/02/2022

SAFFIOTI, H.B.I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

SALES, Mione Apolinario. **(In) visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTANA, Jamile. **Filhos da violência de gênero**: como crianças e adolescentes são afetados pela violência doméstica, 2021, s/p. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/filhos-violencia-genero-pandemia/>. Acessado em 12/12/2021.

SARAGOCIN, Sofia. La Geopolítica del Útero: hacia una geopolítica feminista decolonial em espacios de muerte lenta. In: CRUZ, D e BAYON, M (Org). **Cuerpos, territorios y feminismos**. Quito: Abya Yala e Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2018, p. 83-100.

SARAGOCIN, Sofia. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz y JUMÉNEZ, Manuel Bayón Jiménez (Coords.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos**. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2020. p. 83- 100.

SARAGOCIN, Sofia. Gendered Geographies of Elimination: Decolonial Feminist Geographies in Latin American Settler Contexts. **Antipode**, v. 51, n. 1, p. 373–392, 2019.

SARMENTO, João. “As Inescapáveis Geografias do Corpo: mobilidade, escala e lugar”. In: AZEVEDO, Ana Francisca de. PIMENTE, José Ramiro. SARMENTO, João (Orgs.). **Geografias do Corpo**: Ensaios de Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas, 2009.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the policts of history. New York, Columbia University Press, 1989

SILVA, Edson Armando & SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 – 154, 2016.

SILVA, Edson Armando, ALMEIDA, João Paulo Leandro de, SILVA, Joseli Maria e CAMPOS, Mayã Polo de. Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 401 – 425, 2017.

SILVA, Joseli M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli M. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a.p. 55-93.

SILVA, Joseli M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli M. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b. p. 93-114.

SILVA, Joseli Maria e ORNAT, Marcio Jose. Corpo e Amor: Desafios à Imaginação Geográfica no Brasil em Tempos de Pandemia. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil, SILVA, Joseli Maria Silva e WOITOWICZ, Karina Janz (ORGS). **Vivências de mulheres no tempo e espaço da pandemia de Covid-19: Perspectivas transnacionais**. Curitiba: CRV, , 2021, p. 45-70.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose e CHIMIN JÚNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. 2019. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

SILVA, Joseli Maria, silva, Edson Armando Silva e JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **GeoUERJ**, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2008.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo gegografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25- 54.

SILVA, Joseli Maria. NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. “Introduzindo as Interseccionalidades como um desafio para a análise espacial do Brasil: em direção as puriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Joseli Maria. NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Ed. Todapalavra, 2011. p. 17-35.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio a imaginação geográfica. In: PIRES, Claudia Luisa Zeferino; HEIDRICH, Álvaro. Luiz; COSTA, Benhur Pinós da. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar- Cultura, 2016, p. 56- 75

SMITH, Neil. **Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geo-graphical scale**. Social Text, n. 33, p. 55–81, 1992.

SMITH, Neil. **Homeless/global: Scaling places**. In: BIRD, Jon, CURTIS, Barry, PUTNAM, Tim, ROBERTSON, George and TICKNER, Lisa (eds). Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change. London: Routledge, 1993, p. 87–119.

SOARES, Bárbara Musumeci. A conflitualidade conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 5, no 2, p. 191-210, abr/mai/jun 2012.

SOTO- VILLAGRAN, Paula. Soto-Villagran Entre los espacios del miedo y los espacios de la violencia: discursos y practicas sobre la corporalidad y las emociones In: ANGEL-AGUILAR, Miguel Angel y SOTO-VILLAGRAN, Paula. **Cuerpos, Espacios y Emociones**: Aproximaciones desde las ciencias sociales. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2013. p. 197 – 2017.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. Ensaçando a corporeidade: corpo e espaço como fundamento da identidade. **Revista Geografares**, n. 7, p. 35- 49, 2009

SOUZA, Daliane Fontenele de e Nery, Inez Sampaio. A Sexualidade da Mulher na Relação Conjugal Violenta. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 2, p. 195 – 211, 2016.

SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora UNB, 1999.

SWEET, Elizabeth L e ESCALANTE, Sara Ortiz. Bringing bodies into planning: Visceral methods, fear and gender violence. **Urban Studies. Online**, p. 1-20, 2014.

TUAN, Y -Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALENTINE, Gill. **Social Geographies: space and society**. Harlow: Pearson Education, 2001.

WALKER, Lenore. **The Battered Woman**. Haroer & Row: Nova Iorque, 1979.

WARRINGTON, Molly. 'I Must Get Out': The Geographies of Domestic Violence. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 26, n. 3. p. 365-382. 2001.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. **O que ler na Ciência Social Brasileira**, v. 1, São Paulo: Sumaré, p. 13-107, 1999.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**DADOS DA PESSOA ENTREVISTADA**

Nome fictício

Idade

Escolaridade

Ocupação

**DADOS DA RELAÇÃO CONFLITUOSA**

Qual foi a relação que gerou os conflitos/brigas amorosos?

Como foi que você conheceu a pessoa? Como era sua relação? (início/paixão)

Como essa pessoa marcou a sua vida? Que significados ela tem/tinha para você?

Quais são os pontos de maior conflito entre o casal? Descreva o comportamento masculino e feminino.

Como os conflitos evoluíram durante a relação?

Quais emoções sentidas no processo de agressão física?

Como a agressão era significada por você? (dor, ferimento e corpo)

Quais as emoções envolvidas após os processos de agressão?

Quais as estratégias que foram utilizadas para evitar os recorrentes episódios de agressão?

Recorreu alguma ajuda ou tratamento?

Como você acha que os conflitos poderiam ter sido resolvidos para evitar o final trágico?

Qual é o ideal de um relacionamento afetivo para você?

**RELATOS DA DIMENSÃO ESPACIAL DO CONFLITO**

Relate os espaços que ocorriam o maior número de conflitos. Qual significado esse espaço tinha para você/s?

Há diferenças entre o espaço doméstico e o espaço público na deflagração dos conflitos entre o casal? Por que?

**ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO**



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Comarca de Ponta Grossa

Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Crimes contra crianças, adolescentes e idosos e Execução de Penas e medidas Alternativas

## TERMO DE COMPROMISSO

Em cumprimento a decisão judicial no requerimento formulado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Joseli Maria Silva, em orientação de dissertação de mestrado da discente Mayã Pólo de Campos, CPF. 067.561.309-43, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, para acesso aos autos de processos de responsabilidade deste Juizado, lavro o presente termo de compromisso, ficando a requerente ciente, neste ato, da:

- a) Manutenção de sigilo e de não divulgação de qualquer dado, informação ou imagem que possa expor indevidamente as crianças e adolescentes envolvidas (vítimas ou não).
- b) Permissão de acesso aos autos somente será liberada após a assinatura do presente termo.

Informo ainda, que extraí cópias da decisão judicial e entreguei a requerente.

Ponta Grossa, PR, 8 de junho de 2018

*Joseli Maria Silva*  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Joseli Maria Silva

Requerente

*Marcos Huk*  
Marcos Huk

Analista Judiciário

Chefe de Secretaria

Marcos Huk  
Analista Judiciário  
Matr.: 52.561

**ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA JUÍZA DE DIREITO DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS  
ALTERNATIVAS**



## PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ

Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes  
contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Execução de Penas e Medidas  
Alternativas

### Requerimento

1. Trata-se de requerimento formulado por JOSELI MARIA SILVA, visando autorização para que, na qualidade de orientadora de tese de doutorado de Mayã Pólo de Campos, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, possa ter acesso aos autos de processos de responsabilidade deste Juízo, a fim de instruir a tese cujo título é “Corpo feminino e espacialidade de violência em Ponta Grossa-PR”.

2. O interesse no acesso aos autos de processos referidos pela interessada restou demonstrado pela necessidade, segundo indica em seu pedido, de colaboração deste Juizado de Violência Doméstica para a execução da referida tese.

A indispensabilidade da pesquisa decorre da própria natureza do trabalho que será desenvolvido.

Outrossim, é inegável o interesse social e acadêmico da pesquisa em questão, no sentido de difundir e contribuir para melhor entendimento do tema pesquisado.

Doutro lado, a orientadora salientou que serão resguardados os nomes das partes envolvidas nos processos, bem como será observado completo sigilo sobre os dados pesquisados.

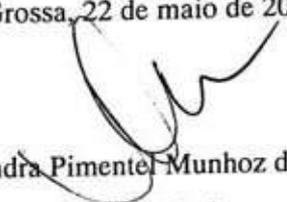
3. Assim sendo, **defiro** o requerimento e autorizo a entrega de relatório contendo os números de autos digitalizados no Projudi (ações penais),

e, também, acesso aos referidos processos, excetuados os que tramitam sob sigredo de justiça.

4. Colha-se, antes da entrega do mencionado relatório, termo de compromisso, firmado pela orientadora, de manutenção em sigilo e de não divulgação de qualquer dado, informação ou imagem que possa expor indevidamente às partes (forneça-lhe cópia desta decisão).

5. Mantenha-se em arquivo este expediente, juntamente do termo do compromisso firmado.

Ponta Grossa, 22 de maio de 2018.



Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral  
Juíza de Direito